

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CARLA SUZANA GOMES MEIRA

ALÉM DAS PALAVRAS: EXPLORANDO OS DISCURSOS PRESIDENCIAIS
SOBRE A AMAZÔNIA BRASILEIRA ENTRE 1985 E 2022.

JOÃO PESSOA

2024

CARLA SUZANA GOMES MEIRA

**ALÉM DAS PALAVRAS: EXPLORANDO OS DISCURSOS PRESIDENCIAIS
SOBRE A AMAZÔNIA BRASILEIRA ENTRE 1985 E 2022.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba como parte dos requisitos para a obtenção do diploma.

Orientador: Prof. Dr. Pascoal Teófilo Carvalho Gonçalves.

JOÃO PESSOA

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M514a Meira, Carla Suzana Gomes.

Além das palavras: explorando os discursos
presidenciais sobre a Amazônia brasileira entre 1985 e
2022. / Carla Suzana Gomes Meira. - João Pessoa, 2024.
91 f. : il.

Orientação: Pascoal Teófilo Carvalho Gonçalves.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Amazônia Legal. 2. Discursos presidenciais. 3.
Análise qualitativa. 4. Brasil. I. Gonçalves, Pascoal
Teófilo Carvalho. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327

CARLA SUZANA GOMES MEIRA

**ALÉM DAS PALAVRAS:
EXPLORANDO OS DISCURSOS PRESIDENCIAIS SOBRE A AMAZÔNIA LEGAL
ENTRE 1985 E 2022**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em, _11_ de _outubro_ de _2024_

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **PASCOAL TEOFILO CARVALHO GONCALVES**
Data: 14/10/2024 09:15:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Pascoal Teófilo Carvalho Gonçalves – (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Documento assinado digitalmente
 **ELIANE SUPERTI**
Data: 14/10/2024 16:20:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Eliane Superti
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Documento assinado digitalmente
 **RAFAEL MESQUITA DE SOUZA LIMA**
Data: 14/10/2024 19:12:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Rafael Mesquita de Souza Lima
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

AGRADECIMENTOS

Carrego com orgulho o nome e as feições de minha mãe, Ana Carla Meira. Obrigada por ter permitido a sua caçula o sonho de vencer pelos estudos, esse trabalho é uma semente que a senhora plantou, mesmo em contextos adversos. E mais ainda, obrigada por me fornecer a experiência dual de crescer em sítio, em comunhão com o método de vida do campo e das coisas mais simples e pacatas, ao mesmo tempo que galgou uma ambição inabalável, essa visceralidade bruta, que só poderia ser originada no lugar de onde eu venho.

Às minhas irmãs calaura, Ana Carolina Meira e Ana Laura Meira, por todo o apoio, que pode não ter a suavidade dos afagos ou a proximidade dos abraços, mas que nos faz um clã. Ainda sobre a família, muito obrigada a minha, para sempre, segunda mãe, Angélica Vilar, a pessoa que me trouxe à UFPB pela primeira vez. Obrigada por ser alguém para quem eu sei que posso voltar, e descansar protegida. Estendo o agradecimento à família Vilar, especialmente a Milena, Marcondes, Andrea e Dona Salete. E por fim, gostaria de agradecer Aurélio por todo carinho e suporte constante nos últimos anos.

Agradeço a todos os amigos que fiz durante esse período, aos que permaneceram e aos que deixaram boas memórias. Obrigada a minha dupla dinâmica, minha amiga Mafê, a menina dos meus olhos. Aos meus três grandes e quebrados amigos, César, Carlos e Danilo. Obrigada às minhas amigas Lara e Valentine e as minhas queridas Fabi e Ellen. Obrigada ao meu querido e erudito Bolívar, pelas conversas magnânimas. Obrigada a Kelly Silva, por toda cumplicidade e por ter me dado um espacinho no seu coração. Obrigada a Pedrão pelo apoio diário e a Kelevi, meu baluarte e a Felipe e Júlia. Obrigada a Navarro, por preencher meus dias de alegria.

Por fim, gostaria de agradecer a todos os professores do departamento de Relações Internacionais, especialmente ao Professor Pascoal, por ter me orientado neste trabalho, no curso e na vida, espero que essa adoção involuntária se perpetue, obrigada por ter me guiado com tanto cuidado nos últimos dois anos. Também agradeço a Professora Mariana Baccarini pela sororidade demonstrada em conversas valiosas. Por fim, agradeço a Professora Eliane Superti, gosto de pensar que tenho algo de Eliane em mim, para além da semelhança física, que pode desabrochar... Obrigada pelas conversas e pelo apoio acadêmico.

Obrigada ao etéreo, eu amo e sou amada.

“When dragons are flying and breathing fire,
they are speaking in their own language.”

The Elder Scrolls V: Skyrim.

RESUMO

A Amazônia, abrange 60% do território brasileiro, representa a maior reserva natural do planeta. Possui importância estratégica nas esferas políticas nacional, devido à sua baixa densidade populacional e vastidão territorial, e internacional, por seu papel fundamental na preservação climática global. Dada essa relevância, o presente estudo busca analisar de forma exploratória a Amazônia nos discursos presidenciais sobre a região. Especificamente, buscamos entender como os presidentes brasileiros abordaram a região entre 1985 e 2022. Utilizamos como referencial teórico o institucionalismo discursivo, que valoriza o discurso como via de acesso às ideias e agendas políticas. Para tanto, empregou-se metodologia qualitativa com métodos mistos: modelagem e clusterização de tópicos através de bibliotecas em Python como o LDA e BERTopic, e análise de conteúdo categorial por meio de subtópicos extraídos através do método anterior. Em relação à fonte dos dados, primeiramente, foi realizada uma análise cientométrica nacional e internacional nas ciências sociais e humanas sobre a Amazônia. A modelagem e clusterização de tópicos foi aplicada aos resumos dos artigos encontrados. Em segundo lugar, os discursos presidenciais utilizados foram filtrados em relação à temática amazônica a partir da base “Discursos presidentes civis do Brasil - 1985-2022” (Gonçalves, Meira e Gondim, 2024). Foi utilizado então o software NVivo para codificar os discursos com os tópicos identificados e realizar a análise de conteúdo categorial. A análise revelou uma hierarquia distinta entre os temas prioritários da produção acadêmica e os presidentes em seus discursos, sugerindo que alguns tópicos de destaque para a comunidade científica recebem menor atenção política, e vice-versa. Apesar da identificação de tópicos, faz-se necessário maior aprofundamento qualitativo dos mesmos em pesquisas futuras.

Palavras-chave: Amazônia; Discursos presidenciais; Institucionalismo discursivo; Análise qualitativa; Brasil.

ABSTRACT

The Amazon, which covers 60% of Brazil's territory, represents the largest natural reserve on the planet. It has strategic importance in the national political sphere, due to its low population density and territorial vastness, and internationally, due to its fundamental role in global climate preservation. Given this relevance, this study seeks to conduct an exploratory analysis of the Amazon in presidential speeches about the region. Specifically, we sought to understand how Brazilian presidents approached the region between 1985 and 2022. The theoretical framework used was discursive institutionalism, which values discourse as a way of accessing ideas and political agendas. To this end, we used a qualitative methodology with mixed methods: topic modeling and clustering using Python libraries such as LDA and BERTopic, and categorical content analysis using subtopics extracted using the previous method. With regard to the source of the data, a systematic review of national and international literature in the social sciences and humanities on the Amazon was first carried out. Topic modeling and clustering was applied to the abstracts of the articles found. Secondly, the presidential speeches used were filtered in relation to the Amazon theme using the database “Speeches by civilian presidents of Brazil - 1985-2022” (Gonçalves, Meira and Gondin, 2024). NVivo software was then used to code the speeches with the topics identified and carry out categorical content analysis. The analysis revealed a distinct hierarchy between the priority topics of academic production and the presidents in their speeches, suggesting that some topics that are important to the scientific community receive less political attention, and vice versa. Despite the identification of topics, further qualitative analysis is needed in future research.

Keywords: Amazonia; Presidential speeches; Discursive institutionalism; Qualitative analysis; Brazil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
2. O INSTITUCIONALISMO DISCURSIVO: O DISCURSO COMO DADO.....	11
2.1 O Institucionalismo da escolha racional e a virada para as ideias.....	11
2.1.1 Institucionalismo histórico e a virada para as ideias.....	13
2.1.2 Institucionalismo sociológico e a virada para as ideias.....	14
2.2 Como as ideias definem a percepção e guiam a ação.....	15
2.3 É cunhado um novo institucionalismo.....	22
2.3.1 Epistemologia e ontologia do institucionalismo discursivo.....	22
2.3.2 Ideias.....	23
2.3.3 Discurso.....	27
2.3.4 Agência.....	29
2.3.5 Instituições.....	30
2.4 Estudar discurso importa?.....	31
3. A AMAZÔNIA LEGAL: MÚLTIPLAS REGIÕES E TRANSFORMAÇÕES EM UM TERRITÓRIO SINGULAR.....	32
3.1 A Amazônia Legal.....	33
3.1.1 População e Cidades.....	34
3.1.2 Indicadores de Renda.....	35
3.1.3 Indicadores de Educação.....	36
3.1.4 Indicadores de Saúde.....	36
3.1.5 Indicadores Econômicos.....	37
3.1.6 Hidrografia.....	38
3.1.7 Indicadores de Desmatamento.....	39
3.1.8 As áreas protegidas.....	40
4. MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE CIENTOMÉTRICA.....	41
4.1 Procedimentos Metodológicos.....	41
4.2 Resultados da Clusterização.....	46
5. TRAMAS DISCURSIVAS: UM MAPEAMENTO DOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS (1985-2022).....	56
5.1 Procedimentos metodológicos para mapear os discursos.....	56
5.2 Resultados do mapeamento dos discursos.....	59
5.2.1 José Sarney (1985-1990).....	62
5.2.2 Fernando Collor De Mello (1990-1992).....	65
5.2.3 Itamar Franco (1993-1994).....	66
5.2.4 Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).....	67
5.2.5 Luiz Inácio Lula Da Silva (2003-2010).....	68

5.2.6 Dilma Rousseff (2011-2016).....	70
5.2.7 Michel Temer (2016-2018).....	71
5.2.8 Jair Bolsonaro (2019-2022).....	72
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS.....	85

INTRODUÇÃO

O presente trabalho concentra-se no mapeamento dos discursos dos presidentes civis sobre a Amazônia brasileira, com o início do recorte temporal em 1985, ano da redemocratização brasileira, até 2022, o ano do último mandato presidencial completo. Especificamente, buscamos responder como os presidentes entre 1985 e 2022 falaram sobre a questão amazônica brasileira através de seus discursos. Para cumprir este objetivo, usamos a perspectiva do institucionalismo discursivo como o marco teórico da pesquisa. Esta é uma abordagem teórica que tem em seu âmago a importância do discurso como um dado. Para além, o discurso ainda é percebido como o veículo que media as ideias e as instituições políticas (Schmidt, 2010a). Nesse sentido, o marco teórico justifica o mapeamento dos discursos, como também, abre margem para a partir dos resultados encontrados por esse trabalho, possibilitar futuras análises.

Na estrutura da pesquisa o recorte territorial é a Amazônia Legal, criada durante o governo de Getúlio Vargas com 62% da Amazônia transnacional, e está distribuída por nove estados brasileiros. Ela corresponde a 59% do território nacional, englobando 100% o Bioma Amazônia. Essa região foi instituída por meio da Lei nº 1.806 de 1953, visando à valorização econômica da Amazônia, com o objetivo de promover o desenvolvimento extrativo, agrícola e industrial. A Amazônia Legal é uma construção política que reflete as tensões entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, sendo foco de debates nacionais e internacionais sobre sustentabilidade e mudança climática.

Nessa conjuntura, o trabalho divide-se em três objetivos específicos: discorrer sobre o institucionalismo discursivo, a fundamentação teórica; discorrer sobre a região amazônica; analisar de forma exploratória os discursos presidenciais sobre a Amazônia brasileira. Nesse contexto, para atingir cada um desses objetivos, a metodologia ao longo do trabalho foi majoritariamente qualitativa, mas, mesclando-se métodos qualitativos e quantitativos.

Em um primeiro momento, foi empregada uma revisão de literatura por meio de artigos científicos que versam sobre o institucionalismo discursivo, essa leitura possibilitou a identificação dos principais conceitos que ancoram a empreitada do trabalho. Em um segundo momento, duas estratégias foram utilizadas para discorrer sobre a região amazônica, sendo essas: a identificação da região por meio dos seus indicadores sociais e a identificação de tópicos sobre a Amazônia brasileira por meio da cientometria.

A estratégia dos indicadores sociais foi selecionada para facilitar o entendimento da região, por meio de dados que abarcavam a população, geografia e economia. Já a

cientometria objetivava a identificação de tópicos coesos sobre a Amazônia brasileira, lastreado pelo método de análise de conteúdo categorial. Dessa forma, 460 abstracts de artigos científicos da Scielo e Scopus sobre aspectos políticos da Amazônia brasileira, foram, por meio de *scripts* em linguagem de programação em Python, categorizados a fim de que tópicos coesos fossem identificados. Neste momento, foi possível discorrer sobre a Amazônia brasileira a partir da visão da comunidade epistêmica.

Em um terceiro momento, para cumprir com o terceiro objetivo específico, os discursos presidenciais de 1985 e 2022 foram coletados por meio da plataforma aberta Kaggle de maneira integral (Gonçalves, Meira e Gondim, 2024), depois os discursos que abordam sobre a Amazônia foram filtrados por meio de *scripts* de linguagem de programação em *Python*. Após isso, os tópicos encontrados no objetivo específico anterior, formaram um livro de codificação, ou seja, cada um dos 21 tópicos, por meio do software de análise qualitativa de conteúdo Nvivo, foram transformados em códigos. Isso possibilitou que muitos dos discursos presidenciais fossem atribuídos aos tópicos anteriormente encontrados, sendo categorizados a partir de booleanos com os conceitos representativos de cada um dos tópicos. Em consequência, mais de 50% da base foi categorizada, por meio da análise de conteúdo categorial, conforme está elucidado nas considerações finais.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo contém a revisão do referencial teórico, o institucionalismo discursivo. O segundo capítulo apresenta o diagnóstico da Amazônia por meio de indicadores sociais. Já o terceiro compreende a apresentação dos tópicos encontrados a partir da análise cientométrica. Em seguida, o quarto capítulo versa sobre o mapeamento dos discursos presidenciais brasileiros sobre a Amazônia a partir dos tópicos encontrados no terceiro capítulo. Por fim, o trabalho encerra-se com as considerações finais.

Adiantando alguns resultados, verificamos que os mesmos tópicos da comunidade científica quando mapeados para os presidentes civis apresentam hierarquia distintas, ao mesmo tempo, alguns tópicos robustos para os presidentes como tópicos que tratam da infraestrutura da Amazônia brasileira sequer possuem alguma dimensão relevante nos resumos dos artigos científicos, sendo o percentual de mais de 50% da base codificada atingido após a incorporação de tópicos omitidos pela comunidade científica. Além disso, é destacável que em 1992, não houve menções em discursos sobre a região, apesar de ser o ano da eco-92. Ao final, o mapeamento representa uma oportunidade para análises futuras a partir dos tópicos já identificados.

2. O INSTITUCIONALISMO DISCURSIVO: O DISCURSO COMO DADO.

Esse capítulo propõe-se a ser a musculatura deste trabalho, ao ser o sustento, em seu caráter teórico, do porquê estudar discursos é importante e faz parte do fazer-científico. Desse modo, vamos explicitar os argumentos de como os discursos são relevantes quando ancorados ao marco teórico do institucionalismo discursivo, ao expor, discutir e articular o papel das ideias para o campo dos estudos institucionalistas.

A "virada ideacional" representa a tentativa de diversos autores do institucionalismo da escolha racional, institucionalismo histórico e institucionalismo sociológico de incorporarem o papel das ideias para explicar as permanências e mudanças institucionais, adotando uma abordagem metodológica mais pluralista. Essa transformação ganhou coesão na literatura a partir dos anos 1990, quando os autores neoinstitucionalistas passaram a se voltar para o campo das ideias, fundindo parte de suas abordagens iniciais e criando a virada ideacional, onde "ideias importam" para tentar superar os limites explicativos de suas teorias (Perissinoto e Stum, 2017).

O que leva os autores neoinstitucionalistas a recorrerem às ideias é que, tradicionalmente, essas abordagens tendiam a enxergar as instituições como estruturas dadas, estáticas e restritivas (Schmidt, 2010a). As mudanças institucionais eram explicadas, em grande parte, por "choques exógenos", ou seja, eventos ou influências externas que forçaram modificações, obscurecendo processos de mudanças endógenas.

Para melhor entender os três institucionalismos, o texto será dividido em três seções. Em cada uma delas, apresentaremos uma das abordagens: o institucionalismo da escolha racional, histórico e o sociológico. Pretendemos compreender suas restrições e explicaremos por que cada uma dessas vertentes passou a incorporar o papel das ideias em suas análises.

2.1 O Institucionalismo da escolha racional e a virada para as ideias

O institucionalismo da escolha racional é uma abordagem que se concentra em como instituições e comportamentos são moldados por incentivos racionais e estratégias de maximização de utilidade (North, 1990). A teoria assume que os agentes são racionais e tomam decisões com base em uma avaliação estratégica dos incentivos e das consequências. As instituições são vistas como construtos que ajudam a reduzir a incerteza gerada pelos dilemas de ação coletiva e a melhorar a coordenação entre os atores, através da definição de regras e normas que orientam o comportamento (Schmidt, 2010a).

O institucionalismo racional é criticado por seu determinismo econômico, cuja análise se concentra excessivamente nos incentivos materiais. Além disso, a teoria tem dificuldades em explicar como as instituições mudam ao longo do tempo de forma endógena (North, 1990). A mudança é, muitas vezes, vista como um resultado da alteração nos interesses dos atores, ao ajustar os incentivos ou ser reduzida a eficácia das instituições em atingir os objetivos dos atores. No entanto, o institucionalismo racional não aborda adequadamente como essas preferências de interesses são formadas e mudam, e não levam em conta a perspectiva de que a formação e transformação das preferências não são sempre resultado de um cálculo racional, mas podem ser influenciadas por fatores ideacionais (Blyth, 2007).

Para abordar essas críticas, alguns autores no campo do institucionalismo racional começaram a integrar o papel das ideias na explicação das instituições e da mudança institucional. Algumas abordagens sugerem que as ideias podem preceder os interesses e servir como roteiros para a ação dos atores (Goldstein e Keohane, 1993). Em outras abordagens, as ideias são vistas como pontos focais que ajudam os atores a escolher entre alternativas igualmente aceitáveis.

Em alguns casos, as ideias são vistas como incorporadas nas instituições (North, 1990), mas isso levanta a questão de como essas instituições tornam as ideias acionáveis e como as ideias afetam a formação de interesses e não apenas a ordem dos interesses (Blyth, 2007). Algumas abordagens tratam as ideias como uma forma de legitimação pós-fato das escolhas baseadas em interesses. Isso significa que as ideias são usadas para justificar ações tomadas com base em interesses preexistentes, mas não explicam como as ideias influenciam as mudanças institucionais de forma genuína (Schmidt, 2010a).

Para Goldstein e Keohane (1993) as ideias são vistas como dispositivos funcionais que promovem a cooperação entre agentes cujos interesses são "dados", mas ainda não realizáveis. No entanto, esses estudiosos frequentemente utilizam as ideias para explicar resultados, em vez de investigar o que as ideias fazem por si mesmas. Se as instituições tornam as ideias "acionáveis", então não se pode apelar às ideias para criar instituições (Blyth, 2002). No entanto, se argumentarmos que as ideias criam instituições, essa definição de visões de mundo torna-se problemático dentro de uma estrutura racionalista.

A autora que cunhou o institucionalismo discursivo, Vivien Schmidt (2010a) critica a visão do institucionalismo racional sobre a formação de preferências, argumentando que as preferências não são simplesmente calculadas com base em interesses materiais, mas são moldadas por ideologias, normas e contextos discursivos. No mesmo texto, ainda se argumenta que as instituições devem ser vistas como portadoras de ideias e normas, e não

apenas como estruturas neutras de incentivos, enfatizando que as ideias e discursos sobre as instituições moldam como as instituições são percebidas e como elas evoluem ao longo do tempo.

2.1.1 Institucionalismo histórico e a virada para as ideias

O institucionalismo histórico concentra-se na análise das instituições como estruturas que moldam e são moldadas por processos históricos. As mudanças no institucionalismo histórico são lentas e graduais, geralmente através de processos de adaptação e reforma ao longo do tempo, sendo assim, as instituições evoluem ao adicionar novas camadas ou por mudanças gradativas, resultando em mudanças que ocorrem sem uma reavaliação explícita das regras existentes (Mahoney, 2000).

O Institucionalismo Histórico é criticado por sua visão mais mecanicista e menos dinâmica das instituições, retratando-as como restritivas e externas aos agentes. Isso minimiza o papel das ideias e da deliberação consciente na mudança institucional, como a própria agência dos indivíduos, que ontologicamente teriam suas ações restritas de maneira definitiva, sendo lastreadas apenas pelo que a estrutura vigente permite, de maneira radical (Schmidt, 2010.a).

A limitação desse institucionalismo reside, em grande parte, por tratar as instituições como estruturas rígidas pela sua ontológica que preza pela estrutura. Desse modo, diversos autores, mesmo em concordância com os pressupostos do institucionalismo histórico, tentam incorporar em suas abordagens explicações que abarquem a mudança institucional endógena.

Streeck e Thelen (2005) abordaram essa limitação introduzindo conceitos como mudanças incrementais, tentando, assim, descrever formas de mudança que não se encaixam na ideia de rupturas abruptas. Por consequência, é reconhecido que as instituições não são apenas estruturas rígidas que moldam o comportamento, mas também espaços onde as ideias podem influenciar a evolução institucional. Streeck e Thelen (2005) argumentam que as instituições são arenas de disputa onde diferentes ideias e interesses competem, e essa competição pode levar a mudanças incrementais e significativas ao longo do tempo.

Dentro da tradição, mais autores começaram a considerar o papel das ideias. Pierson (2004) é conhecido, assim como Mahoney (2000) por teorizar por meio do "path dependence" e os efeitos de retorno crescente. Contudo, em suas análises, ele reconhece que as ideias podem influenciar as escolhas institucionais, especialmente em momentos críticos ("critical junctures"). Pierson argumenta que, embora as instituições estabeleçam estruturas que restringem o comportamento, as ideias podem ser cruciais em momentos em que essas

estruturas estão em transição, ou quando novas instituições estão sendo formadas (Pierson, 2004).

Por fim, entre os proponentes que enfatizaram a importância das ideias no institucionalismo discurso, há o autor Peter Hall (1993). Ele utiliza o conceito de "paradigmas políticos" para explicar as mudanças na política econômica, diferenciando entre três níveis de mudança: primeira, segunda e terceira ordens. Hall (1993) argumenta que as ideias desempenham um papel crucial nas mudanças políticas e institucionais. Todavia, para que novas ideias sejam implementadas, elas precisam servir aos interesses dos partidos no poder, isso significa que as ideias devem fortalecer a posição política dos partidos que as adotam. Além disso, as ideias precisam ser "acionáveis"; o Estado deve ter a capacidade de implementar as políticas decorrentes dessas novas ideias, uma vez que elas devem ser práticas e viáveis dentro das estruturas institucionais existentes.

Algumas considerações são importantes para contrapor a teorização explicitada acima (Hall, 1993), mesmo após a virada ideacional. Para que as ideias sejam adotadas e possam explicar alguma mudança, essas ideias impreterivelmente, precisam de alguma forma adequar-se às instituições preexistentes. Contudo, é lógico questionar se as ideias nesse contexto, possuem algum potencial genuinamente transformador (Blyth, 2002).

Nesse sentido, Blyth (2002) pondera duas conclusões acerca do pressuposto de Hall (1993): Ou, essas ideias atuam como catalisadores que aceleram a mudança, ou, as ideias em questão ao serem facilmente incorporadas indicam seu caráter não opositor às políticas existentes. De toda forma, as ideias não teriam papel de primazia nas mudanças.

Criticando as insuficiências da teorização do institucionalistas históricos no texto, Schmidt (2010.a) reclama que as instituições são ontologicamente anteriores aos indivíduos que as constituem. Portanto, as preferências dos indivíduos "históricos" são elas próprias um reduto das instituições. Para os institucionalistas históricos, as instituições "estruturam" as preferências dos indivíduos, enquanto para os racionalistas, as preferências dos indivíduos "estruturam" as instituições, resultando em duas teorias que relegam um papel secundário as ideias na formação das preferências dos indivíduos (Schmidt, 2010.a).

2.1.2 Institucionalismo sociológico e a virada para as ideias

O institucionalismo sociológico foca nas formas e procedimentos organizacionais que surgem de práticas culturalmente específicas. As normas e sistemas de significado que orientam a ação humana, proporcionam uma "lógica de adequação" (March e Olsen, 1989;

DiMaggio e Powell, 1991). Nesse caso, as instituições não são vistas apenas como regras formais ou incentivos materiais, mas como estruturas cognitivas e normas culturais profundamente enraizadas que influenciam a maneira como os indivíduos e organizações agem, baseado no que é socialmente apropriado.

Para o Institucionalismo Sociológico, as ideias são vistas como parte das estruturas institucionais que são culturalmente determinadas e frequentemente estáticas. Estas ideias são entendidas como normas e sistemas de significado que moldam a ação (Finnemore, 1996). Outro aspecto importante da teoria é a ideia de que as práticas organizacionais se difundem através de um processo de isomorfismo, no qual organizações adotam estruturas e práticas semelhantes, não porque elas sejam necessariamente eficientes, mas porque são vistas como legítimas dentro de um contexto cultural específico (DiMaggio e Powell, 1991).

Contudo, diferente de outras abordagens neoinstitucionalistas, o institucionalismo sociológico sempre teve um foco inerente às ideias, na medida em que trata das normas, crenças e sistemas de significado que orientam a ação. Ainda assim, após os anos 1990, há um reconhecimento mais explícito da importância das ideias como fatores dinâmicos e não apenas como estruturas estáticas (Schmidt, 2010a).

Em conclusão, grande parte das críticas ao institucionalismo sociológico é derivada de uma limitação contraída a partir de seu entendimento ontológico pós-estruturalista, isso pois, a teoria trata as instituições como estruturas sem considerar adequadamente o papel dos agentes na mudança institucional. Além de, em seu escopo, as ideias são entendidas como elementos culturais que influenciam comportamentos e ações, mas de uma forma que pode ser considerada estática. Nesse sentido, ele não explora suficientemente como as ideias são dinâmicas e podem evoluir ao longo do tempo. (Schmidt, 2010a).

2.2 Como as ideias definem a percepção e guiam a ação

Superadas as apresentações dos três neoinstitucionalismos, iremos nos ater a discutir de maneira um pouco mais aprofundada, como as ideias são incorporadas e interpretadas como elementos causais para a realidade política. Para tanto, apresentamos uma revisão do clássico livro “Ideas and Foreign Policy: Beliefs, Institutions, and Political Changes” de Judith Goldstein e Robert O. Keohane (1993). Os autores definem que as ideias são definidas como crenças sustentadas por indivíduos, que por sua vez, ajudam a explicar os resultados políticos, inclusive os relacionados à política externa.

Os dois teóricos defendem o reavivamento do debate da igualdade ontológica entre ideias e interesses em termos causais, devido ao esquecimento sistemático do conteúdo

substantivo das ideias ser algo importante para a política, sendo promovido através de décadas pelas explicações racionalistas dentro das relações internacionais. Nesse caso, autores sugerem um silogismo diferente, que as ideias, tanto quanto os interesses, têm peso causal quando orientadas a explicar a ação dos atores, deixando de lado perspectivas que coloquem as ideias num papel de suporte, sendo usadas para legitimar interesses, sem que as ideias tenham realmente qualquer papel causal.

A importância das ideias para teorias como o institucionalismo ideacional está vinculada às ideias disponíveis que afetaram a política. Destrinchando, os indivíduos agem de forma dependente com as ideias que estão dispostas em sua realidade, pois, elas fornecem os métodos necessários para a compreensão da realidade das pessoas, e a partir da compreensão, propõe caminhos possíveis para a ação individual, sendo uma fonte interpretativa e coordenadora. Aqui cabe colocar que mesmo desafiando as concepções mais racionalistas, Goldstein e Keohane (1993) não buscam desintegrar todas as premissas, preservando o conceito de comportamento auto interessado e racional dos indivíduos.

Nesta interpretação, as ideias servem como um grande espaço, e o que estiver delineado dentro da borda espacial (ideias), são possibilidades de ações cognoscíveis para a agência dos atores. Sendo assim, as ideias viabilizam a ação ao passo que fornecem matéria para a interpretação e compreensão de conceitos.

São desenhados no livro *Ideas and Foreign Policy* (1993) três tipos de crenças. Estas são catalogadas como “crenças específicas” caracterizadas pelo seu alto grau de difusão: compartilhadas por um grande número de indivíduos. Essas crenças, que são ideias, geram impactos na ação humana e seus tipos são: Visões de mundo, crenças de princípio e crenças causais.

As visões do mundo é o primeiro tipo de crença apresentado no texto, sendo considerada a de impacto mais amplo entre todas, o exemplo mais emblemático de visões de mundo é as religiões (Goldstein; Keohane, 1993). As visões de mundo estão imbuídas na cultura, pensamento e discurso, sendo para além de visões normativas, incluindo percepções sobre ética e cosmologia. Esse tipo de crença é tipificado como a mais complexa no que tange a investigação da ligação entre estas e as mudanças materiais.

Quanto à segunda há a crença de princípios. Estas são crenças normativas e assim como o tipo anterior, têm impactos complexos e profundos na ação política quando passam por transformações em seus níveis mais elementares, pelo seu caráter normativo. As crenças de princípios geram distinções qualitativas, ou seja, definem critérios qualitativos, que caminho o indivíduo pode e deve seguir para que suas doutrinas mais fundamentais se

realizem em ação. Dessa forma, as crenças de princípios são ideias que permitem a orientação das pessoas, geralmente alocadas dentro de um quadro maior ainda, as visões do mundo (Goldstein; Keohane, 1993).

A última categoria de ideias é a crença causal. Essa parece ser a mais clara de toda em termos de identificação de seus efeitos nas mudanças, já que se debruça na relação causa-efeito das ações, isso quer dizer que a crença causal fornece guias de como os indivíduos devem agir para atingir determinado efeito, sendo este, um objetivo.

As crenças causais podem ser partilhadas por elites, legitimadas, ou podem ser partilhadas dentro de um conjunto de crenças apoiados por pessoas do abstrato social, que não incluem somente as elites, sendo isso chamado de conjunto de crenças compartilhadas.

As crenças causais são as “executoras” dentro do quadro das três categorias, pois elas permitem a obtenção de estratégias para guiar a ação dos indivíduos até os seus objetivos (Goldstein; Keohane, 1993). Desse modo, visões de mundo são ideias que permitem a compreensão do mundo, o primeiro nível cognoscível de ideias, dentro das percepções permitidas dentro das visões do mundo, torna-se inteligíveis os objetos dispostos no mundo e suas qualificações, essas qualificações são determinadas dentro das crenças baseadas em princípios, por meio da separação entre o preferível e o não preferível, o caótico e o ordenador, havendo a disposição de ações que obedecem as doutrinas fundamentais, as visões de mundo. O nível mais “raso” das ideias são as crenças causais, tanto que este tipo se modifica de maneira mais perceptível na vida social.

Superada a categorização das ideias, é salutar destacar que para Goldstein e Keohane (1993), não se pode fazer uma ligação causal entre as ideias defendidas por pessoas que fazem política e suas ações política, já que é assumida a possibilidade de ideias específicas serem escolhidas apenas para atenderem interesses políticos, num contexto em que muitas ideias estão dispostas nas discussões políticas, não é confiável destacar que o que é defendido é realmente acreditado por quem defende.

Essas considerações ajudam a apresentar os três caminhos causais aos quais as ideias influenciam os resultados políticos. O primeiro caminho é o das ideias como fornecedores de roteiros (Goldstein; Keohane, 1993). Assim, uma ideia é escolhida para ser a ferramenta que permitirá interpretar a realidade, ou seja, eleita a ideia que irá clarear os caminhos para que os indivíduos definam as suas preferências, objetivos e estratégias possíveis que as possam aproximar de maneira inteligível de seus objetivos, essa ideia de maneira maniqueísta também obscurece as demais formas de interpretação da realidade ou as rebaixam, e esse é seu aspecto limitador.

O segundo caminho causal, cujas ideias têm e podem influenciar os resultados políticos, é na chamada interação estratégica (Goldstein; Keohane, 1993). Assumindo que os atores possuem suas preferências formadas. É correto colocar que essas ao serem escolhidas, refletem as crenças de visão de mundo e as crenças de propósito, isto é, o que é entendido como certo e errado. Dadas essas preferências, há a seleção de estratégias que sejam consideradas mais eficientes para o alcance de resultados políticos desejados.

Dessa forma, o terceiro tipo de crença, as crenças causais, entra em cena para determinar quais os meios disponíveis de ação serão mensurados e escolhidos no processo de definição dos melhores meios que levem aos objetivos (Goldstein; Keohane, 1993). As crenças causais são postas aqui, pois, no processo de interação estratégica, é postulado que os indivíduos não possuem informações completas, isso significa que há o elemento da incerteza, e nesses momentos, as expectativas voltam-se para as crenças causais, fornecendo estratégias aos atores com a forma como as ideias influenciam os resultados das políticas varia de acordo com os caminhos.

É importante considerar que as ideias integradas às instituições, ou seja, os arranjos institucionais já disponíveis guiam as decisões políticas, e muitas vezes, essas ideias incorporadas, definem a tomada de decisão. As ideias originárias, que estruturam as instituições, mesmo que não sejam mais legitimadas, continuam definindo os caminhos que serão utilizados mesmo que os interesses mudem, essa explicação serve para propor, que muitas vezes as ideias, e não o poder explicam os percursos traçados (roteiro) de uma determinada escolha política. Assim, tanto as instituições como as crenças causais em momentos de incerteza são recursos (Goldstein; Keohane, 1993).

É colocado que muitas vezes as ideias sustentadas pelos atores são parte elementar para coordenar a ação política, isso pois, não apenas as restrições e oportunidades estruturam as possibilidades de ação, os indivíduos levam em consideração suas crenças e expectativas mesmo que isso não os coloque no caminho que seja interpretado como o mais eficiente, este caminho é o das ideias para aliviar a coordenação, as ideias são neste caminho, pontos focais, e interpretados como as soluções para os problemas (Goldstein; Keohane, 1993).

O último e terceiro caminho causal é como as instituições estão entre as ideias e os resultados políticos. As instituições nesse caso compreendem as agências administrativas, normas, leis, organizações e procedimentos legitimados. Por fim, as ideias tornam-se instituições. Finalmente, esse processo acontece depois de um determinado conjunto de ideias moldarem paulatinamente as normas pré-existentes, dessa forma, as ideias têm um impacto

prolongado, podendo ser secularizadas e perduram mesmo após não serem mais legitimadas por meio das crenças (Goldstein; Keohane, 1993).

Para somar com a defesa da tese de que ideias importam e influenciam a política, trazemos o livro “Great Transformation: Economics Ideas and Institutional Change in the Twentieth Century”, de autoria de Blyth (2002) que está muito mais próximo ao institucionalismo discursivo, apesar das contribuições de Goldstein e Keohane (1993) serem inquestionáveis.

Muitas vezes é definido como efeitos causais das ideias o impacto que as ideias têm em diferentes etapas de processos de mudança institucional, especialmente durante períodos de crise, mas também servem para explicar os momentos de estabilidade (Blyth, 2002). Tais efeitos são verificados em cinco hipóteses, são elas:

A primeira Hipótese (1): em períodos de crise, as ideias (e não as instituições) reduzem a incerteza. Durante crises, os agentes enfrentam alta incerteza e não têm uma compreensão clara de como agir. As ideias fornecem um quadro interpretativo que ajuda os agentes a entenderem a natureza da crise e a formularem respostas iniciais. Sem essas ideias, os agentes estariam paralisados pela incerteza.

A segunda Hipótese (2): ideias facilitam a ação coletiva e a construção de coligações. Com a incerteza inicial reduzida, as ideias ajudam os agentes a se organizarem coletivamente, formando coligações para enfrentar a crise. Essas ideias fornecem uma compreensão compartilhada e um plano de ação comum, facilitando a cooperação e a coordenação necessárias para implementar mudanças.

A terceira Hipótese (3): ideias como armas na contestação institucional. As ideias são usadas como ferramentas para desafiar e deslegitimar as instituições existentes. Elas fornecem argumentos e justificativas para a mudança, ajudando a minar a confiança nas estruturas institucionais atuais, preparando o terreno para a construção de novas estruturas.

A quarta Hipótese (4): ideias como modelos para novas instituições. Depois de deslegitimar as instituições existentes, as ideias servem como modelos para a criação de novas instituições. Elas oferecem diretrizes sobre como as novas instituições devem ser estruturadas e operadas. Elas fornecem um projeto detalhado para o desenho institucional, garantindo que as novas estruturas sejam adequadas para resolver a crise.

A quinta Hipótese (5): ideias promovem a estabilidade institucional. Uma vez que as novas instituições são estabelecidas, as ideias econômicas continuam a desempenhar um papel vital ao coordenar as expectativas dos agentes. Essas ideias se transformam em convenções compartilhadas que promovem a estabilidade a longo prazo.

Uma importante contribuição fornecida por Blyth (2002) é a diferenciação entre incerteza e risco. De maneira ampla, a incerteza seria conceituada como a situação em que os agentes têm certeza de quais são seus interesses, mas não sabem como alcançá-los. Porém, para o autor, existem situações que só poderão ser explicadas pelo que ele chama de "incerteza Knightiana", que descreve momentos em que os agentes não sabem quais são seus interesses, nem quais caminhos seguir. A Incerteza Knightiana refere-se a situações em que os agentes não conseguem classificar ou atribuir probabilidades aos resultados devido à singularidade das situações. Isso significa que melhorar a informação não resolveria a ambiguidade estratégica, pois os agentes não sabem realmente quais são seus interesses.

Em contraste, a incerteza como complexidade, segundo teóricos como North e Simon, pressupõe que os agentes conhecem seus interesses, mas enfrentam dificuldades computacionais e ambientais para realizá-los. Nesse caso, a incerteza é reduzida ao risco, onde os agentes podem atribuir probabilidades aos resultados. Devido à incerteza sobre os resultados, os agentes não conseguem definir as melhores ações para atender seus interesses, pois não conseguem antecipar ou atribuir probabilidades.

Isso gera uma ambiguidade estratégica, já que obter mais informações não resolve o problema, pois os agentes ainda não sabem o que realmente desejam. Sem clareza sobre o que é desejável, os interesses permanecem instáveis e dependem de crenças e ideias. Essas crenças influenciam as interações e os resultados, moldando o comportamento coletivo. Sob as mesmas circunstâncias, os agentes podem agir de formas distintas com base em suas ideias, que também reestruturam suas percepções sobre os interesses dos outros.

Blyth (2002), explora os limites entre incerteza e risco, desafiando as fronteiras das teorias institucionalistas. Ele argumenta que essas teorias vêm a incerteza como a força motriz para a existência das instituições, mas que, ao fazer isso, acabam confundindo incerteza com risco, subestimando o papel de ambos na gênese das instituições. Dessa forma, neoinstitucionalistas evitam considerar cenários de incerteza Knightiana, para que os interesses incertos dos agentes em um contexto de incerteza fiquem fora da teorização. Com essa simplificação, os interesses dos agentes passam a ser um elemento explicativo de suas ações, e a própria incerteza a que os agentes estão sujeitos é minimizada.

Nesse sentido, o autor descreve que, antes de os agentes pensarem em formas institucionais para reduzir suas incertezas, eles devem discutir e diagnosticar a natureza da crise para formular uma estratégia de ação coletiva. Colin Hay contribui para esse pensamento ao conceituar a “mobilização de percepções de crise” (Hay, 2001), que corresponde à formação e triunfo de uma ideologia simplificadora. Essas ideias, que explicam as causas da

incerteza, não correspondem apenas a uma crise específica, mas são acessadas em diferentes momentos para diagnosticar crises. Nesse contexto, as ideias que emergem em tempos de instabilidade convergem experiências individuais em uma consciência coletiva que permite a ação coletiva, e isso se torna uma fonte para a criação de novas instituições. Assim, as ideias tornam o conceito de crise cognoscível e tratável (Hay, 2001).

A contribuição desse teórico para a defesa de que "ideias importam" está no argumento de que elas, junto com as incertezas, são elementos explicativos válidos da mudança institucional (Hay, 2001). Isso é importante, pois confirma a tese de que as ideias refletem o mundo ao seu redor e, em tempos de instabilidade institucional, permitem a cognição que leva ao reconhecimento e compreensão da nova situação, definindo caminhos a seguir. Em suma, as ideias reduzem a incerteza para os agentes ao fornecer descrições científicas e normativas da política existente, além de apresentar como esses elementos devem ser construídos de maneira específica. Elas também fornecem modelos para novas instituições e podem cristalizar-se, perdurando ao longo do tempo (Hay, 2001).

Em consonância com Blyth (2002), esse trabalho trata o indivíduo sem os microfundamentos do individualismo ontológico, mas também, afasta-se do estruturalismo ontológico; focar em estruturas ou em ação individual como fonte de mudanças é igualmente vago (Schmidt, 2010b). De um lado, as teorias estruturais tratam as mudanças como inteiramente produto da estrutura. De maneira similar, os individualistas metodológicos têm o mesmo problema, ao colocar apenas os agentes como responsáveis por mudanças, já que postulam os problemas da ação coletiva de tal forma que seria impossível discorrer como ocorrem tantas mudanças.

Nesse contexto, é importante falar sobre as ideias, seja em teorias mais ou menos relacionadas com a perspectiva de ideias para o institucionalismo discurso, pois a literatura atual não a valoriza suficientemente como fator explicativo. Como Sikkink e Finnemore (1998) apontam, é paradoxal que acadêmicos, cuja função envolve criar e entender ideias, atribuem pouca importância a elas na explicação da política. A forma como a ciência política conceitua a relação entre instituições, interesses e ideias é a causa desse paradoxo (Sikkink e Finnemore, 1998).

Portanto, o papel das ideias na mudança institucional tende a ser de "preenchimento" ou hipótese auxiliar para resolver problemas preexistentes em seus programas de pesquisa. Como resultado, existe uma tendência de tratar ideias e interesses como conceitos radicalmente diferentes e não relacionados. Para tanto, o capítulo agora se moverá na direção

do institucionalismo discursivo (Schmidt, 2008), e ao explicar seu aparato teórico, espera-se que seja compreendido o porquê da escolha deste para legitimar o estudo dos discursos.

2.3 É cunhado um novo institucionalismo

Para superar as limitações das abordagens tradicionais, Schmidt (2008) introduz o institucionalismo discursivo como uma nova estrutura analítica, que foca em como as ideias e o discurso são usados para explicar a mudança política e a continuidade dentro do contexto institucional (Schmidt, 2008). A autora destaca que aqueles que levam a sério o papel das ideias e do discurso no contexto institucional, ou seja, que não os relegam a papéis secundários ou complementares, podem ser chamados de institucionalistas discursivos.

Dentro do institucionalismo discursivo, os estudiosos focam no discurso explorando como essas ideias são comunicadas, debatidas e legitimadas através de processos discursivos. Ao contrário das abordagens anteriores, o institucionalismo discursivo oferece uma perspectiva mais dinâmica sobre a mudança e a continuidade. Ele se concentra nas ideias que são desenvolvidas e compartilhadas por agentes "conscientes" através de interações discursivas. Essas interações influenciam as ações políticas dos agentes, que, por sua vez, podem transformar (ou manter) as instituições (Schmidt, 2008).

2.3.1 Epistemologia e ontologia do institucionalismo discursivo

Para o institucionalismo discurso (ID), há elementos de subjetividade e intersubjetividade nas instituições e no discurso. Para tanto, tem como base autores como Giddens, Bourdieu e Laclau. A ideia central é que as instituições não são apenas estruturas externas, mas também moldadas pelas ações e pensamentos dos agentes. A "estruturação", conceito de Giddens (1984), é essencial, ao sugerir que as instituições são continuamente produzidas e reproduzidas pelas práticas dos indivíduos. Dessa forma, o ID, ao beber da fonte do construtivismo na sua ontologia, põe peso causal da agência dos atores, fugindo do paradoxo agência/estrutura de teorias neoinstitucionalistas como o sociológico, que é pós-estruturalista (Giddens, 1984).

O elemento subjetivo dentro do ID diz respeito às perspectivas individuais que influenciam ações e ideias, enquanto a intersubjetividade surge quando essas ideias são compartilhadas e aceitas coletivamente (Laclau, 1995). O papel do discurso entre o subjetivo e intersubjetivo é primordial, atuando como o principal meio pelo qual essas subjetividades

são expressas e transformadas em significados coletivos, permitindo que as instituições sejam alteradas ou preservadas (Schmidt, 2017).

Nesse contexto, o ID distingue entre "capacidades ideacionais de fundo", que envolvem ideias já existentes, e "capacidades discursivas de primeiro plano", que permitem a deliberação e transformação institucional. Assim, as ideias desempenham um papel ativo na criação da realidade social e política, tanto quanto são fundamentais no processo de mudança das instituições ao incorporarem a reflexão crítica dos agentes por meio de sua subjetividade (Schmidt, 2017).

O contexto institucional dentro do ID bebe da distinção de Searle (1995) entre "fatos brutos" que são elementos do mundo que existem independentemente da percepção humana, como os mares e, "fatos sociais" que incluem os fatos institucionais, dependem do reconhecimento e da existência humana (Searle, 1995). Assim, as instituições só existem porque são percebidas e reconhecidas pelos indivíduos, sendo reais na medida em que os acordos coletivos que as sustentam continuam a ser aceitos (Laclau, 1995). Desse modo, as instituições devem ser entendidas como um "contexto de significado", sendo esse aspecto epistemologicamente central no institucionalismo discursivo (Schmidt, 2017). Isso significa que as instituições são constituídas pelo significado atribuído a elas por meio de discursos e ideias, e não simplesmente por interesses materiais ou objetivos.

No ID, os interesses são moldados por ideias e, portanto, são subjetivos. Isso distingue o ID das abordagens mais materialistas e racionalistas, que veem as instituições como estruturas neutras de incentivos. Por fim, é importante destacar que o discurso é epistemologicamente importante para o institucionalismo discursivo, mediando as ideias e as instituições, e em conjunto com a ontologia do ID, fornece uma perspectiva inédita entre os neoinstitucionalismos (Schmidt, 2017).

2.3.2 Ideias

A relação entre o institucionalismo discursivo e as ideias são amplamente discutidas dentro do escopo da teoria. Elas podem ser divididas entre dois tipos, sendo o primeiro as ideias cognitivas, que explicam "o que é e o que fazer", fornecendo diretrizes práticas e soluções baseadas em conhecimento e evidência. (Campbell, 1998) Ou seja, as ideias cognitivas fornecem soluções específicas para problemas, provendo reformas ou estratégias para combater problemas sociais tidos como emergentes. Geralmente, as ideias cognitivas são baseadas em evidências. Ou, podem ser ideias do tipo normativas, que abordam "o que é bom ou ruim" e fornecem critérios para avaliar a adequação das políticas em relação a valores e

ideais. A conformidade com a norma é essencial para a legitimação das políticas e para assegurar que elas estejam alinhadas com os valores e expectativas da sociedade, mas podem ser subjetivas e variáveis. Por fim, ideias cognitivas podem ser relacionadas como ideias imbricadas em interesses, e as normativas mais profundamente relacionadas às ideologias ou cosmovisões (Campbell, 1998).

No que concerne à relação entre ideias e poder, o institucionalismo discursivo é ontologicamente semelhante ao construtivismo (Schmidt, 2008). Isso pois, o pós-estruturalismo, segundo Schmidt (2017), tende a enfatizar o poder do tipo top-down. Isso significa que ele coloca uma forte ênfase na dominação exercida por elites e estruturas sociais sobre a sociedade. Para os pós-estruturalistas, como Foucault, Gramsci, Laclau e Mouffe, o poder é visto intrinsecamente ligado ao discurso e às estruturas de dominação (Schmidt, 2017). Nessa perspectiva, o foco está em como as elites ou instituições dominantes controlam o discurso e, conseqüentemente, a forma como as pessoas pensam sobre a política e a sociedade. O poder é, portanto, algo que desce de cima (das elites) para baixo (para as massas), moldando a subjetividade e a compreensão das pessoas sobre a realidade social (Blyth, 2007).

O institucionalismo discursivo foge dessa visão, não considerar adequadamente as dinâmicas bottom-up de poder, ou seja, as formas como os atores políticos situados na base da hierarquia de poder (como movimentos sociais, grupos de interesse, ou cidadãos comuns) podem influenciar o discurso e, eventualmente, mudar a forma como a sociedade e as elites pensam sobre determinadas questões (Schmidt, 2008). Nesse contexto construtivista, o poder ideacional não é apenas um processo de dominação top-down, mas também envolve lutas discursivas e a capacidade dos atores menos poderosos de influenciar o debate público e as decisões políticas, desafiando as estruturas de poder existentes. Nesse contexto poder ideacional é de três tipos (Schmidt, 2008):

(1) Poder através das ideias: Este tipo de poder refere-se à capacidade dos atores de persuadir outros a adotarem suas visões de mundo, por meio de argumentos que combinam elementos normativos (valores) e cognitivos (crenças racionais). A persuasão ocorre através do discurso, que pode ser direcionado tanto para a coordenação entre atores políticos quanto para a comunicação com o público em geral. Esse processo não é necessariamente racional, no sentido de que a ideia mais "lógica" ou "melhor" nem sempre prevalece, mas sim aquela que consegue reunir os argumentos mais convincentes e ressoar com as crenças já estabelecidas dos ouvintes.

(2) Poder sobre as Ideias: Implica a capacidade de controlar o significado das ideias, seja impondo interpretações específicas ou resistindo a outras. Esse poder pode ser exercido de forma direta (impondo ideias) ou indireta (envergonhando ou marginalizando oponentes). É uma forma de poder mais coercitiva e pode ser associada a atores que controlam estruturas tradicionais de poder, como instituições ou estruturas sociais. Entretanto, também pode ser exercido por atores com pouco acesso ao poder tradicional, mas que, por meio do discurso, conseguem forçar mudanças no comportamento de atores mais poderosos.

(3) Poder nas Ideias: Esse tipo de poder está relacionado à autoridade que certas ideias possuem para estruturar o pensamento e moldar como outras ideias são aceitas. Ele pode ser estrutural, quando há hegemonia na produção de subjetividades, ou institucional, quando as instituições limitam quais ideias podem ser consideradas. O foco está nas estruturas ideacionais e institucionais que moldam o contexto em que as ideias são discutidas e adotadas. Esses conceitos mostram como as ideias interagem com as relações de poder, seja pela persuasão, controle ou estruturação do pensamento social.

Também é explorado como o institucionalismo discursivo pode explicar diferentes tipos de mudanças políticas através das ideias (Schmidt, 2008). É mencionado duas abordagens principais: (1) Mudança Radical ou Revolucionária: No contexto em que a mudança ocorre rapidamente, geralmente em resposta a crises, resultando em uma "mudança de paradigma". (2) Mudança Incremental: A mudança ocorre de forma gradual ao longo do tempo, com ideias e discursos evoluindo e se reinterpretando.

Ambas as abordagens são divididas em três níveis distintos, cada um desempenhando um papel específico na formulação e implementação de políticas: As ideias de primeiro nível são as ideias políticas, que promovem **soluções políticas**, ou seja, versam na resolução de problemas específicos. Representam as recomendações e estratégias diretas que os formuladores (políticos) e especialistas em temas específicos são geralmente os principais proponentes dessas ideias. Eles articulam soluções baseadas em pesquisas, dados e análises para convencer *stakeholders* e o público da eficácia de suas propostas (Schmidt, 2012).

As ideias de segundo nível são as ideias programáticas, mais gerais, e sustentam os **programas políticos**. Elas incluem paradigmas e princípios organizadores que orientam a implementação das políticas específicas. Eles oferecem uma visão abrangente que conecta políticas específicas com princípios mais amplos. Finalmente, as ideias de terceiro nível são as **filosofias públicas**, visões de mundo que sustentam as políticas e programas. Representam as crenças fundamentais e os princípios organizadores que moldam o pensamento e as práticas políticas a um nível mais profundo, fornecendo uma base sólida para a coesão social e

política. Esses conceitos são comparados a ideologias que permeiam o discurso político, sendo representados através de símbolos e retórica nos debates. No entanto, isso não significa que essas ideias sejam imutáveis (Schmidt, 2012).

Embora as filosofias públicas e ideologias possam parecer estáveis, na verdade, são suscetíveis a mudanças significativas e rápidas. As mudanças ocorrem frequentemente em resposta a crises de legitimação, que são momentos em que a legitimidade das ideias e convenções políticas existentes é posta em dúvida (Kingdon, 1984). De acordo com esse episteme, durante essas crises, filósofos ou pensadores podem desempenhar um papel crucial ao reescrever as antigas convenções políticas ou ideologias. Isso significa que eles tomam as ideias já estabelecidas, questionam sua relevância e validade no contexto da crise, e as reinterpretam ou redefinem para criar novos quadros conceituais (Kingdon, 1984).

Esses novos quadros conceituais não surgem do nada. Em vez disso, eles são construídos a partir de uma “reciclagem” das memórias e compreensões comunitárias passadas (Kingdon, 1984). Isso significa que os novos conceitos ainda se conectam com as experiências e valores já presentes na sociedade, mas são reorganizados de uma maneira que ressoe de forma nova e significativa com a população. O ponto central é que essas mudanças filosóficas, podem ter um impacto profundo na ação política. Ao criar novos quadros conceituais (Kingdon, 1984). De modo diferente, as ideias políticas podem mudar rapidamente, especialmente quando ocorrem eventos significativos que criam "janelas de oportunidade", podendo ser consequência de um evento ou crise ou a partir de novas ideias, que podem, por si só, abrir essas janelas, criando oportunidades para a mudança (Kingdon, 1984).

Existem quatro fatores para a abertura de uma janela (Kingdon, 1984). O primeiro fator é a partir de um problema, ou seja, um problema pode surgir de um evento ou ser inspirado por ideias, que é percebido como algo que exige uma mudança política. O segundo advém dos legados políticos: as novas ideias precisam desafiar os legados políticos existentes, e as soluções propostas devem estar em sintonia com as práticas políticas estabelecidas. O terceiro é as preferências dos atores políticos: os atores políticos precisam querer mudar ou manter seus legados, dependendo de como eles veem o problema e se acreditam que ele oferece uma oportunidade para novas ideias. E por fim, o último fator para a abertura de uma janela é a partir da capacidade institucional e discursiva: os atores políticos precisam ter a capacidade institucional para fazer mudanças e a habilidade discursiva para persuadir os outros atores de que a mudança é necessária.

2.3.3 Discurso

Nesse momento, vamos discutir o papel do discurso dentro do Institucionalismo Discursivo. Para tanto, a importância dos discursos está na sua intimidade com as ideias (Schmidt, 2011). Como anteriormente mencionado, as ideias políticas podem mudar em diferentes níveis (político, programático ou filosófico) e podem ser de diferentes tipos (cognitivo e normativo). Essas ideias não devem ser vistas apenas em sua forma pura, mas também em como elas são expressas, moldadas e disseminadas através do discurso. Esses discursos desempenham um papel crucial na maneira como as ideias são entendidas, adotadas e implementadas através do processo discursivo.

No processo discursivo, as "habilidades discursivas de primeiro plano" são essenciais para explicar a mudança institucional. Essas habilidades permitem que os indivíduos reflitam criticamente sobre suas instituições, se envolvam em deliberação e persuasão, e, assim, promovam mudanças institucionais (Schmidt, 2011). Tais habilidades são descritas por Habermas (1996) como "ação comunicativa". Além disso, os atores podem ganhar poder através da persuasão de suas ideias, mesmo que não tenham uma posição de poder tradicional. Isso é evidente em movimentos sociais e outros atores que moldam a agenda política por meio de suas ideias das estruturas históricas e culturais que moldam as ideias e o discurso.

As ideias são disseminadas pelos discursos em duas diferentes esferas: a primeira é o **discurso coordenativo** (Schmidt, 2011) que envolve a construção e desenvolvimento de ideias políticas dentro de uma esfera mais restrita, composta principalmente por elites e atores políticos especializados. Esses atores estão diretamente envolvidos na formulação de políticas e na construção de ideias que moldam decisões políticas e institucionais.

Este tipo de discurso ocorre entre comunidades epistêmicas, grupos de especialistas que compartilham um conjunto de crenças e que exercem influência na formulação de políticas através de sua expertise (Haas, 1992). Os discursos coordenativos acontecem em coligações de defesa, elites que, além de compartilhar ideias, têm acesso político e atuam juntos para influenciar a política pública. Além disso, os discursos coordenativos também acontecem em redes de ativistas, que contestam e promovem ideias na política, particularmente na política internacional. Assim como em grupos de empreendedores de ideias e mediadores, que são indivíduos ou grupos que atuam como catalisadores para a mudança, introduzindo novas ideias e articulando-as no debate político. O foco do discurso coordenativo está na elaboração e consolidação de ideias dentro dessas redes de influência,

onde o objetivo é criar consensos e moldar políticas antes que elas sejam apresentadas ao público em geral (Schmidt, 2011).

O **discurso comunicativo**, por outro lado, refere-se à esfera onde as ideias desenvolvidas no discurso coordenativo são trazidas ao público para deliberação, legitimação e persuasão. Este tipo de discurso envolve os líderes políticos, que promovem as ideias ao público em campanhas eleitorais, debates públicos ou fóruns políticos, buscando persuadir os eleitores e ganhar apoio e na sociedade civil e público informado, sendo os indivíduos e grupos que participam em debates e discussões públicas, engajando-se em ações comunicativas que buscam influenciar a opinião pública e as decisões políticas (Habermas, 1996).

Enquanto o discurso coordenativo é mais interno e técnico, envolvendo os especialistas na formulação das ideias, o discurso comunicativo é mais amplo e voltado para a interação com o público, cujas informações são comunicadas e legitimadas em um contexto mais aberto e deliberativo (Habermas, 1996). Essas duas dimensões do discurso são fundamentais para entender como as ideias são formuladas e difundidas dentro de um sistema político, desempenhando papéis complementares no processo de mudança institucional (Schmidt, 2011).

As ideias podem se manifestar de várias maneiras através do discurso (Schmidt, 2011), incluindo as (1) narrativas, que são histórias ou explicações que ajudam as pessoas a entender e dar sentido aos eventos. (2) Armas Estratégicas, que são discursos usados como ferramentas para ganhar controle hegemônico, ou seja, para dominar o debate político. (3) Enquadramentos, entendido como estruturas discursivas que orientam como as ideias são analisadas e aplicadas. (4) Quadros de referências, estruturas ainda mais amplas que moldam a política de setores inteiros. (5) Práticas Discursivas, conjuntos de ideias que limitam e definem o que é possível pensar e fazer em determinado contexto.

O institucionalismo discursivo é então inspirado na análise do discurso (Habermas, 1996). Essas análises ajudam a entender como as ideias mudam ao longo do tempo e como elas são mantidas ou transformadas através do discurso. Finalmente, a forma como as ideias são aceitas e implementadas depende de como seus elementos conceituais são combinados e recombinações através do discurso. Essa combinação pode tornar novas ideias mais aceitáveis, ao integrá-las em discursos existentes ou criar novas maneiras de entender conceitos antigos, mas isso não é fator exclusivo, novas ideias podem ser usadas e bem-sucedidas, mesmo que exijam mudanças nos próprios elementos conceituais.

O sucesso do discurso também é influenciado pelo contexto institucional. Em diferentes sistemas políticos, o discurso pode assumir formas variadas e ter diferentes graus de impacto dependendo das estruturas de poder e comunicação estabelecidas. Os discursos não são apenas representações de ideias, mas também processos interativos que influenciam e são influenciados por contextos e atores políticos. Nesse contexto, a eficácia de um discurso pode depender de como ele é construído e interage com outros discursos e contextos acessíveis (Schmidt, 2011).

2.3.4 Agência

Dentro do escopo teórico do Institucionalismo discursivo há ênfase em como as ideias são transmitidas e transformadas em ação coletiva através do discurso (Schmidt, 2011). Os agentes, no ID, são descritos como "agentes sencientes", (1984). Estes geram e deliberam ideias através de interações discursivas que levam à ação coletiva. No entanto, o discurso, por si só, não é suficiente; ele precisa ser comunicado por agentes que participam de trocas discursivas, que incluem discussão, deliberação, negociação e contestação.

Sendo assim, os discursos ocorrem em duas esferas de interação discursiva: coordenativa e comunicativa (Schmidt, 2010b). Na esfera Coordenativa (1), é envolvido o discurso entre os atores políticos que estão diretamente vinculados na criação e na negociação de políticas. Já na Esfera Comunicativa (2), o discurso é entre os atores políticos e o público. Nesta esfera, as ideias políticas são apresentadas, contestadas e legitimadas perante o público. Os movimentos sociais e o público desempenham papéis indispensáveis no discurso comunicativo. Eles contestam o status quo e geram novas ideias que, através do discurso, podem influenciar mudanças políticas, em uma dinâmica "de baixo para cima".

Os agentes na perspectiva do institucionalismo discursivo têm "habilidades ideacionais de fundo" (Searle, 1995), que os capacitam a pensar além das estruturas ideacionais que os restringem. Eles também possuem "habilidades discursivas de primeiro plano" (Habermas, 1996), que lhes permitem comunicar e deliberar sobre a ação coletiva para promover mudanças institucionais.

Finalmente, as interações discursivas entre os agentes incluem: (1) Fonte das Ideias, que concerne a quem está articulando as ideias, em que contexto e com que objetivo. (2) Ato de Fala, ou seja, a preocupação em entender a mensagem per si, como é transmitida, o meio usado e o que é dito ou tacitamente compreendido. (3) Receptor, aqui olha-se para o público, suas expectativas, capacidade de compreensão e como respondem (Schmidt, 2010b).

2.3.5 Instituições

O contexto institucional é o cenário onde as ideias ganham significado, e os agentes, suas ideias e seus discursos são os motores e veículos da mudança (Schmidt, 2010b). Os agentes "sencientes" (Giddens, 1984) utilizam suas ideias e discursos para promover mudanças. No entanto, essas ações só têm impacto dentro de um contexto institucional que define e limita o que é possível ou significativo (Laclau, 1995).

Nesse sentido, o institucionalismo discursivo sugere que, ao levar as ideias a sério, as instituições não devem ser vistas apenas como estruturas neutras ou imutáveis, mas como "portadoras de ideias". Isso significa que as instituições carregam consigo um conjunto de ideias que podem inspirar confiança ou desconfiança. Essas memórias coletivas são a base sobre a qual as instituições são tanto preservadas quanto transformadas (Schmidt, 2010b).

No Institucionalismo Discursivo as normas não são vistas como absolutas, mas como construções sociais que podem variar de acordo com o contexto. Isso significa que o que é considerado "apropriado" ou "correto" em um contexto pode ser visto de forma diferente em outro. As normas são, portanto, relativas e sujeitas à mudança por meio do discurso e da ação. Campbell (1998) também destaca que a legitimidade das normas não é fixa; é constantemente questionada e negociada através do discurso. Isso é fundamental para entender como as instituições mudam ao longo do tempo, à medida que novas ideias ganham força e antigas normas são desafiadas. Isso torna o institucionalismo discursivo particularmente sensível ao contexto e à capacidade dos agentes de influenciar as instituições (Schmidt, 2010b).

No lugar dos interesses objetivos, comuns no institucionalismo de escolha racional, o Institucionalismo discursivo propõe que os interesses são subjetivos e influenciados por ideias (Laclau, 1995). Isso amplia o leque de estratégias e normas sociais que moldam o comportamento institucional, considerando que os interesses são construções sociais e não dados fixos (Blyth, 2010). O papel do discurso é fundamental, descrito como um "processo interativo", essencial para entender como as ideias ganham força e se traduzem em práticas institucionais (Schmidt, 2012).

Apesar da subjetividade, as instituições formais são parte relevante do contexto institucional, a arena onde as mudanças podem ou não ocorrer (Schmidt, 2010b). Elas moldam as interações discursivas ao definir quem pode falar com quem, sobre o quê, e em que circunstâncias. Esse arranjo institucional ajuda a entender por que diferentes países têm diferentes tipos de discursos (coordenativo ou comunicativo) com base em suas estruturas políticas.

Para ampliar o debate, as instituições podem ser mudadas de forma intencional ou não intencional. A autora Vivien Schmidt (2011) enfatiza que muitas mudanças institucionais ocorrem de maneira inconsciente, ou seja, as consequências podem ser não intencionais, essa interpretação é compartilhada com o institucionalismo histórico (Streeck e Thelen, 2005). Porém, as mudanças institucionais também podem ocorrer de forma propositada, pois os agentes são capazes de pensar, deliberar e agir fora das instituições, mesmo enquanto operam dentro delas (Habermas, 1996). Essas habilidades são cruciais para a transformação institucional, pois permitem que os agentes desafiem o status quo entre num processo de persuasão para que os outros indivíduos adotem as novas ideias. Isso é possível graças ao entendimento epistemológico das instituições, em que sua natureza não é tão restritiva, mas sim, um contexto que permite a ação individual e coletiva (Giddens, 1984).

No processo de reforma institucional, os agentes constroem "coalizões discursivas", onde indivíduos e grupos se unem em torno de ideias comuns para desafiar interesses estabelecidos e promover mudanças. Essas coalizões operam tanto na esfera política coordenativa, quanto na esfera política comunicativa (Schmidt, 2011). As instituições, por sua vez, não são vistas como estruturas rígidas, mas como portadoras de ideias que podem ser transformadas conforme o discurso evolui.

Embora macroestruturas e práticas regularizadoras sejam importantes para moldar ideias, o Institucionalismo discursivo argumenta que as ideias e o discurso também têm o poder de remodelar essas macroestruturas, mostrando uma relação dinâmica entre estrutura e agência. O institucionalismo discursivo concilia ideias e instituições por meio do discurso, que serve como a ponte entre as ideias abstratas e a prática institucional concreta (Schmidt, 2010b).

2.4 Estudar discurso importa?

Mapear os discursos dos presidentes civis brasileiros de 1985 a 2022, através da identificação dos temas mencionados, é importante por várias razões. Primeiramente, ao categorizar os discursos, é possível identificar quais temas foram proeminentes ao longo do tempo. Essa prática ajuda a entender as prioridades dos líderes ao longo das diferentes administrações, revelando como essas questões evoluíram. Um mapeamento também fornece uma base valiosa para análises futuras, organizando dados de forma que facilite investigações posteriores sobre as relações entre os temas discutidos e as práticas políticas.

3. A AMAZÔNIA LEGAL: MÚLTIPLAS REGIÕES E TRANSFORMAÇÕES EM UM TERRITÓRIO SINGULAR

A Amazônia é uma região de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, abrangendo nove países da América do Sul. Segundo Becker (2005), essas vastas reservas naturais, localizadas na periferia mais antiga do sistema mundial, representam um dos maiores desafios contemporâneos. Esses desafios decorrem de uma herança colonial que impôs um modelo de "civilização" baseado no paradigma sociedade-natureza, exigindo a incorporação de terras para o crescimento econômico. No entanto, as origens desses conflitos são múltiplas, não se limitando a essa visão. Por isso, os conflitos também se manifestam em diferentes níveis, envolvendo múltiplos agentes, instituições e ideologias.

As controvérsias sobre a Amazônia, conforme Becker (2005), incluem o dilema entre o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental, esta última ganhando destaque nas agendas internacionais. A pressão externa sobre o Brasil é reforçada pela crescente resistência das comunidades locais, que lutam pela preservação de seus recursos. As tentativas de homogeneizar as várias realidades amazônicas, simplificando a complexa geopolítica da região, dificultam uma abordagem mais eficaz dos desafios atuais.

Por isso, discutir a Amazônia é imperativo não apenas para as comunidades epistêmicas, mas também para as civis e políticas, tanto nacionais quanto internacionais. No entanto, é necessário destacar a luta dos povos amazônicos e integrá-los no processo de superação dos desafios que afligem o território. Seu saber, historicamente marginalizado, deve ser reconhecido como fundamental para esse debate, como ressaltou a ativista indígena Txai Suruí na COP 26: “Os povos indígenas estão na linha de frente da emergência climática, por isso devemos estar no centro das decisões que acontecem aqui. Nós temos ideias para adiar o fim do mundo.”

Assim, buscando abordar de forma pontual parte dessa complexa discussão sobre a Amazônia, este trabalho se concentra na Amazônia Legal, uma denominação criada no auge de um modelo de desenvolvimento baseado no uso predatório da terra (Becker, 2005). A escolha metodológica de focar na Amazônia Legal justifica-se pela análise dos discursos presidenciais, de 1985 a 2022, que fazem menção à Amazônia. Como a Amazônia Legal é uma construção política — concebida, inclusive, nos bastidores do Executivo brasileiro —, torna-se o foco adequado para este estudo.

3.1 A Amazônia Legal

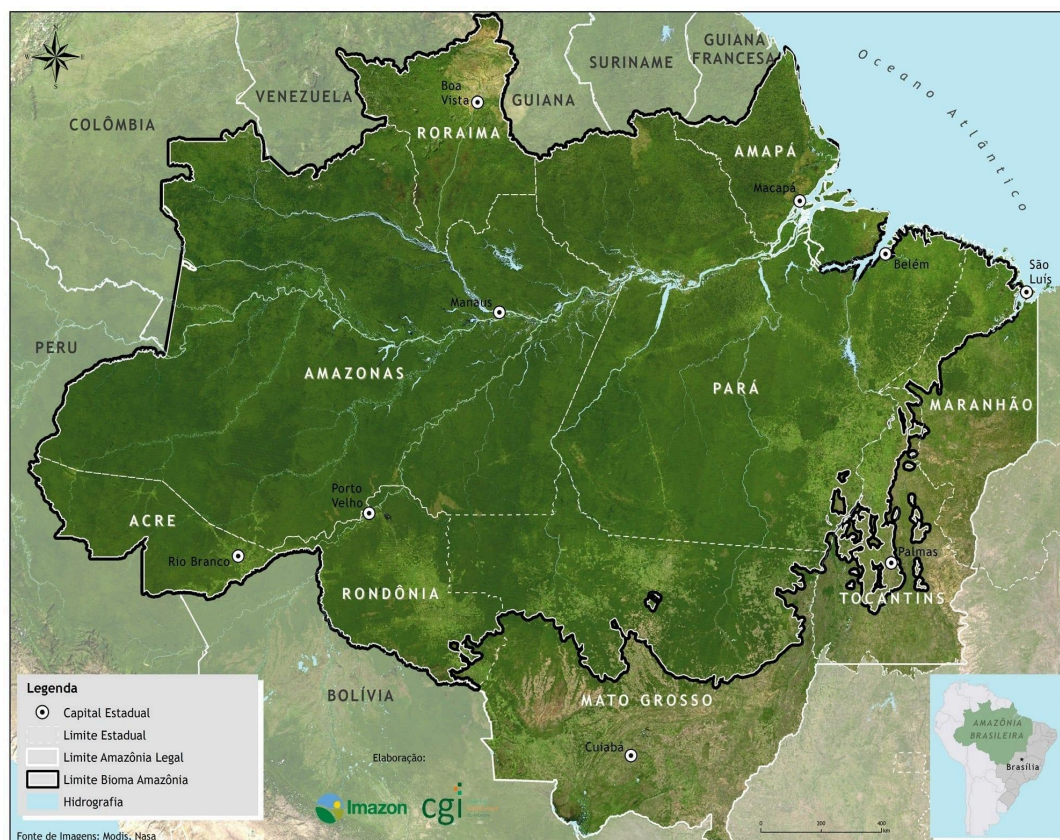
A Amazônia encontra-se 62% situada no Brasil, com 5 milhões de quilômetros quadrados de área, estando divididos entre nove estados federativos, compreendido em três regiões geográficas, a mais expressiva é a região Norte, completamente inserida na Amazônia Legal abarcando os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Tocantins, 100% do território. De forma menos expressiva estão as outras duas regiões, o Centro-Oeste representado pelo estado do Mato Grosso, e a região Nordeste, com mais da metade da área do Maranhão. A Amazônia Legal representa 59% do território nacional e inclui todo o Bioma Amazônia e parte dos biomas Cerrado e Pantanal (IBGE, 2022).

No entanto, o presente estudo concentra-se no que é entendido como ‘A Amazônia Legal’, que foi criada durante o governo de Getúlio Vargas, através da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), órgão já extinto. Por meio da Lei nº 1.806 de 6 de janeiro de 1953, ficou estabelecido o plano de valorização econômica da Amazônia, com área correspondente a quase 60% do território brasileiro.

Art. 1º O Plano de Valorização Econômica da Amazônia, previsto no Art. 199 da Constituição, constitui um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras, destinados a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do País.

LEI Nº 1.806, DE 6 DE JANEIRO DE 1953 (SUBSTITUÍDA PELA LEI Nº 5.173 EM 1966).

Figura 1: Mapa do território da Amazônia Legal



Fonte: Imazon, 2023.

3.1.1 População e Cidades

A Amazônia Legal compreende 772 municípios, e tem uma população em 2024 estimada em 26.650.798 milhões de habitantes (IBGE, 2022a), resultando na densidade demográfica de 5,3 hab./km², índice estimativamente 4 vezes menor que a média da densidade brasileira, sua população, segundo o Censo Demográfico de 2010, era 84% urbano concentrando em um terço dessa nas nove capitais, das quais se destacam as regiões metropolitanas de Belém e Manaus com mais de 9 milhões de habitantes somados em 2021 (IBGE).

As transformações que a promulgação da Amazônia Legal gerou fomentaram o crescimento de 7,1 milhões de habitantes em 1970 para 26,7 milhões de habitantes em 2022, o que representa cerca de 13% da população brasileira. Em geral, a população amazônica concentra-se nas metrópoles e capitais, mas a maioria das cidades amazônicas, por volta de 86%, são consideradas de pequeno porte (menos de 50 mil habitantes), seguidas por 8% de cidades entre 50 mil e 100 mil habitantes (IBGE, 2023a).

A heteroidentificação pela autodeclaração no Censo Demográfico 2022 do IBGE (2023b) das características étnicas, levantou que 17,3 milhões de habitantes, ou seja, 65,2%

da população da Amazônia Legal eram compostas por pessoas autodeclaradas pardas. Com o segundo maior número populacional, 5,95 milhões de pessoas (22,3%) são autodeclaradas como brancas. Em seguida, 2,6 milhões se autodeclararam pretos, ou 9,8% da população. Em quarto lugar há as populações indígenas (2,4%) compreendendo 650 mil habitantes e as amarelas, em quinto lugar, com apenas 0,2% ou 45 mil habitantes.

A população da Amazônia Legal atualmente é considerada jovem, o que gera um bônus demográfico na região, que significa que é maior a proporção de pessoas em idade de trabalhar em relação à população que já necessitaria ser beneficiária dos institutos de seguridade social (Alfenas, Cavalcante e Gonzaga, 2021).

A urbanização é caracterizada como um dos maiores desafios da Amazônia Legal atualmente (Santos et al, 2024). O IBGE apontou que mais de um milhão de domicílios da Amazônia Legal, representando 14% dos domicílios totais, eram localizados em aglomerados subnormais, essa classificação se declina sobre as áreas que possuem residências que estão situadas terrenos, sejam públicos ou privados, que não tenham acesso pleno a serviços básicos que são considerados como essenciais, sendo caracterizado como um padrão urbanístico irregular. Somados os estados do Amazonas, Pará e Maranhão continham 89% dos domicílios em aglomerados subnormais. As capitais apresentam os maiores índices, mas, apesar do Pará ser o estado com 431.518 domicílios nessa situação de precariedade, ocupando o primeiro lugar, a sua capital Belém perde em termos proporcionais para Manaus com cujo domicílios em aglomerados subnormais representam 35% do total (IBGE, 2023c).

3.1.2 Indicadores de Renda

De acordo com levantamento de dados feitos em 2023 pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (PNAD-C) (IBGE, 2023c), a renda média de quem trabalha formalmente na Amazônia, que é cerca de R\$2.3000 mensais está 16,76% abaixo da renda média nacional corresponde a R\$2.763 por mês, correspondentes aos cálculos obtidos no mesmo ano. Destaca-se os estados do Pará e Maranhão por ainda serem os mais inferiores dentro da média regional, os trabalhadores formais do Pará recebem mensalmente uma média de R\$ 1.917, 16,65% menor que a média regional, já o maranhão mantém os salários médios 29,7% menor que a média regional, com seus trabalhadores ganhando cerca de R\$ 1.616 mensais. A única exceção dentro da Amazônia Legal é o Mato Grosso que atingiu renda média de R\$ 3.427,53 mensais, aproximadamente 19,4% maior que a brasileira

De maneira geral, a Amazônia Legal possuía em 2022 46,2% de sua população em situação de pobreza, isso corresponde a 12,3 milhões de pessoas e 8% em extrema pobreza, contabilizando 2,1 milhões. Ainda é possível estratificar entre as federações, as quatro mais pobres em termos de renda populacional eram o Maranhão com 56,7% com 3.2 milhões de pessoas situadas em pobreza e extrema pobreza, o Amazonas com 55,1% representando 2.17 milhões de pessoas, o Acre com 51,0% sendo 408 mil pessoas e o Pará com 47,0%, cerca de 3.81 milhões de habitantes (IBGE, 2023c).

3.1.3 Indicadores de Educação

Segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) , que mede a qualidade educacional das escolas nacionalmente, demonstraram em seus resultados que as escolas dos municípios da Amazônia Legal em 2021 foram inferiores aos do restante do Brasil, de maneira geral, os estados também se demonstraram abaixo da média nacional. Uma das justificativas a partir dos dados é que os gastos per capita do investimento desses estados em educação são inferiores à média brasileira, apesar dos investimentos quando analisados somente em relação do PIB serem maiores (Inep, 2022a)

Já nos ensinos mais avançados, em 2020, haviam 302 instituições de Ensino Superior em funcionamento na Amazônia Legal (Inep 2022b). Dessas 239 eram faculdades, com os centros universitários em segundo lugar, com 29 instituições. Já as universidades somam-se 25 e os Institutos Federais integram os 8 restantes. Desse total, 271 instituições eram da iniciativa privada, correspondendo a imensa maioria. As redes federais, ou seja, as instituições de jurisdição pública compunham 21 instituições e 8 das restantes eram estaduais.

3.1.4 Indicadores de Saúde

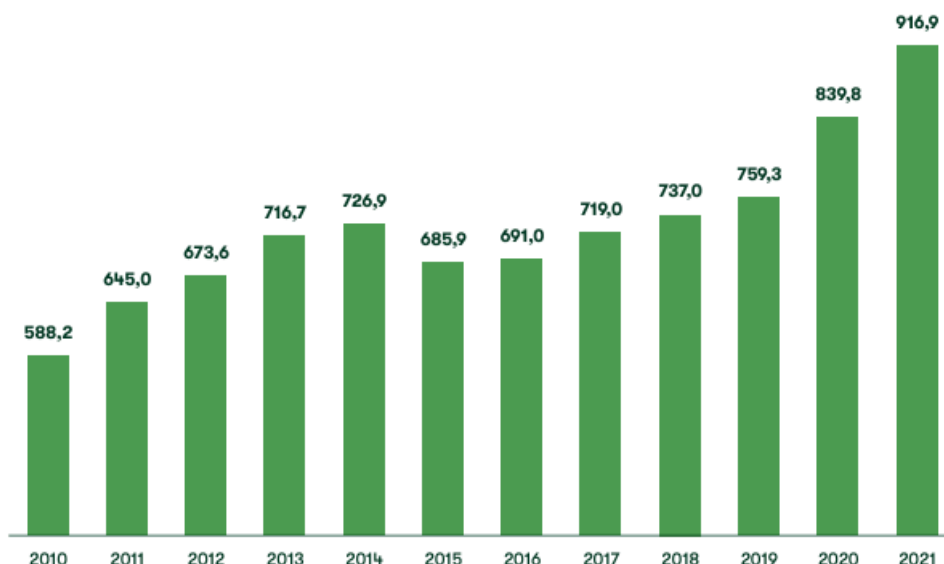
A expectativa de vida média da população da Amazônia Legal é de 73,3 anos, esse número compreende a soma entre a estimativa feminina e a masculina e é 3,3 anos inferior à média brasileira (Santos et al, 2024). Nas últimas décadas foi acompanhado um avanço no acesso ao sistema universal de saúde. Porém, apesar dos esforços, os dados coletados entre 2017 e 2019 constataram que o número de médicos por mil habitantes na Amazônia Legal, que é 1,02 médicos por mil habitantes, foi igual à metade da observada no restante do país, de 2,02. Porém, os dados revelam que houve um aumento do número dos médicos na região. A disponibilidade de profissionais de enfermagem também aumentou entre o período de 2017 e

2019, com 4,3 enfermeiros por mil habitantes, mas ainda abaixo da taxa nacional brasileira com 5,26 enfermeiros por mil habitantes (Santos et al, 2022).

3.1.5 Indicadores Econômicos

Apesar de insuficiente, olhar para o Produto Interno Bruto (PIB) Real dos nove estados da Amazônia Legal ainda é imperativo ao se analisar a situação econômica (Amazônia, 2024). O PIB da região totalizou R\$650 bilhões em 2019, representando 8,8% do PIB do Brasil. O grande destaque dos maiores PIBs da região está no Pará com R\$178,4 bilhões e Mato Grosso com R\$142,1 bilhões. No final da lista estão o Acre com R\$15,6 bilhões e Roraima contabilizando R\$14,3 bilhões (IBGE, 2023d).

Gráfico 1: A evolução do PIB real por bilhões de reais da Amazônia Legal entre 2002-2021.



Fonte: Amazônia 2030, 2024.

Conforme mostra o gráfico 1, o PIB per capita da Amazônia Legal passou por uma constante evolução desde o início dos anos 2000, atingindo seus valores mais altos em 2014 com R\$24,5 mil por habitante. Segundo os dados do IBGE em 2022, as atividades econômicas que contribuem para a construção total do PIB eram cinco, do maior para o menor, temos os serviços, responsável por 232,44 bilhões ou 35,8%, a Administração Pública com 138,60 bilhões ou 21,3%, a Indústria, com 137,62 bilhões ou 21,2%, os impostos, em quarto lugar, sendo 74,67 bilhões ou 11,5% e por fim, a agropecuária, contabilizando 66,63 bilhões ou 10,3%.

De acordo com a Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), a Amazônia Legal tem observado uma expansão significativa na área destinada à agricultura, que cresceu de 8,5 milhões de hectares em 2000 para 23,4 milhões em 2020. O estado de Mato Grosso lidera

com 74% da área agrícola total da região. Em termos de produção agrícola, houve um aumento de R\$6,5 bilhões em 2000 para R\$117 bilhões em 2020 (IBGE 2022). No que se refere às culturas agrícolas permanentes, o açaí é a principal, com 219.712 hectares plantados em 2020, seguido pela banana, cacau e dendê. Entre as culturas temporárias, a soja destaca-se como a mais importante, seguida por milho, algodão e mandioca, sendo o abacaxi e o algodão os produtos mais rentáveis em termos de valor por hectare (IBGE 2023e).

O rebanho bovino também cresceu, passando de 47,2 milhões de cabeças em 2000 para 93 milhões em 2020, com destaque para Mato Grosso e Pará, que juntos abrigam mais da metade desse total. A área de pastagem acompanhou esse aumento, expandindo-se de 517,8 mil km² em 2000 para 705 mil km² em 2019 (IBGE, 2023f).

Dentre outras atividades econômicas, a extração de madeira, tradicionalmente concentrada no Pará, Mato Grosso e Rondônia, registrou uma queda entre 2010 e 2015, com Rondônia reduzindo sua produção. A produção de carvão vegetal diminuiu drasticamente, com Maranhão e Pará como principais produtores em 2019 (Smeraldi e Santos, 2021). Entre os Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNMs), o açaí se destaca, sua produção cresceu de R\$179 milhões em 2010 para R\$589 milhões em 2019 (Veríssimo et al, 2022).

Na mineração, o Pará domina as exportações da Amazônia Legal, representando 94% do total, com destaque para minério de ferro, cobre, ouro, alumínio e manganês. O valor exportado de minérios subiu de R\$2,1 bilhões em 2000 para R\$18,11 bilhões em 2020, com o minério de ferro sendo o principal produto exportado (Ministério da Economia 2021).

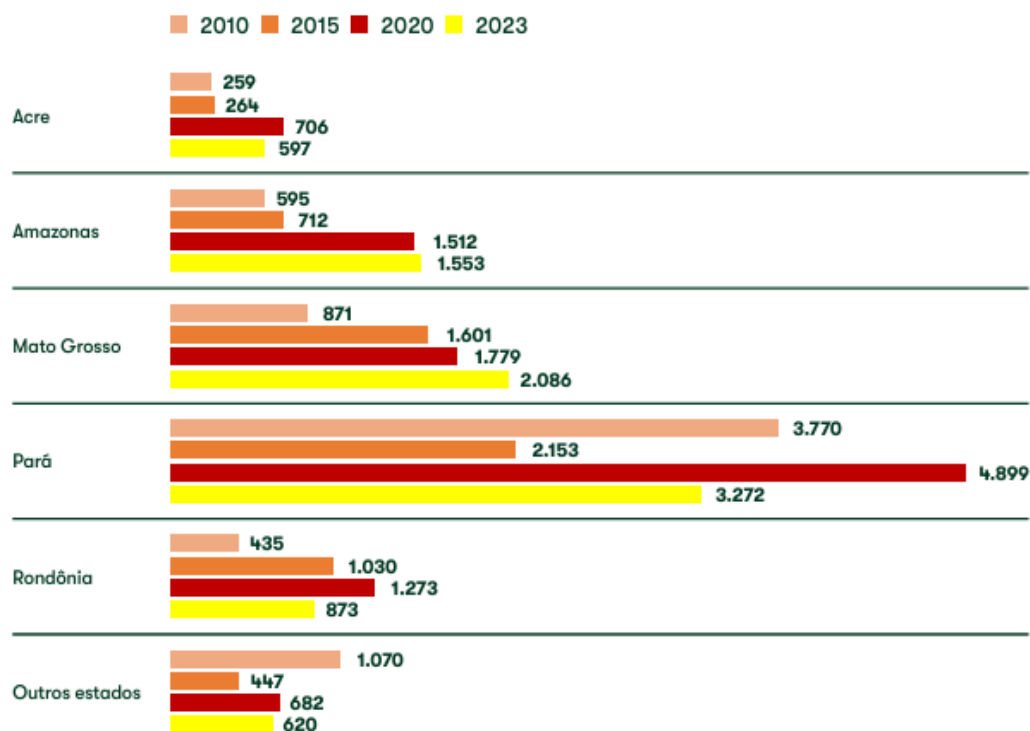
3.1.6 Hidrografia

O Amazonas é o principal rio da região, que percorre uma extensão entre 6.400 km e 6.800 km e recebe águas de aproximadamente 1.100 afluentes, sendo alguns desses extremamente conhecidos e utilizados, como os afluentes na Calha Sul (Purus, Madeira, Tapajós, Xingu etc.) e Calha Norte (Negro, Nhamundá, Trombetas, Jari etc.). Essa exuberante hidrografia funciona como uma espinha dorsal da região, permitindo o funcionamento e utilização do rio e afluentes como vias de transporte para pessoas, escoamento de produtos da região, além de fonte de energia. As principais hidrelétricas da Amazônia são a Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí (rio Tocantins), a UHE Belo Monte (rio Xingu), no estado do Pará, e as UHEs Jirau e Santo Antônio (rio Madeira) em Rondônia (IBGE, 2022c).

3.1.7 Indicadores de Desmatamento

A taxa de desmatamento de floresta primária aumentou ao longo dos anos, tendo um pico considerável a partir de 2018, com uma média de 7.536 km², com pico de 13.235 km² em 2021 (Inpe, 2023a). Em 2021, o Pará teve o maior desmatamento de florestas nativas da Amazônia Legal, o Pará já havia perdido até 2021 uma área de 284.299 km², ou 25% da sua cobertura florestal original. O Mato Grosso perdeu um acumulado de 222.493 km² até 2021, o que representa 43% de sua floresta primária original. A situação ainda é mais crítica no Maranhão, que já havia perdido 77% da área florestal original até 2021, A evolução do desmatamento pode ser observada no gráfico 2 abaixo:

Gráfico 2: A evolução da área desmatada em km² entre 2010 e 2023 na Amazônia Legal.



Fonte: Amazônia 2030, 2024.

Apesar de o estado do Amazonas ter perdido uma área acumulada de cerca de 3% de sua floresta primária até 2021, o desmatamento tem se acentuado, sendo esse exato ano a segunda pior taxa de desmatamento anual com perda de 2.063 km² de florestas no Amazonas (Inpe 2023b). Os outros estados acumulam uma área de cerca de 406 km² de área desmatada ainda no ano de 2021. Em relação a cobertura original o Estado do Acre obteve redução de 15%, o Amapá 4%, Rondônia com o terceiro maior índice, já perdeu 46% da cobertura original florestal, Tocantins, o segundo maior, perdendo apenas por 1 ponto percentual do

Maranhão, restando apenas 24% da sua cobertura original (redução de 76%). Finalmente, o estado de Roraima perdeu cerca de 8% de sua cobertura original.

3.1.8 As áreas protegidas

Até 2021, cerca de 71% do território compreendido pela Amazônia legal havia destinação fundiária, com base nos dados obtidos, 42% do território da Amazônia Legal era composto por Áreas Protegidas distribuídas em Unidades de Conservação (UCs), Terras Indígenas (TIs) e Terras Quilombolas (TQs). Os imóveis privados abrangiam 21% do território, os assentamentos rurais atingiam cerca de 8%, áreas militares representavam 0,5% da região, enquanto outros tipos de áreas, que incluem florestas públicas somaram 25% da região. Outros 25,3% do território não possui classe fundiária definida, sendo cerca de 1.269.093,0 de área em km² (ISA, 2023).

As Florestas Públicas Não Destinadas (FPNDs) são territórios ocupados principalmente por florestas primárias, pertencentes aos estados ou à União, que ainda não foram destinadas para alguma utilização. De acordo com Moutinho et al. (2022), esses territórios vêm sofrendo com a grilagem e o desmatamento. De fato, nos últimos três anos, mais de 30% do desmatamento na Amazônia Legal ocorreu em terras públicas não destinadas, categoria fundiária que inclui as FPNDs. Em apenas um ano (2021), cerca de 37% do total desmatado ocorreu nessas áreas.

Nas áreas de proteção integral e uso sustentável, atuam categorias, responsáveis por compor essas áreas. São eles, Estação Ecológica (ESEC), cobrindo cerca de 10,2%, (REBIO) com 4,3%, Parque Nacional (PARNA) E Parque Estadual (PES) com 20,8%, Refúgio Da Vida Silvestre (RVS) E Monumento Natural (MONAT) com 0,1%, essas categorias somam 35,4% do território. Finalmente, cobrindo o uso sustentável, existem as categorias Floresta Nacional (Flona), Floresta Estadual (FLOTA) com 24%, Reserva Extrativista (Resex), Floresta Extrativista (FLOREX), Área De Relevante Interesse Ecológico (ARIE) com 13,6%, Reserva De Desenvolvimento Sustentável (RDS) com 10% e por fim, Área De Proteção Integral (APA) com 17%, totalizando 64,6% de uso sustentável, que somada a área de proteção (35,4%) verifica-se 100% de Unidades de Conservação. O desmatamento nas Áreas Protegidas aumentou na última década, a pecuária é a principal atividade de pressão de desmatamento (Inpe 2023a).

Estudo de Brito et al. (2021) identificou que a legislação fundiária atual dos governos estaduais e federal, a qual preconiza a titulação de ocupações privadas em terras públicas, ao invés de regularizá-las, estimula ainda mais a sua invasão e desmatamento futuro.

4. MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE CIENTOMÉTRICA

A análise cientométrica realizada neste trabalho teve como propósito identificar os principais temas relacionados à Amazônia em seus aspectos políticos no campo das ciências sociais e humanas, com relação necessária ao contexto brasileiro a partir de um levantamento sistemático de artigos. Essa metodologia teve como principal objetivo o mapeamento dos temas abordados pela ciência visando a indexação da exploração dos discursos presidenciais com um elemento, que é a percepção acadêmica sobre uma determinada região ao longo do tempo. Portanto, ao categorizar o que vem sendo elucidado pela ciência através da análise cientométrica, conseguimos tópicos que são sínteses abrangentes (Galvão e Ricarte, 2019), por meio de um processo estruturado e transparente e que serão alicerces para a investigação por meio de categorias dos discursos presidenciais entre 1985 e 2022.

4.1 Procedimentos Metodológicos

A estratégia de busca inicial foi fundamentada no uso de termos de busca booleanos, desenvolvida a partir dos princípios da álgebra booleana, que permite combinar palavras-chave por meio de operadores lógicos como “AND”, “OR” e “NOT”, os quais ajudam a refinar a pesquisa e a obter resultados. A utilização de termos booleanos em língua inglesa nesta pesquisa foram “Brazilian” AND “Amazon” AND “Policy” e permitiu a criação de uma consulta que capturasse artigos que abordassem a Amazônia sob uma perspectiva política no contexto brasileiro, garantindo que os resultados obtidos sejam diretamente pertinentes à questão de pesquisa proposta¹.

Essa abordagem metodológica buscou realizar uma triangulação de fontes, a fim de garantir que as publicações selecionadas fossem oriundas de diferentes plataformas acadêmicas, o que amplia a validade dos resultados. A triangulação é uma técnica metodológica recomendada para assegurar que os dados analisados tenham uma maior consistência, uma vez que se originam de fontes diversas (Flick, 2009). Neste estudo, foram escolhidas três bases de dados: Scopus, Latindex e Scielo². A Scopus foi selecionada por ser uma das maiores bases de dados e ser reconhecida mundialmente pela sua abrangência em

¹Link para acessar o documento que consta todos os valores de referências para a obtenção da base de dados: https://drive.google.com/file/d/17JXIKVg6kO5WHrXMSHqh3N2gw1yYYvT7/view?usp=drive_link

² Existe a dificuldade de se chegar aos textos produzidos sobre a Amazônia por quem habita aquela região, uma limitação da revisão de literatura nos grandes portais.

publicações revisadas por pares. A Latindex, por sua vez, garante a incorporação de conteúdos com especialização em publicações da América Latina assim como a Scielo.

Com base nos critérios definidos, a coleta de dados foi realizada nas três bases de dados. Porém, a busca na base Latindex não retornou nenhum artigo que atendesse aos critérios estabelecidos. Já na base Scielo, foram encontrados sete artigos, os quais, no entanto, também estavam contemplados na base Scopus, que se mostrou a fonte mais abrangente, retornando 460 artigos pertinentes³ dentro do recorte temporal que compreende os anos de 1985 a 2024. Esse recorte foi estabelecido com base na análise dos discursos presidenciais brasileiros, que se encerram apenas dois anos antes da produção científica especificada.

Após essa coleta inicial, foi realizado um processo de filtragem para garantir a adequação dos dados à análise qualitativa. Nove artigos foram descartados por não atenderem aos requisitos técnicos para a modelagem por meio de ferramentas de análise de dados, particularmente no que diz respeito à compatibilidade com bibliotecas de programação, que impedem a manipulação de dados que contenham *missingdata*. A eliminação desses artigos segue as orientações de coerência metodológica propostas por Miles, Huberman e Saldaña (2014), que defendem a exclusão de dados que possam comprometer a integridade do processo de análise.

Restaram, ao final dessa etapa, 451 artigos cujos resumos estavam aptos para serem analisados. Esses artigos foram organizados em um *dataframe*, que continha inicialmente 25 colunas com diversas informações. Para otimizar a análise subsequente, foi necessário eliminar as colunas consideradas irrelevantes para os objetivos da pesquisa. Ao final desse processo, foram mantidas as seguintes colunas: ano de publicação, quantidade de citações, os resumos em inglês (*abstracts*) instituições parceiras de pesquisa, nome dos autores, periódicos de publicação, idioma original e palavras-chave. Dessa forma, o *dataframe* final compreendeu 8 colunas e 451 linhas, representando os artigos que seriam submetidos à análise⁴.

A análise dos dados coletados foi conduzida por meio da linguagem de programação *Python*, uma escolha metodológica que reflete a crescente adoção dessa ferramenta nas ciências sociais e humanas. O *Python* oferece um conjunto de bibliotecas específicas para manipulação e análise de dados, como *pandas* para o gerenciamento de *dataframes*, *NLTK* para o processamento de linguagem natural e *scikit-learn* para modelagem de dados. Essa

³Link com a base de dados completa da Scopus: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1hnnHr9fjqp_nMgn-p8Kfryw9q_JCNqCq/edit?usp=drive_link&ouid=106992473893910766336&rtpof=true&sd=true

⁴Link para a planilha com a extração de colunas e abstracts com *missingdata*: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1cx6MTcYoJRrUKmz6q99c86H6YtUD1Ezm/edit?usp=drive_link&ouid=106992473893910766336&rtpof=true&sd=true

escolha se justifica não apenas pela eficiência e flexibilidade da linguagem, mas também por sua natureza replicável, conforme apontado por Vanderplas (2016), por ser uma linguagem de código aberto, o que significa que os *scripts* podem ser compartilhados, revisados e reproduzidos por outros pesquisadores, promovendo a transparência dos resultados obtidos. A replicabilidade é um aspecto central na pesquisa científica contemporânea (Vanderplas, 2016), uma vez que possibilita a verificação independentemente dos resultados por outros pesquisadores, garantindo a integridade do processo de análise.

Contudo, o uso de ferramentas computacionais para a análise de dados qualitativos não substitui a interpretação crítica do pesquisador, mas, como argumenta Silverman (2015), pode enriquecer a análise ao permitir a identificação de padrões e tendências que não seriam facilmente percebidos por meio de uma leitura manual de grandes volumes de dados. A combinação de técnicas computacionais com uma abordagem interpretativa de cunho qualitativo oferece, assim, um mapeamento que é robusto e ao mesmo tempo detalhado do que as comunidades epistêmicas jogam a luz ou ocultam por meio da ocorrência ou não de determinados temas de uma região específica.

O primeiro bloco do código em *Python* criado para fazer a análise cientométrica por meio de processos semi automatizados consiste numa etapa de pré-processamento dos textos por meio das bibliotecas *pandas* e *NLTK*, que carrega o *DataFrame* em arquivo Excel, filtrando os abstracts que estão em inglês por meio da coluna correspondente de mesmo em singular (abstract), neste momento, os textos em inglês correspondiam a totalidade do *DataFrame*. Em seguida, o *script* garante a remoção de *missingdata* ao acusar qualquer linha da planilha que contivesse valores nulos na coluna de abstract e utiliza uma lista de *stopwords* em inglês para o pré-processamento do texto, essa etapa é essencial pois exclui de maneira automatizada palavras que não carregam valores semânticos, como o caso de preposições, conjunções e interjeições. O código aplica o algoritmo *RAKE* (*Rapid Automatic Keyword Extraction*) para extrair frases-chave de cada abstract, armazenando os resultados na coluna "*Key_Phrases*" do *DataFrame*.

O processo de análise de tópicos foi realizado simultaneamente com duas abordagens de modelagem distintas: o *Latent Dirichlet Allocation* (LDA) e o BERTopic. Ambas as técnicas foram aplicadas ao conjunto de resumos coletados, de modo a identificar e explorar os principais temas discutidos sobre a Amazônia em seu contexto político no período entre 1985 e 2024. Cada abordagem possui características específicas e complementares que as tornam adequadas para a tarefa de extração de tópicos em um corpus textual extenso.

O LDA trata-se de um modelo probabilístico que assume que os documentos são compostos por uma mistura de tópicos latentes, sendo cada tópico uma distribuição sobre palavras. O LDA ajusta essas distribuições utilizando uma abordagem bayesiana, o que permite identificar tópicos subjacentes com base na co-ocorrência de palavras em diferentes documentos. Esta técnica é especialmente eficaz para a descoberta de padrões semânticos em grandes volumes de texto, sendo largamente utilizada na literatura para tarefas de mineração de textos e classificação de tópicos (Griffiths & Steyvers, 2004).

Por outro lado, o BERTopic é uma técnica mais recente que utiliza modelos de transformação de linguagem baseados em *deep learning* (como BERT) para capturar representações contextuais ricas dos textos e, em seguida, aplica algoritmos de *clustering* para agrupar documentos em tópicos coerentes. Ao contrário do LDA, que utiliza co-ocorrência de palavras como base, o BERTopic é capaz de capturar significados mais profundos e relações semânticas entre as palavras, o que permite uma identificação mais precisa de tópicos, especialmente em contextos onde o significado das palavras depende do contexto. Essa abordagem híbrida de aprendizado profundo e *clustering* tem demonstrado bons resultados em diversos campos da análise de texto (Grootendorst, 2022).

Após a modelagem dos tópicos pelos dois métodos, foi necessário comparar a consistência e a similaridade dos resultados obtidos. Para isso, aplicou-se a similaridade de Jaccard, uma métrica amplamente utilizada para comparar conjuntos de dados. A similaridade de Jaccard mede a sobreposição entre dois conjuntos, sendo definida como a razão entre a interseção dos conjuntos e sua união (Real e Vargas, 1996). Essa métrica foi escolhida por sua capacidade de avaliar a semelhança entre os tópicos gerados por cada modelo.

Além disso, foi aplicado o *Hungarian Algorithm* (Algoritmo Húngaro em português), que é uma técnica de otimização utilizada para resolver problemas de atribuição. Nesse contexto, o algoritmo foi usado para otimizar o emparelhamento entre os tópicos dos dois modelos, minimizando a divergência entre eles. O algoritmo Húngaro é amplamente utilizado em problemas de emparelhamento em que se busca minimizar uma função de custo, como a distância ou dissimilaridade entre pares. Nesse caso, ele serviu para identificar a melhor correspondência entre os tópicos gerados por LDA e BERTopic, garantindo que os modelos pudessem ser comparados de forma sistemática⁵.

Ao final desse processo de comparação, foram identificados dois grandes tópicos consistentes nos dois modelos de análise. Esses tópicos foram então submetidos a uma

⁵ Link para acessar a planilha com a distribuição por LDA e BERT após os cálculos de similaridade: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1m05c6-kPSH56gZphwxQfpm7_fljxOFV-/edit?usp=drive_link

segunda rodada de modelagem, utilizando métricas de avaliação e ajuste de hiper parâmetros (que são parâmetros de controle que afetam o desempenho e o comportamento de modelos de aprendizado de máquina). No caso do LDA e do BERTopic, hiper parâmetros como o número de tópicos, a taxa de aprendizado e a suavização de distribuições foram ajustados para otimizar a coesão dos subtópicos gerados. Esse processo visava a identificação de subtópicos que fossem coerentes e apresentassem uma relação lógica dentro dos grandes tópicos identificados, permitindo uma segmentação mais precisa do corpus.

Adicionalmente, os *outliers* (175 artigos que não se encaixam adequadamente nos tópicos principais, sendo referenciados pelo número “-1”) passaram por uma modelagem separada, com os hiper parâmetros redefinidos para atender às suas características específicas. Essa estratégia permitiu a análise detalhada de textos que, por suas particularidades, não haviam sido adequadamente modelados na primeira rodada. O ajuste de hiperparâmetros nesses casos foi fundamental para garantir que esses artigos pudessem ser agrupados em subtópicos coerentes.

Como resultado dessa segunda rodada de modelagem, foram gerados 46 subtópicos extremamente específicos⁶. No entanto, a análise humana subsequente revelou que as especificidades desses subtópicos não eram suficientes para justificar sua fragmentação em tópicos separados. Em determinadas situações, a intervenção humana é necessária para revisar e validar os resultados da modelagem automatizada, assegurando que os temas identificados sejam não apenas matematicamente consistentes, mas também significativos do ponto de vista interpretativo (Baumer et al, 2017). Dessa forma, os 46 subtópicos foram revisados manualmente, um a um, com base em critérios de similaridade temática e coesão semântica.

A partir dessa revisão, os subtópicos foram agrupados em categorias mais amplas, ou seja, tópicos-guarda-chuva, cada um deles englobando subtemas menores, porém interrelacionados. Esse processo de mesclagem foi conduzido com o objetivo de manter a coesão entre os temas e garantir que cada novo tópico mesclado tivesse significância científica, abrangendo os diversos aspectos do debate sobre a Amazônia no contexto político. O agrupamento dos subtópicos foi realizado de forma criteriosa, levando em consideração tanto a especificidade dos temas quanto sua relevância dentro do corpus textual analisado. Esse processo resultou na identificação final de 21 tópicos bem definidos. Cada um desses tópicos representa um tema

⁶ Link para acessar os 46 tópicos com as palavras-chaves de cada tópico: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1LnMhvpYYpmUqD1qx5kmdi_ui3KsxUclu/edit?usp=drive_link

distinto discutido na literatura acadêmica sobre a Amazônia e sua relação com a política, refletindo as principais discussões acadêmicas ocorridas entre 1985 e 2024⁷.

A revisão humana, nesse contexto, não é apenas um complemento opcional, mas uma etapa recomendada. Como apontado por Sampaio e Lycarião (2020), a análise de conteúdo categorial envolve um processo hermenêutico de interpretação, em que os pesquisadores aplicam critérios de significação que vão além das associações puramente algorítmicas de palavras. Em outras palavras, os modelos de *machine learning*, por mais sofisticados que sejam, não possuem a capacidade de compreender o contexto mais amplo de um tema ou avaliar a relevância conceitual dos tópicos identificados.

A partir da redistribuição para a criação de 21 novos tópicos⁸, foi recalculado os termos representativos de cada um dos tópicos, são 15 palavras-chave que quando combinadas carregam o contexto semântico de cada tópico, atribuindo sentido e especificando o que cada um dos 21 tópicos abordam. Após isso, conseguimos seguir mais confiantes para a exploração dos tópicos, descobrindo por intermédio da geração de gráficos através de bibliotecas especializadas como *matplotlib* e *seaborn* a relação entre eles, a distribuição ao longo do tempo e várias outras modelagens⁹.

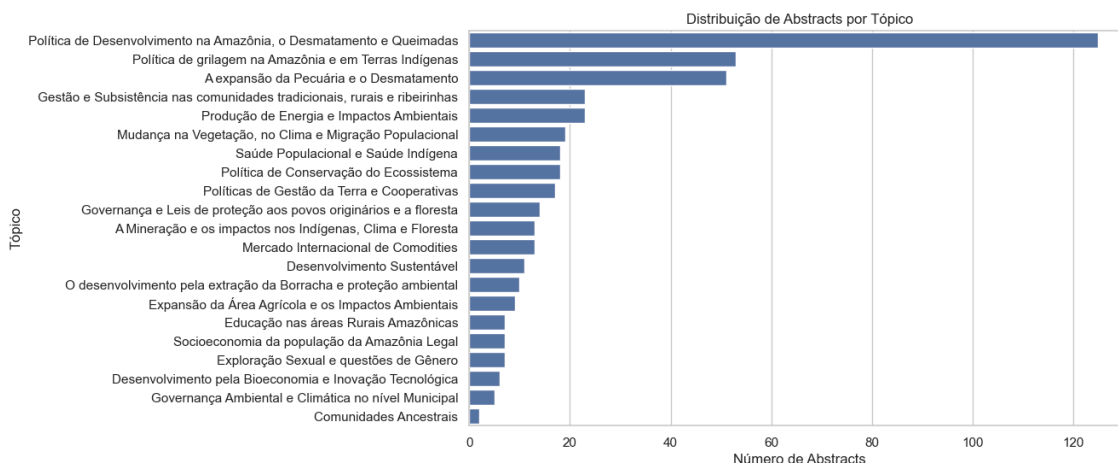
4.2 Resultados da Clusterização

Como resultado da análise cientométrica temos 21 tópicos. Dentre eles, o mais abordado é "Política de Desenvolvimento na Amazônia, o Desmatamento e a Sustentabilidade", com 125 artigos, representando 27,7% do total. Em seguida, "Política de grilagem na Amazônia e em Terras Indígenas" com 53 artigos, ou 11,7%. Logo depois, o tópico "A expansão da Pecuária e o Desmatamento" segue com 51 artigos, equivalente a 11,3%. Com 23 artigos cada, "Gestão e Subsistência nas comunidades tradicionais" e "Produção de Energia e Impactos Ambientais" representam 5,1% cada. Por fim, "Mudança na Vegetação, no Clima e Migração Populacional" soma 19 artigos, o que corresponde a 4,2%. Juntos, esses seis tópicos representam aproximadamente 65% do total dos abstracts, evidenciando uma concentração significativa de pesquisa nas áreas de políticas e impactos ambientais. No gráfico 3 abaixo há a distribuição de todos os tópicos por *abstracts*.

⁷ Link para acessar o resultado da modelagem humana em Word: https://docs.google.com/document/d/1IXfYttOPu_AJ8BHcz_23rTRY_70nl-C5/edit?usp=drive_link&ouid=106992473893910766336&rtpof=true&sd=true

⁸ Link para a planilha com a redistribuição dos tópicos e novos termos representativos: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1J7FBIsaobX3JE4XKNGLo2B2GxknOWIU1/edit?usp=drive_link

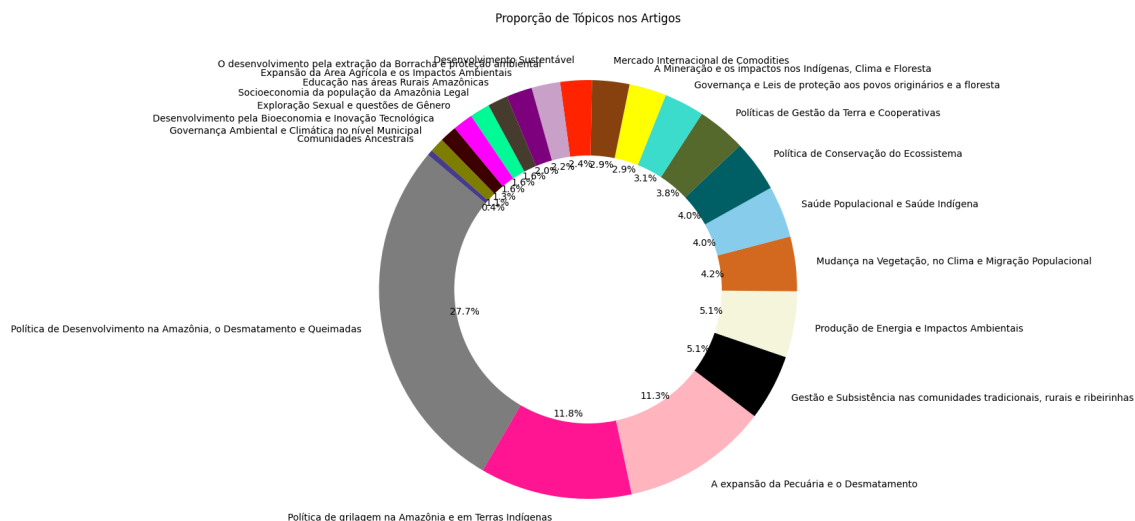
⁹ Para ter acesso aos scripts em Python, acesse o link: https://drive.google.com/file/d/1D7rT_Ds6ADDNR_Wv4Fbi47kD6yNwC5lj/view?usp=drive_link

Gráfico 3: Distribuição de textos por tópicos.

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Os restantes 35% dos artigos são distribuídos entre tópicos menos discutidos, mas ainda assim relevantes, "Saúde Populacional e Saúde Indígena" e "Política de Conservação do Ecossistema" têm ambos 18 artigos, representando 4% cada. "Políticas de Gestão da Terra e Cooperativas" conta com 17 artigos, ou 3,8%. "Governança e Leis de proteção aos povos originários" e "A Mineração e os impactos nos Indígenas, Clima e Ambiente" têm 14 e 13 artigos, correspondendo a 3,1% e 2,9%, respectivamente. "Mercado Internacional de Commodities" e "Desenvolvimento Sustentável" possuem 13 e 11 artigos, representando 2,9% e 2,4%. "O desenvolvimento pela extração da Borracha e o impacto ambiental" têm 10 artigos, equivalente a 2,2%. "Expansão da Área Agrícola e os Impactos Ambientais" e "Educação nas áreas Rurais Amazônicas" têm 9 e 7 artigos, representando 2% e 1,6%, respectivamente. "Socioeconomia da população da Amazônia Legal" e "Exploração Sexual e questões de Gênero" possuem 7 artigos cada, correspondendo a 1,6%. Finalmente, "Desenvolvimento pela Bioeconomia e Inovação Tecnológica" com 6 artigos (1,3%), "Governança Ambiental e Climática no nível Municipal" com 5 artigos (1,1%) e "Comunidades Ancestrais" com apenas 2 artigos (0,4%) completam a tabela.

Gráfico 4: Proporção dos Tópicos por *abstracts*.



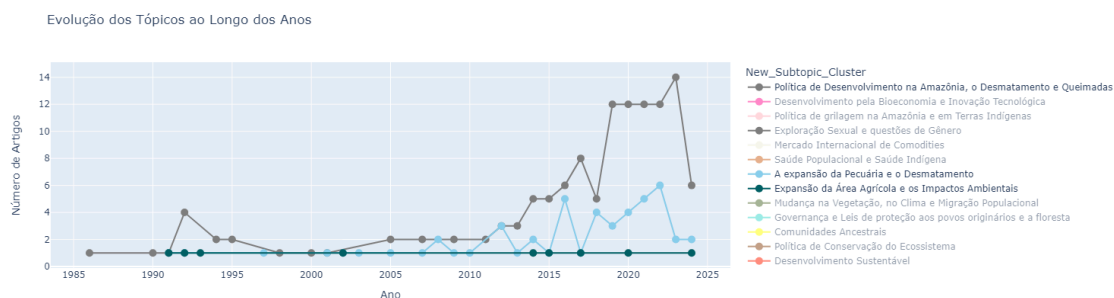
Fonte: Elaboração própria, 2024.

A partir da demonstração do Gráfico 4 é importante fazer algumas ponderações, principalmente para justificar o porquê de mesmo sem expressividade numérica, como os tópicos que possuem pouca proporção em relação ao total da base (1,3%, 1,1% e 0,4%) tornaram-se tópicos únicos. Isso justifica-se não pela sua substância a partir da frequência, mas sim, pela consistência em seus conteúdos. Do menor para o maior, os textos que pertencem ao tópico "Comunidades Ancestrais" se atentam ao mapeamento da ancestralidade de comunidades tradicionais em termos culturais e biológicos, algo interpretado como um elemento diferenciador de outros tópicos que também se debruçam na relação dos povos tradicionais na região amazônica. Já a "Governança ambiental e climática no nível municipal" apesar de se referenciar a forma de governar, gerir e comandar através de instituições, descrevem artigos que estão imbricados obrigatoriamente ao explicitar as instituições de nível municipal, se relacionando de maneira mais íntima a territorialização e os desafios nas pastas ambientais e climáticas por meio das prefeituras e secretarias. Por fim, desenvolvimento pela bioeconomia e inovação tecnológica se particulariza do desenvolvimento sustentável pois tem uma dimensão de impactos e oportunidades das evoluções técnico científica como basilares para a construção dos seus argumentos, sendo o desenvolvimento sustentável uma dimensão secundária ou terciária. Dessa forma, as dinâmicas estão concentradas nos avanços pelos ativos específicos da Amazônia legal e a interação da bioeconomia com a floresta e os processos tecnológicos acompanhados da dimensão fiadora destes.

O tópico mais abordado é "Política de desenvolvimento na Amazônia, o desmatamento e as queimadas" ocupando um volume de quase 28% da base de dados completa da cientometria, seu primeiro artigo data de 1986, com picos em 1992, acompanhados de uma

diminuição da produção de seus artigos nos anos seguintes até ser interrompido pela ascensão do tema a partir de 2010, passando por uma queda em 2018 seguido de um aumento vertiginoso até 2023. O gráfico 5 abaixo relaciona esse tópico com mais outros dois tematicamente relacionados apesar de distintos entre si.

Gráfico 5: Evolução dos Tópicos "Política de desenvolvimento na Amazônia, o desmatamento e as queimadas", "A expressão da pecuária e o desmatamento" e "Extensão da área agrícola e os impactos ambientais".



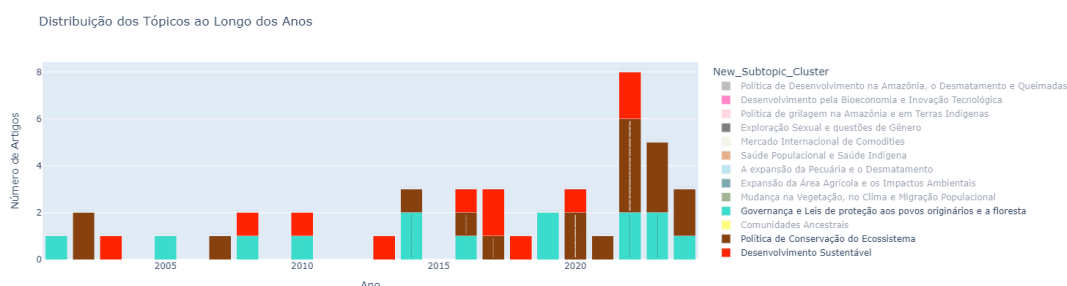
Fonte: Elaboração própria, 2024.

Demonstrado no gráfico acima, o tópico “Política de desenvolvimento na Amazônia e o Desmatamento e Queimadas” engloba todos os textos em que o desmatamento pôr fogo e similares é lido como um problema social e político que é indissociável da ideia de "desenvolvimento" e civilização/dominação da região. Uma escolha metodológica da pesquisa foi manter os tópicos "A expressão da pecuária e o desmatamento" e "Extensão da área agrícola e os impactos ambientais" também presentes em gráficos separados. A escolha reflete o entendimento adquirido por meio da leitura dos textos que revelaram as diferenças fundamentais a partir da hierarquia temática entre os três tópicos. Apesar da pecuária e agricultura serem face do mesmo desenvolvimento relatado no tópico do desmatamento, cada um possui especificidades que os tornaram discriminados o suficiente. No caso da pecuária há a regulamentação das fazendas e os impactos ambientais próprios do modo de produção de gado bovino. Enquanto a Área agrícola descreve os processos de monocultura e os impactos ambientais específicos, evidenciando inclusive a relação e diferenciação da monocultura ligada ao capital estrangeiro e a agricultura familiar ou métodos de exploração da terra alternativos que são considerados mais tradicionais e demandados de forma endógena, destacando os elementos de conflitos oriundos da mudança na fronteira agrícola.

O tópico "Governança e Leis de proteção aos povos originários" é recente na literatura científica, sendo quantificado pela primeira vez nos anos 2000. Esse tópico representa todos os artigos que tiveram como tema primário o mapeamento, acompanhamento ou reflexão

sobre como as instituições que protegem os povos e a floresta estão agindo, majoritariamente, na esfera do poder federal. Esse tópico apresenta como palavras chaves representativas os alguns termos, dentre eles *"right, enforcement, indigenous, governance, law"*. Demonstrando o viés presente na preocupação em descrever o que há de tangente na execução ou desmantelamento das leis impostas e geridas por instituições no que concerne à proteção do povo da floresta.

Gráfico 6: Distribuição dos tópicos "Governança e Leis de proteção aos povos originários", "Política de Conservação do Ecossistema" e "Desenvolvimento sustentável" ao longo dos anos.



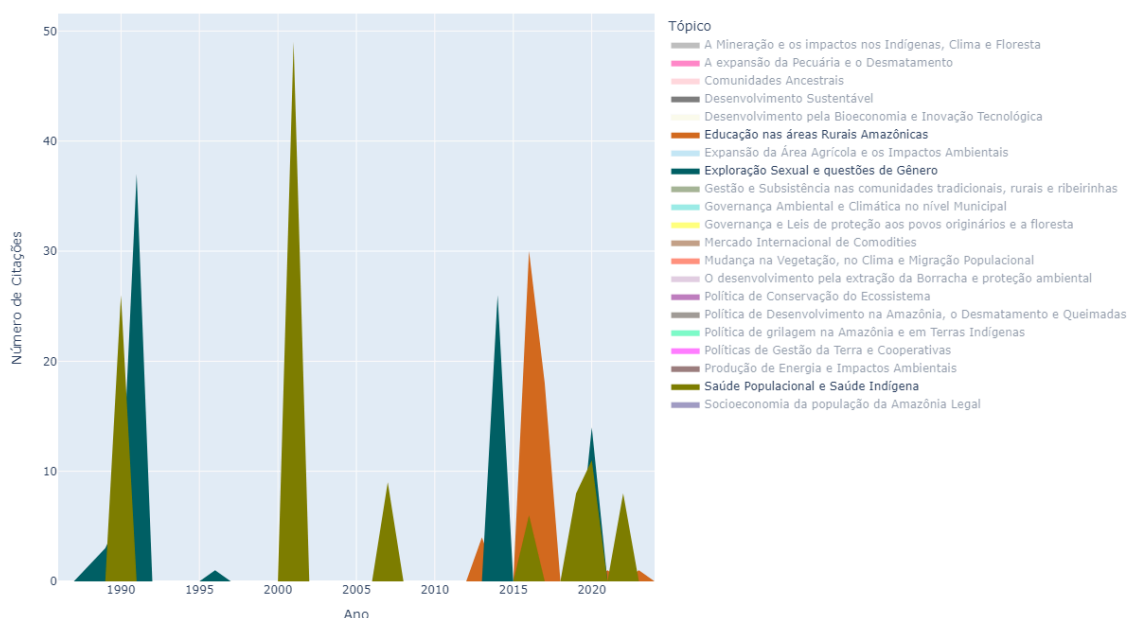
Fonte: Elaboração própria, 2024.

O gráfico 6 acima também apresenta o tópico "Política de Conservação do Ecossistema" que abrange os artigos da base de dados que contenham em seu escopo casos de restauração ou discussões sobre a preservação de paisagens e ecossistemas além de englobar os esforços dentro das ciências sociais e áreas aplicadas correlatas na construção do conhecimento para a criação de uma política concisa para essa finalidade. Como se trata de ecossistema, os artigos retratam a preservação das espécies de fauna e flora. O tópico teve a primeira ocorrência após os anos 2000, ganhando consistência temática dentro da produção científica após 2016.

O último dos tópicos presentes no gráfico é o "Desenvolvimento sustentável" que compreende as produções científicas iniciadas em 2000 e que ganharam consistência temática também em 2016. Apesar do conceito de "Desenvolvimento Sustentável" estar diluído em vários desses temas, eles são tratados de maneira secundária ou terciária. Mesmo com um volume menor do que era imaginado ao se fazer a cientometria, esses artigos convergem por tratarem do desenvolvimento sustentável em primeiro plano, traçando, analisando ou prospectando a territorialização de ideias e técnicas que possam levar ao desenvolvimento da região amazônica aliada às práticas verdadeiramente sustentáveis, como o desenvolvimento do ecoturismo e mercado de carbono, oriundos de um entendimento que a floresta preservada

e os seus povos agregam valor econômico a região e são a melhor forma de progresso e desenvolvimento para a região.

Gráfico 7: Evolução do Número de Citações dos artigos que formam os Tópicos “Educação nas áreas Rurais Amazônicas”, “Exploração Sexual e questões de Gênero” e “Saúde Populacional e Saúde Indígena” ao longo dos anos.



Fonte: Elaboração Própria.

Os últimos 3 tópicos analisados pelo gráfico 7 acima descrevem temas que estão amplamente associados às mazelas sociais que a população da Amazônia legal sofre.

O primeiro tópico “Educação nas áreas Rurais”, apesar de nominalmente descrever a dimensão rural, não tem como uma totalidade nos artigos que geraram esse tema a omissão completa do urbano, a escolha do nome para dar sentido semântico ao tópico advém do foco mais incisivo as áreas que não são urbanizadas, sejam elas circunscritas como rurais ou não. O tema, de maneira geral, engloba os artigos que falam sobre as políticas públicas relacionadas à educação nessa região.

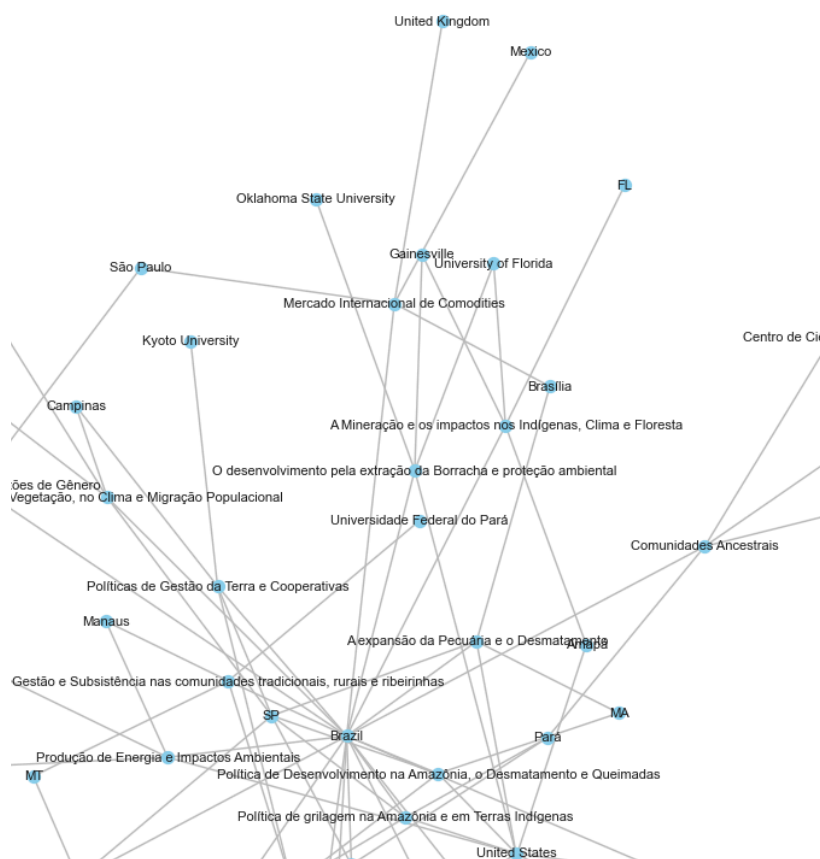
Já o segundo dos 3 tópicos, “A exploração sexual e questões de gênero”, o tema principal é a produção acadêmica que reflete sobre a exploração do trabalho sexual, seja forçado ou não e em diferentes faixas etárias, também há as mais formas de violência de violência de gênero, como violência doméstica. E também, outras questões atreladas à sexualidade estão presentes nos artigos que originam esse tema, como a violência oriunda do preconceito pela orientação sexual dos indivíduos.

O último tópico deste bloco “Saúde populacional e Saúde Indígena” também fala sobre as políticas públicas, porém orientadas a distribuição do sistema de saúde na região amazônica. O tema abarca trabalhos que atingem a vacinação da população urbana, rural e de

comunidades tradicionais, os gargalos das epidemias endêmicas na região e o controle delas, como também a investigação de casos de câncer em populações indígenas, inanição, desidratação e as tentativas ou omissões da expansão do sistema único de saúde, o SUS.

O gráfico abaixo apresenta a rede de afiliações de maneira parcial, focalizadas nos próximos três tópicos “Mercado Internacional de Commodities” que tem como tema principal os estudos que exploram a exportação de commodities em termos políticos e sociais, o tópico “A mineração e os Impactos nos Indígenas, Clima e Floresta” que agrupa os artigos que falam sobre a extração de minérios, seja por meios legais ou não e as dimensões sociais que decorrem a partir dessa prática. Por fim, o terceiro desse bloco de tópicos é “O desenvolvimento pela extração da borracha e proteção ambiental” que tem como tema a extração do látex das seringueiras e a relação com o trabalho, indivíduos e a floresta.

Gráfico 8: Rede de Afiliações pelo Tópicos “Mercado Internacional de Commodities”, “A mineração e os Impactos nos Indígenas, Clima e Floresta” e “O desenvolvimento pela extração da borracha e proteção ambiental”.

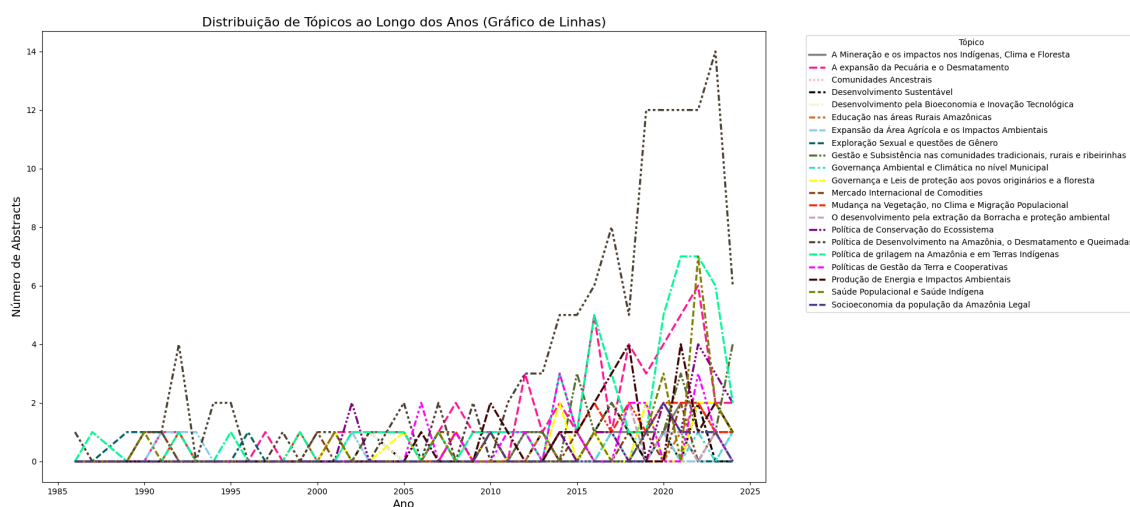


Fonte: Elaboração própria, 2024.

Pelo Gráfico 8 é possível verificar que os estudos com afiliação da University of Florida, Gainesville, Estados Unidos aparecem nos três tópicos, assim como a brasileira Universidade Federal do Pará (UFPA). Das afiliações do Brasileiras, além da UFPA

contabilizando os três tópicos, temos: O Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF), o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), a Universidade Federal de Viçosa, a Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Já nas afiliações internacionais nos Estados Unidos, temos a University of Richmond, Virginia, e Oklahoma State University. No continente Europeu tem afiliações em Portugal na Universidade Nova de Lisboa (NOVA), na Suécia em Stockholm na Environment Institute e no Reino Unido na University of Kent. Por fim, temos México com afiliação através da Ford Foundation.

Gráfico 9: Distribuição de todos os Tópicos ao Longo dos anos



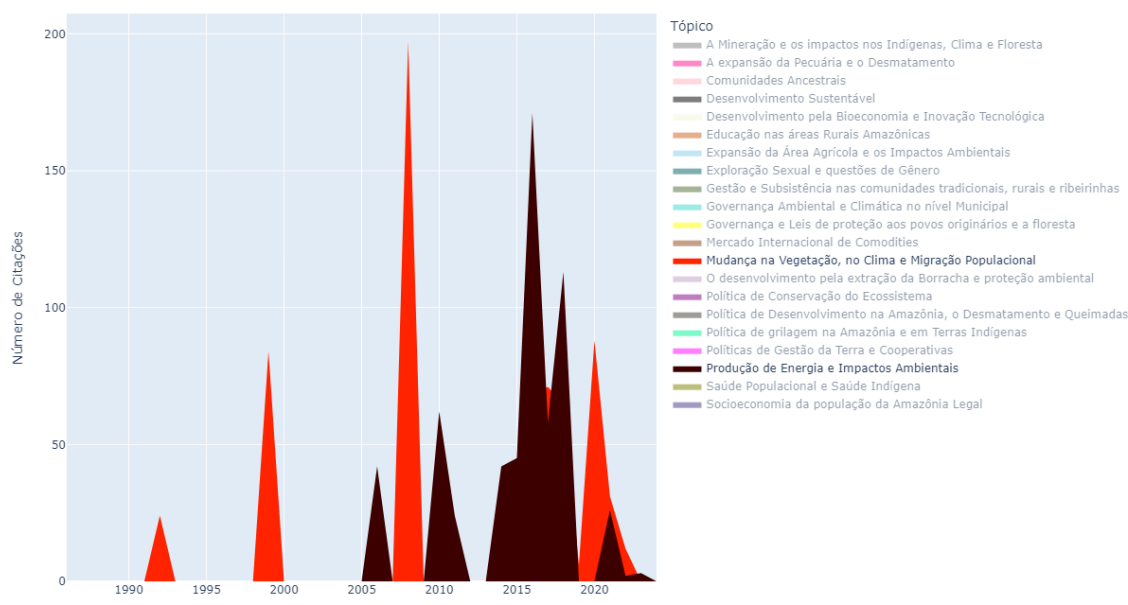
Fonte: Elaboração Própria, 2024.

Ao observar o gráfico 9 podemos ver que o tópico “Política de grilagem na Amazônia e em Terras Indígenas” se mantém presente ainda na década de 80, e a partir de 2010, apesar das eventuais quedas, contém expressa importância até 2024. Os trabalhos que constituem esse tema se preocupam acerca dos efeitos políticos e sociais da apropriação ilegal de terras por meio de fraudes processuais e de violência, seja de áreas de proteção municipal, estadual ou federal, áreas sem denominação ou já ocupadas por outras comunidades.

Ainda no gráfico 9 podemos analisar o tópico “Políticas de Gestão da Terra e as Cooperativas” que tem sua presença verificada a partir de 2005 com maior evolução nas produções que compõe o tópico em 2021, os trabalhos associados que geram esse tema compreendem os esforços de gestão e uso da terra através de cooperativas, majoritariamente madeireiras, mas sem excluir as mais diversas e que vem ganhando projeção, como as cooperativas de cacau e açaí. Esse tópico não foi incorporado ao “Desenvolvimento Sustentável” pois as dinâmicas presentes nas cooperativas não são homogêneas ao

hierarquizar as suas preocupações com a sustentabilidade e “economia verde”. Na verdade, os esforços se concentram muito mais no entendimento do que são as cooperativas e o que elas representam para as novas formas de uso da terra.

Gráfico 10: Número de citações aos Tópicos “Mudança na Vegetação, no Clima e Migração Populacional” e “Produção de Energia e Impactos Ambientais” ao longo dos anos.

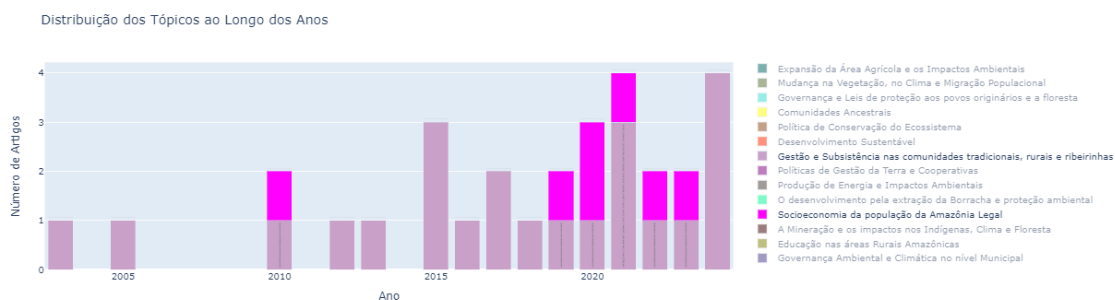


Fonte: Elaboração própria, 2024.

Os dois tópicos apresentados pelo Gráfico 10 estão altamente relacionados apesar de apresentarem aspectos diferentes. O tópico “Produção de Energia e Impactos Ambientais” reflete o ambiente da floresta como também o ambiente de cidades ou outros lugares ocupados por povos tradicionais. O tópico está intimamente ligado à produção de energia elétrica e seus efeitos, como os alagamentos necessários para as construções das usinas elétricas que deslocam cidades, comunidades e afundam florestas, esses impactos geram movimentos de consciência e luta que também são abordados nos textos. Já o segundo tópico “Mudança na Vegetação, no Clima e Migração Populacional” é um compilado dos efeitos sentidos pela natureza e pelas populações às investidas do desenvolvimento na região amazônica, além de demonstrar os efeitos políticos na migração advinda de países vizinhos, que é um elemento diferenciador deste tópico. Esse tópico é único pois ele descreve como os processos analisados por outros tópicos como a extensão da área agrícola de fazendas para gado e produção de energia afetam essa localidade em dimensões políticas e sociais, alterando a percepção visual dos espaços. Outro elemento único deste tópico é o entendimento da migração interestatal como um efeito político e social dentro da Amazônia Legal.

Finalmente, os dois últimos tópicos a serem apresentados são o de "Gestão e Subsistência nas comunidades tradicionais rurais e ribeirinhas" e o "Socioeconomia da população da Amazônia Legal" que serão apresentados no gráfico¹⁰ 11 abaixo:

Gráfico 11: Distribuição do número de artigos dos tópicos “Gestão e Subsistência nas comunidades tradicionais, rurais e ribeirinhas” e “Socioeconomia da população da Amazônia Legal” ao longo dos anos.



Fonte: Elaboração Própria, 2024.

Apesar dos dois terem em comum o acesso a renda dos indivíduos que estão inseridos na região amazônica, o primeiro destes especifica os grupos que serão analisados, abrangendo as comunidades tradicionais. Esse contexto específico aos quais os artigos deste tópico se direcionam fazem com que o tema abrace os meios de subsistência presentes nessas comunidades, como o artesanato, a pesca, a coleta de materiais primários na floresta, entre outros. A dimensão da Gestão refere-se ao caráter de vivência coletiva presente nesses espaços, estando mais ligado à gestão das comunidades pela própria comunidade ou também outras instâncias, seja a municipal, estadual ou federal.

Já o segundo tópico "Socioeconomia na população da Amazônia Legal" apesar de abraçar também a dimensão econômica de comunidades tradicionais, engloba a população das cidades, demonstrando a relação dessas pessoas com o trabalho, as fontes de renda e integração econômica. Em outras palavras, os artigos que estão nesse tópico tem como tema como a atividade econômica afeta e é moldada por processos sociais.

¹⁰ Para ter acesso a todos os gráficos feitos pela cientometria, acesse: https://drive.google.com/drive/folders/1drowIMSsnQd_szj05nnDwedTQZ6XbJsH?usp=drive_link

5. TRAMAS DISCURSIVAS: UM MAPEAMENTO DOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS (1985-2022)

No capítulo anterior, foi apresentado o desenvolvimento de 21 tópicos com base na análise qualitativa e quantitativa de 460 *abstracts*. Essa etapa foi importante para criar um livro de codificação com base na análise de conteúdo categorial (Sampaio e Lycarião, 2021). Nesse contexto, cada um desses tópicos que foram modelados anteriormente, agora, são interpretados como códigos, e estes, ao corresponderem a um tema existente específico, funcionam como um ponto de partida para a exploração dos discursos presidenciais civis brasileiros entre 1985 a 2022. Os 6083 textos discursivos foram coletados exclusivamente através da plataforma aberta Kaggle¹¹ (Gonçalves, Meira e Gondim, 2024). Esses dados contêm um volume considerável de material, permitindo uma análise longitudinal dos discursos (Lazer et al, 2009).

5.1 Procedimentos metodológicos para mapear os discursos

Em um primeiro momento, foram coletados todos os discursos presidenciais, que constavam armazenados no formato de arquivos txt, organizados pela nomeação de suas datas de proferimento pelo sistema americano (mês, dia e ano) e separados em pastas por ano, alocadas, por sua vez, no diretório nomeado pelo nome de cada presidente.

O passo posterior à coleta, foi a formulação de um *script* em linguagem de programação *Python* que tem como objetivo identificar trechos de discursos presidenciais que mencionem a Amazônia e organizá-los em uma planilha para posterior análise. O código¹² tem como intuito realizar a leitura de arquivos de texto e extrair os trechos com palavras-chave relacionadas à Amazônia. Para tanto, inicialmente são importadas bibliotecas que permitem manipular arquivos, logo depois, os textos têm toda sua formatação removida. De forma geral, o *Python* é sensível às diferenças de grafia das palavras, sendo assim, foram removidos os acentos gráficos e qualquer letra maiúscula, sendo esses caracteres substituídos por suas versões sem formatação.

Superada a fase de pré-processamento, os conteúdos de cada discurso são divididos em frases, que são identificadas com base em pontuação (pontos finais, exclamações e interrogações). O código, então, verifica se alguma das palavras-chave relacionadas à Amazônia aparece nas frases, em caso positivo, o código captura um trecho que inclui três

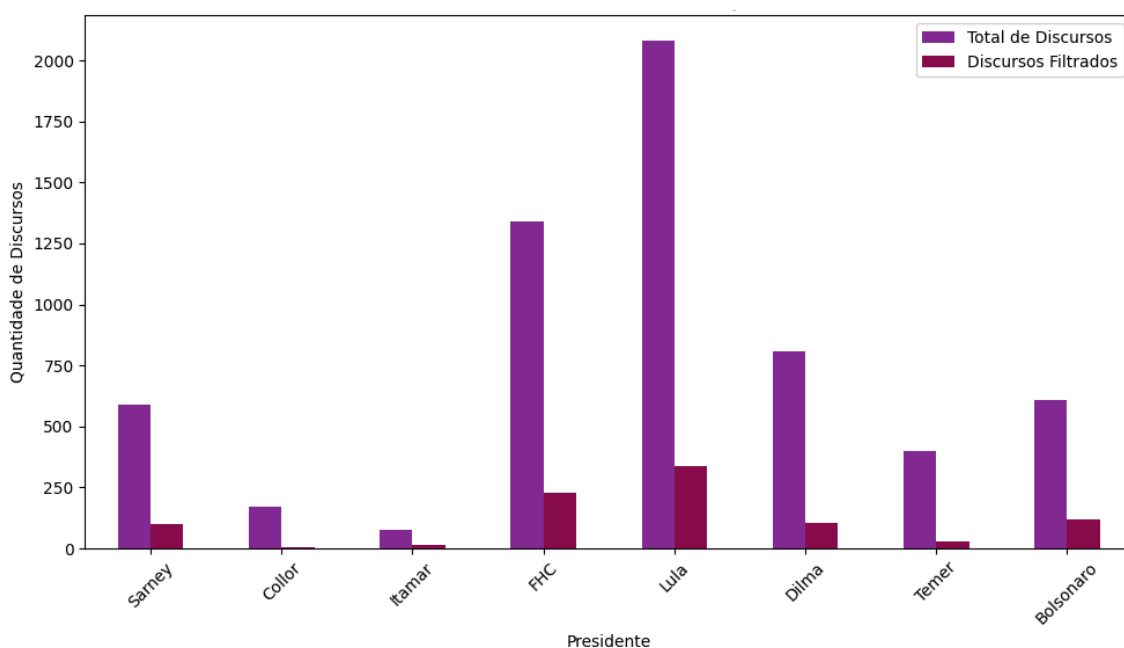
¹¹ DOI da base de dados no Kaggle [10.34740/kaggle/ds/5566939](https://doi.org/10.34740/kaggle/ds/5566939)

¹² Script para a manipulação da base de dados original: https://drive.google.com/file/d/13bryX6BRxSlbadARDKoZWbW1gdOXnf4H/view?usp=drive_link

frases anteriores e três frases subsequentes à ocorrência. Isso cria um "enquadramento expandido" em torno da palavra-chave para que a análise futura tenha mais contexto. Além disso, se uma palavra-chave ocorre em um trecho que já foi selecionado (dentro do contexto de frases já capturadas), o código não inclui novamente essas frases.

Cada trecho identificado é então associado a metadados: o nome do arquivo de onde foi extraído, o presidente responsável pelo discurso (extraído do caminho do arquivo), o ano do discurso (extraído do nome do arquivo) e uma identificação sequencial para o trecho (ex.: "trecho 1", "trecho 2", etc.). Esses dados são armazenados em uma lista e posteriormente convertidos em um *DataFrame*, que é salvo em um arquivo Excel¹³. No total, o arquivo gerado contém 2248 linhas, em que a linha 1 corresponde à legenda das colunas. Para viabilizar a visualização das características do *Dataframe* foram gerados gráficos.

Gráfico 12: Total dos textos discursivos dos presidentes civis em comparação com os discursos filtrados.



Fonte: Elaboração própria, 2024.

No Gráfico 12 é possível observar uma variação significativa dos discursos entre os diferentes mandatos dos presidentes do Brasil, levando em consideração a proporção de discursos filtrados. O presidente Sarney, que ocupou a presidência por cinco anos, possui um total de 590 discursos registrados, dos quais 98 foram filtrados, resultando em uma proporção de 16,61%. O presidente Collor, com um mandato de dois anos e oito meses, contabiliza 170 discursos dos quais apenas 6 foram selecionados, correspondendo a 3,53%. Já Itamar Franco,

¹³ Para ter acesso ao arquivo em Excel: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1kt0Tk1-u40J1thDp1OP0jb8f1jvm8dpw/edit?usp=drive_link&ouid=106992473893910766336&rtpof=true&sd=true

registrou 77 discursos em 2 anos e 5 meses, dos quais 14 foram filtrados, alcançando a segunda maior proporção entre os presidentes, com 18,18%. Fernando Henrique Cardoso, que exerceu dois mandatos, oito anos, produziu 1339 discursos, dos quais 226 foram filtrados, representando uma proporção de 16,88%. Já Lula, também com dois mandatos completos, teve 2080 discursos registrados, dos quais 337 foram filtrados, correspondendo a 16,20%. Dilma Rousseff, que esteve à frente do país por um mandato e meio, apresentou um total de 808 discursos, dos quais 104 foram filtrados, resultando em uma proporção de 12,87%. Michel Temer, que assumiu a presidência por dois anos, teve 397 discursos, sendo que apenas 27 foram filtrados, com uma proporção de 6,80%. Por fim, Jair Bolsonaro, que governou por quatro anos, contabilizou 608 discursos, dos quais 119 foram filtrados, atingindo a maior proporção, de 19,57%.

O segundo grande procedimento metodológico envolveu a preparação do *DataFrame* para exportação ao NVivo, um *software* de Análise de Dados Qualitativos (CAQDAS). Essas ferramentas ajudam na organização, codificação e gerenciamento de dados (Gibbs, 2011), contudo, a responsabilidade pela inferência permanece com o pesquisador.

Um código¹⁴ em Python foi desenvolvido para converter um *DataFrame* do Excel em um formato adequado ao NVivo. O código adiciona uma coluna chamada "NOME", preenchida com números sequenciais de 1 a 2247, e reorganiza as colunas, movendo "NOME" para a primeira posição¹⁵. O arquivo é salvo no mesmo local, mantendo o formato original. Além disso, cada linha do *DataFrame* é exportada como um arquivo Word individual, com "NOME" no início, seguido do texto do discurso, e esses arquivos são armazenados em um diretório específico¹⁶ para facilitar a análise no NVivo.

Com os discursos presidenciais sobre a Amazônia salvos em Word e nomeados de forma rastreável pela planilha "matriz", a exportação para o NVivo foi realizada. Embora fosse possível exportar diretamente um *DataFrame* em Excel com os nomes dos arquivos, textos e atributos, optou-se por uma abordagem em duas etapas: primeiro, a importação dos discursos em Word, seguida da planilha com os atributos (ano, presidente, data e trecho) de cada discurso. O projeto no NVivo contém 2.247 casos, cada um com 4 atributos, vinculados automaticamente aos textos por meio da função de "nomes hierárquicos".

¹⁴ Link para acessar o código que transforma o *Dataframe* em Word: https://drive.google.com/file/d/1ItPpMDVJ7qTie7kmpZg3tZAPA89V5R18/view?usp=drive_link

¹⁵ Link para a planilha com a coluna "NOME": https://docs.google.com/spreadsheets/d/1ZGN0aVTaVTHAdnTmodHkwtbESOfwXgfx/edit?usp=drive_link&ouid=106992473893910766336&rtpof=true&sd=true

¹⁶ Link para a pasta com todos os trechos em Word: https://drive.google.com/drive/folders/1xyVyAeCVa6HxKHXTOC3Bhw52gA4if821?usp=drive_link

Essa estratégia de separar a importação dos discursos e dos atributos é justificada pela forma como o NVivo organiza documentos textuais. Tratando cada arquivo Word como uma fonte independente, é possível revisar e codificar os textos de forma autônoma, essencial em projetos com muitos dados. Quando textos e atributos são importados juntos, o NVivo processa cada linha como um "caso", dificultando a manipulação e exigindo reimportações em caso de ajustes, o que pode gerar duplicações.

Com os casos importados e classificados por meio da planilha de atributos, foram criados booleanos com base nas palavras-chave de cada um dos 21 tópicos criados a partir dos *abstracts*. Esses booleanos foram então utilizados na ferramenta “Pesquisa de Texto” do NVivo para localizar trechos dos discursos que correspondem aos temas. Com isso, foi possível não apenas rastrear a presença dos tópicos nos discursos, mas também compreender a hierarquia e a estrutura temática dentro do conjunto de textos analisados.

5.2 Resultados do mapeamento dos discursos

A partir dos 21 tópicos, transformados em códigos no Nvivo, 1055 textos dos 2247 disponíveis para análise, foram codificados, isso significa que 47% da base de dados dos discursos presidenciais foram alocadas em um ou mais tópicos¹⁷. Contudo, é importante salientar que 2011 é a contagem total de todas as alocações, incluindo as que ocorreram mais de uma vez em diferentes tópicos. Por exemplo, se um texto foi alocado em dois tópicos diferentes, ele será contado duas vezes na contagem total de 2011. Portanto, os 1055 textos referem-se ao número único de textos que foram alocados pelo menos uma vez, enquanto os 2011 textos refletem todas as alocações feitas nos 21 tópicos¹⁸.

Gráfico 13: Hierarquia entre os 21 tópicos por casos codificados.

¹⁷Para ter acesso ao projeto completo do NVIVO acesse esse link: https://drive.google.com/file/d/196FSPvxScGaTR4D4SHyEt_1rTqSjs2aU/view?usp=drive_link

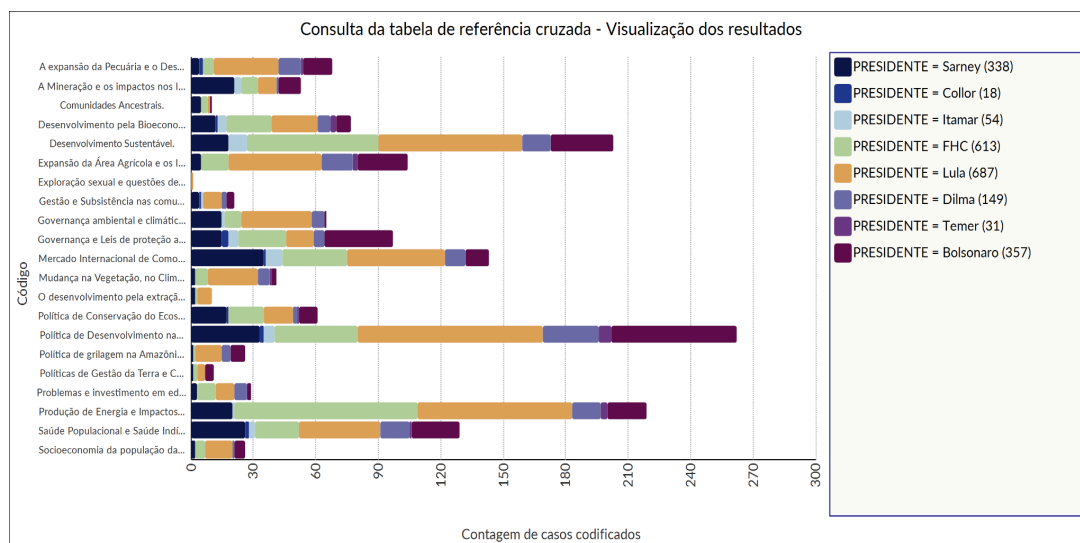
¹⁸ Para ter visualizar todos os gráficos feitos no NVIVO, acesse: https://drive.google.com/drive/folders/1mcwDZUKwHzORSRfKn95pdgkaG6lllp9K?usp=drive_link



Fonte: Elaboração própria, 2024.

No gráfico 13 acima, é perceptível a hierarquia dos tópicos, sendo o tamanho dos retângulos um indicador da quantidade numérica de cada tópico. Entre os tópicos que agruparam os maiores conjuntos textuais, estão “Política de desenvolvimento na Amazônia o Desmatamento e as Queimadas” com 262 textos, seguida do tópico “Produção de Energia e Impactos ambientais” com 219 textos e “Desenvolvimento Sustentável” com 203. A tríade acima representa 34% dos 2011 textos. Entre os tópicos no final da hierarquia estão “O desenvolvimento pela extração da Borracha e proteção ambiental” e “Comunidades Ancestrais” com 10 textos cada e “Exploração Sexual e de Gênero” com apenas dois textos.

Gráfico 14: Distribuição do tópico por presidente.



Fonte: Elaboração Própria, 2024.

No gráfico 14 é observável a relação entre a quantidade total de trechos discursivos disponíveis e as ocorrências de codificação. Nesse contexto, José Sarney teve 229 ocorrências de codificação, comparadas a um total de 338 textos disponíveis para análise. No caso de Fernando Collor, foram 13 ocorrências de codificação em um total de 18 textos. Para Itamar Franco, ocorreram 40 codificações entre 54 textos totais. Fernando Henrique Cardoso teve 613 ocorrências de codificação, em comparação a 687 textos. Luiz Inácio Lula da Silva, por sua vez, contou com 567 codificações de um total de 687 textos. Dilma Rousseff teve 144 codificações em 149 textos. Michel Temer apresentou 18 codificações de 31 textos. Finalmente, Jair Bolsonaro teve 267 ocorrências de codificação em 357 textos disponíveis para a análise.

Gráfico 15: Similaridade de codificação para todos os códigos.



Fonte: Elaboração própria, 2024.

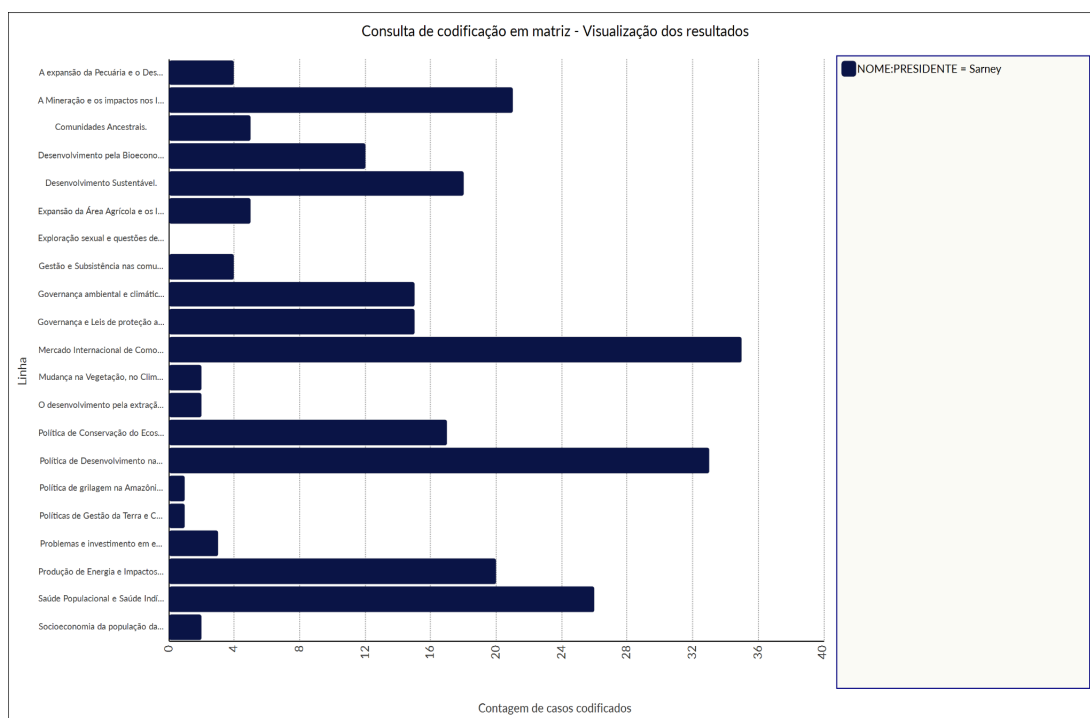
O gráfico 15 demonstra a disposição dos clusters por similaridade de codificação. Dessa forma, identificamos padrões de co-ocorrência entre os códigos, ou seja, textos discursivos que foram codificados com os mesmos códigos ou códigos semelhantes. Isso significa que, alguns temas, estão mais imbricados uns aos outros. Por exemplo, os tópicos “Desenvolvimento Sustentável” e “Política de Desenvolvimento na Amazônia o Desmatamento e as Queimadas” compartilham muitos textos entre si, enquanto “Produção de Energia e Impactos Ambientais”, apesar de fazer parte de um cluster maior, é topicalizado de maneira mais isolada.

5.2.1 José Sarney (1985-1990)

Quando filtramos a base de dados para contabilizar apenas os conteúdos textuais do presidente Sarney (1985-1990), verificamos a primazia do tópico 'Mercado Internacional de Commodities' que apresentou 35 textos codificados, sendo 15 deles em 1989, o que representa aproximadamente 42,86% do total, vale destacar que nos dois anos anteriores houve 7 menções cada ao código, enquanto em 1985-1986 nenhum discurso do tema foi registrado, indicando um aumento considerável de interesse do tema. Já o segundo maior tópico é 'Política de Desenvolvimento na Amazônia e o Desmatamento e Queimadas' com 33 textos, dessas, 18 menções concentradas em 1989, correspondendo a 54,55% do total. No tópico 'Saúde Populacional e Indígena', foram codificados 26 textos, com 20 deles mencionados em 1989, o que equivale a 76,92% do total. O tópico 'A Mineração e os impactos nos Indígenas, Clima e Floresta' abarcou 21 textos, com destaque especial em 1989 também, sendo Sarney o

que mais falou sobre o tema quando comparado aos demais presidentes. Também com grande destaque em 1989, o tema 'Governança ambiental e climática no nível municipal' teve 15 textos, sendo 66,67% dos discursos no ano relatado anteriormente.

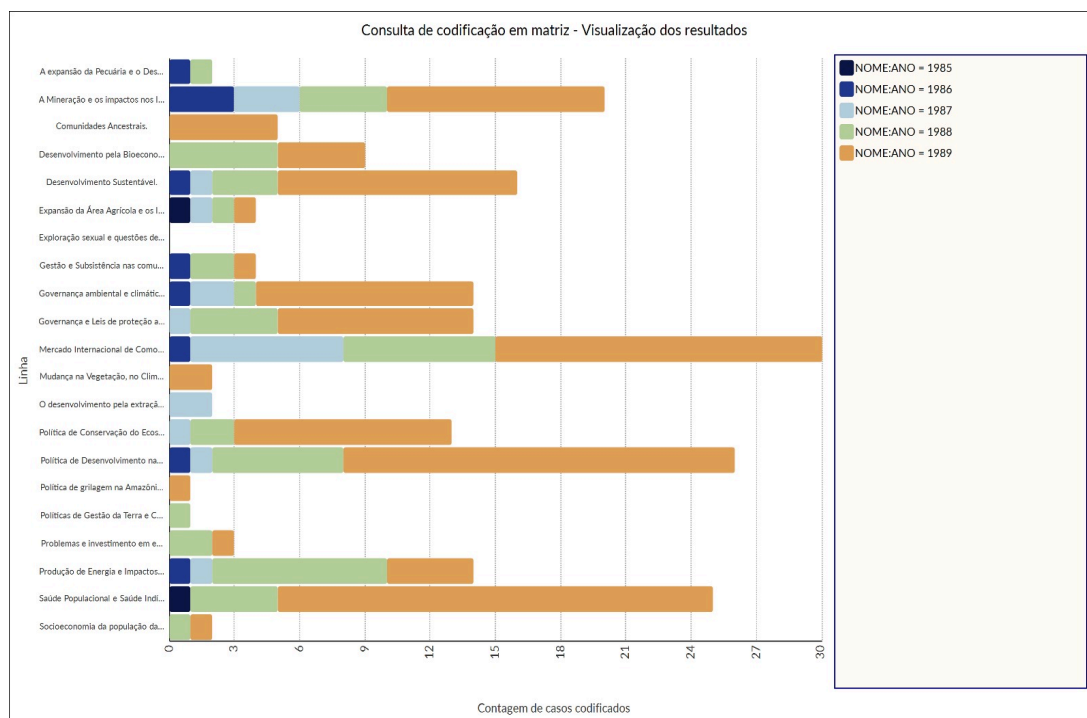
Gráfico 16: Tópicos por quantidade de textos atribuídos filtrado por Sarney.



Fonte:Elaboração Própria, 2024.

Conforme ilustrado no gráfico 16, o caso de 'Produção de Energia e Impactos Ambientais', houve 20 textos codificados, com 8 menções ocorrendo em 1989, o que representa 40% do total. O tópico 'Governança e Leis de proteção aos povos originários e a floresta' apresentou 15 textos codificados, com 10 ocorrências em 1989, correspondendo a 66,67% do total. 'Desenvolvimento Sustentável' registrou 18 textos, sendo 11 deles em 1989, o que equivale a 61,11% do total. No tópico 'Política de Conservação do Ecossistema', houve 17 textos codificados, com 10 ocorrências em 1989, representando 58,82% do total. No tópico 'Comunidades Ancestrais', 5 textos foram codificados, expressivos apenas em 1989, com Sarney mencionando o tema 5 vezes, representando 100% do total.

Gráfico 17: Tópicos ao longo dos anos no governo presidencial de Sarney(1985-1989).



Fonte: Elaboração Própria, 2024.

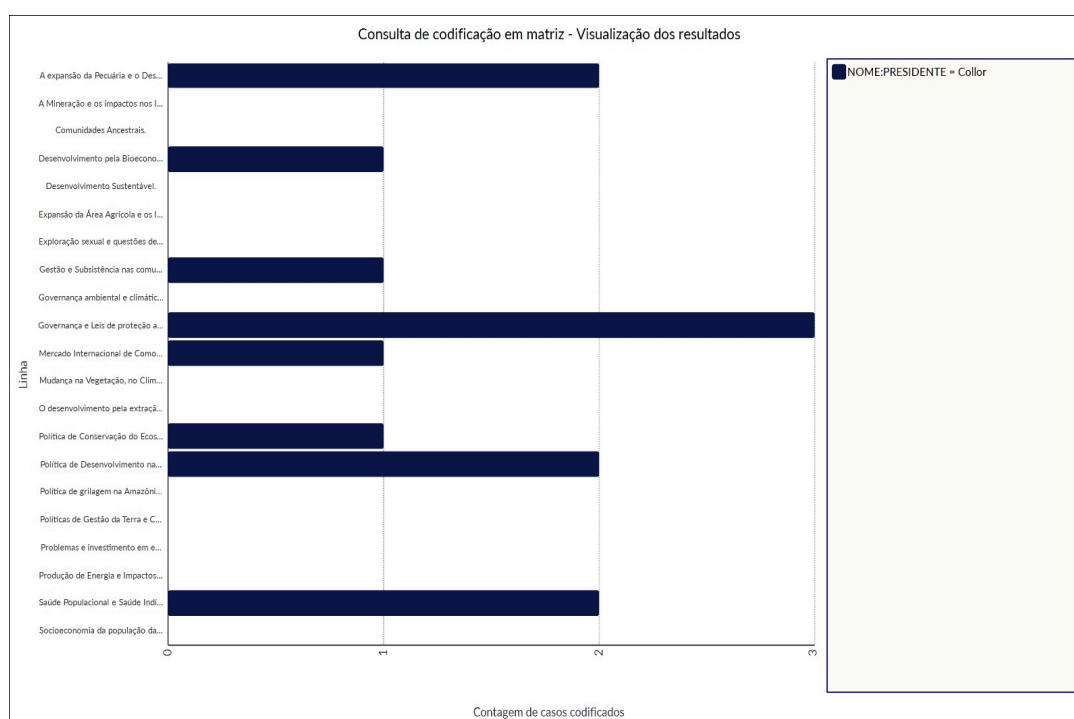
No gráfico 17 acima percebemos que o ano de 1989 conteve a maior parte de textos discursivos para Sarney na maioria dos tópicos, por isso, o ano de 1989 agrupa grande porcentagem dos textos para vários temas. Por outro lado, o tópico 'O desenvolvimento pela extração da Borracha e proteção ambiental' teve 2 textos, com 2 menções específicas em 1987, representando 100% do total, sendo esse um tópico que desapareceu durante todo o resto do mandato. O tópico 'Desenvolvimento pela Bioeconomia e Inovação Tecnológica' 12 textos, também obteve destaque para além de 1989, sendo 50% dos discursos sobre o assunto proferidos em 1988.

Entre os tópicos menos codificados temos 'Socioeconomia da população da Amazônia Legal' e 'Mudança na Vegetação, no Clima e Migração Populacional' que foram codificados, enquanto 'Problemas e Investimento em Educação' foi codificado 3 vezes. Em 'Expansão da Área Agrícola e os Impactos Ambientais', 'Expansão da Pecuária e o Desmatamento', 'Gestão e Subsistência nas comunidades tradicionais, rurais e ribeirinhas' foram 4 textos codificados cada. Por fim, o tópico 'Política de grilagem na Amazônia e em Terras Indígenas' teve 1 texto codificado, enquanto 'Políticas de Gestão da Terra e Cooperativas Madeireiras' também contou com 1 texto. Por fim, o tópico 'Exploração sexual e questões de gênero' não teve ocorrências de codificação.

5.2.2 Fernando Collor De Mello (1990-1992)

Avançando temporalmente o mapeamento dos discursos pelos tópicos, alcançamos o presidente Collor, que teve seu mandato compreendido entre parte de 1990 até dezembro de 1992, foi o presidente desde a redemocratização que menos mencionou a amazônia em seus discursos (3,53%), o obscurecimento da região possui ênfase em 1992, ano em que, não houve sequer menção a Amazônia por parte do presidente. De maneira geral, quando filtramos a base por Fernando Collor, são identificadas 13 ocorrências de codificação, dispostas no gráfico 18 abaixo.

Gráfico 18: Representação dos discursos de Collor (1990-1993)



Fonte: Elaboração própria, 2024.

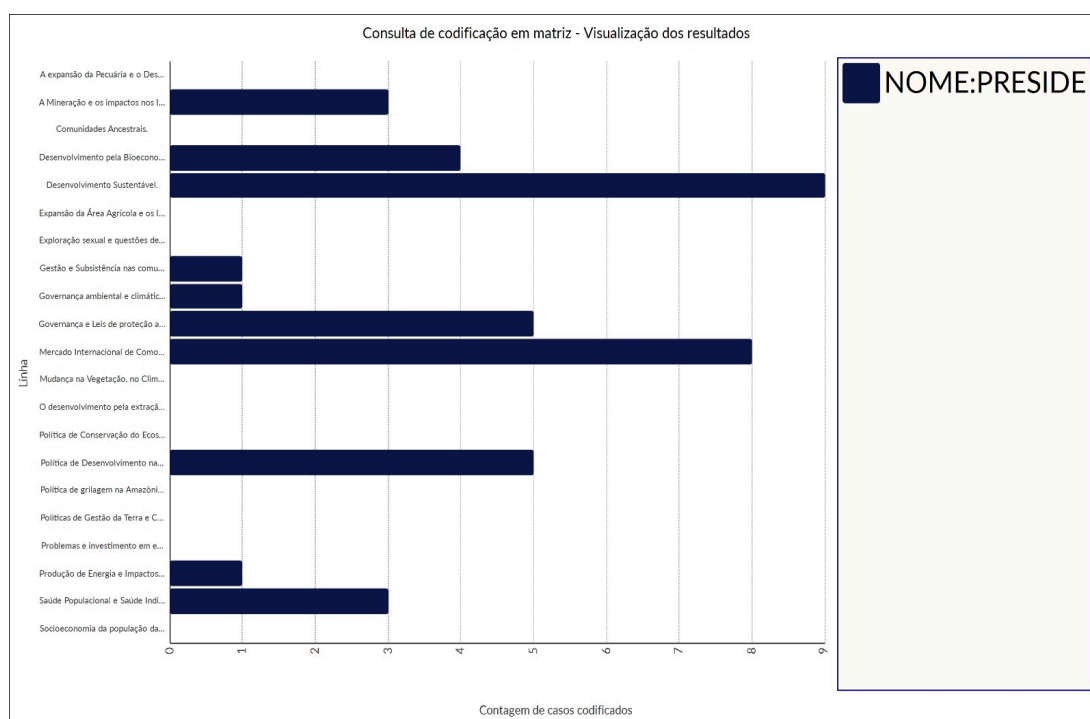
O tópico 'Governança e Leis de proteção aos povos originários e a floresta', apresentou 3 textos codificados, todos em 1991, o que representa 100% do total. No tópico 'A expansão da Pecuária e o Desmatamento', foram codificados 2 textos. O tópico 'Política de Desenvolvimento na Amazônia e o Desmatamento e Queimadas' apresentou 2 textos codificados. No que diz respeito ao tópico 'Gestão e Subsistência nas comunidades tradicionais, rurais e ribeirinhas' 1 texto foi codificado. Em 'Saúde Populacional e Indígena', foram codificados 2 textos. No tópico 'Mercado Internacional de Commodities', houve 1 texto codificado. O tópico 'Política de Conservação do Ecossistema' também contou com 1 texto

codificado, assim como 'Políticas de Gestão da Terra e Cooperativas Madeireiras'. Todos os demais tópicos não foram identificados.

5.2.3 Itamar Franco (1993-1994)

Em 1993, com a ascensão de Itamar Franco ao cargo de presidente, a região amazônia voltou a ser pauta, isso pois, entre 1993 e 1994, foram identificadas 40 ocorrências de codificação, sendo Itamar o segundo presidente que em níveis percentuais mais mencionou a Amazônia em seus discursos, as codificações seguem no gráfico 19 logo abaixo.

Gráfico 19: Quantidade de discursos do presidente Itamar Franco por tópicos.



Fonte: Elaboração Própria, 2024.

O tópico "Desenvolvimento Sustentável" teve 9 textos codificados, sendo 8 deles mencionados em 1993, o que representa 88,9% do total deste tópico. O "Mercado Internacional de Commodities" também teve 8 textos codificados, todos mencionados em 1993, correspondendo a 100% dos textos deste tópico. O tópico "Governança e Leis de proteção aos povos originários e a floresta" contou com 5 textos, com 4 deles ocorrendo em 1993, o que equivale a 80% do total. Já o tópico "Política de Desenvolvimento na Amazônia e o Desmatamento e Queimadas" apresentou 5 textos codificados, sendo todos em 1993, ou seja, 100% do total.

Os tópicos "A Mineração e os impactos nos Indígenas, Clima e Floresta" e "Saúde Populacional e Indígena" também tiveram 3 textos codificados. "Desenvolvimento pela

Bioeconomia e Inovação Tecnológica" contou com 4 textos codificados. Finalmente, os "Gestão e Subsistência nas comunidades tradicionais, rurais e ribeirinhas" e "Governança ambiental e climática no nível municipal", tiveram 1 texto codificado cada.

Os demais tópicos não obtiveram discursos distribuídos. Sendo assim, os tópicos acima mencionados refletem as prioridades temáticas durante o governo de Itamar Franco, com uma ênfase especial em tópicos como desenvolvimento sustentável, governança e proteção aos povos originários, e o mercado internacional de commodities, que dominaram as codificações, especialmente no ano de 1993.

5.2.4 Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)

Cumprindo dois mandatos completos, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), tem o maior número de ocorrências de codificação registradas, sendo 613. O tópico que teve o maior número de textos codificados foi “Produção de Energia e Impactos Ambientais” com 88 textos, sendo mencionado 28 vezes em 1997, o que representa 31,8% do total de textos sobre esse tema. Em seguida, destaca-se o tópico “Desenvolvimento Sustentável”, que teve 63 textos, com 17 ocorrências em 1995 e 16 em 1998, a soma das porcentagens dos dois anos 52,38% dos textos.

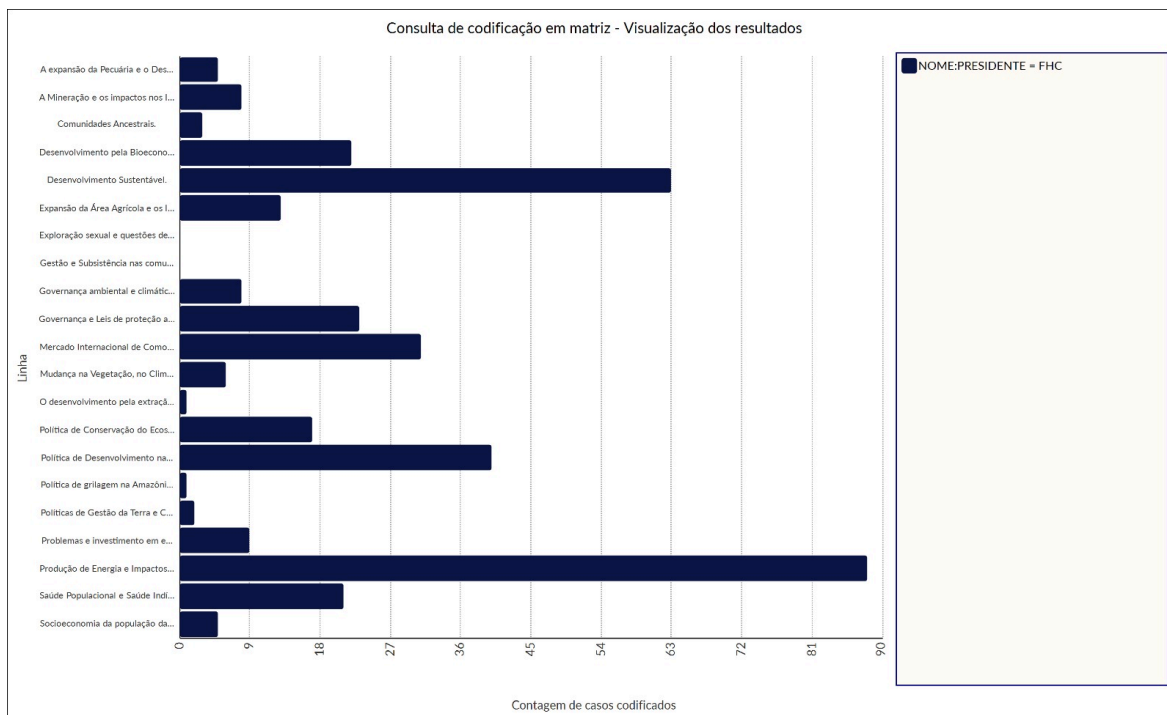
Ainda com os tópicos relevantes “Política de Desenvolvimento na Amazônia e o Desmatamento e Queimadas”, que contou com 40 textos codificados, sendo mencionado 14 vezes em 1995 e 8 em 2002, representando 55% do total. O “Mercado Internacional de Commodities” foi mencionado em 31 textos, com 9 ocorrências em 1996, sendo esses 29% dos textos codificados. A “Governança e Leis de Proteção aos Povos Originários” teve 23 textos codificados, com 7 ocorrências em 1995 e 6 em 2002, e juntos correspondem a 56,52% do total.

O tópico “Saúde Populacional e Indígena” registrou 21 textos codificados, enquanto “Desenvolvimento pela Bioeconomia e Inovação Tecnológica” teve 22 textos, sendo mencionado 9 vezes em 2001 e 9 em 2002, somados são 82% dos textos. O tópico “Política de Conservação do Ecossistema” teve 15 textos codificados, com 4 ocorrências em 1995, 6 em 2000 e 5 em 2002, o que corresponde, somados, a 100% do total. Com 12 ocorrências de codificação, temos “Expansão da área agrícola e Impactos ambientais”

Os temas a seguir, compreendem menos de 10 registros em cada tópico. “A Mineração e os Impactos aos Indígenas, Clima e Floresta” e “Problemas e Investimentos em Educação” tiveram 8 e 9 textos codificados. O tópico “Governança ambiental e climática no nível municipal” também com 8 ocorrências de codificação. O tópico “Mudança na Vegetação, no

Clima e Migração Populacional” registrou 6 textos, correspondendo a 2,0% do total. O tópico “A Expansão da Pecuária e o Desmatamento” e “Socioeconomia na Amazônia Legal” tiveram 5 textos cada, enquanto “Comunidades Ancestrais” teve 3 textos, representando 1,0% do total.

Gráfico 20: Distribuição dos tópicos nos discursos de FHC.



Fonte: Elaboração Própria, 2024.

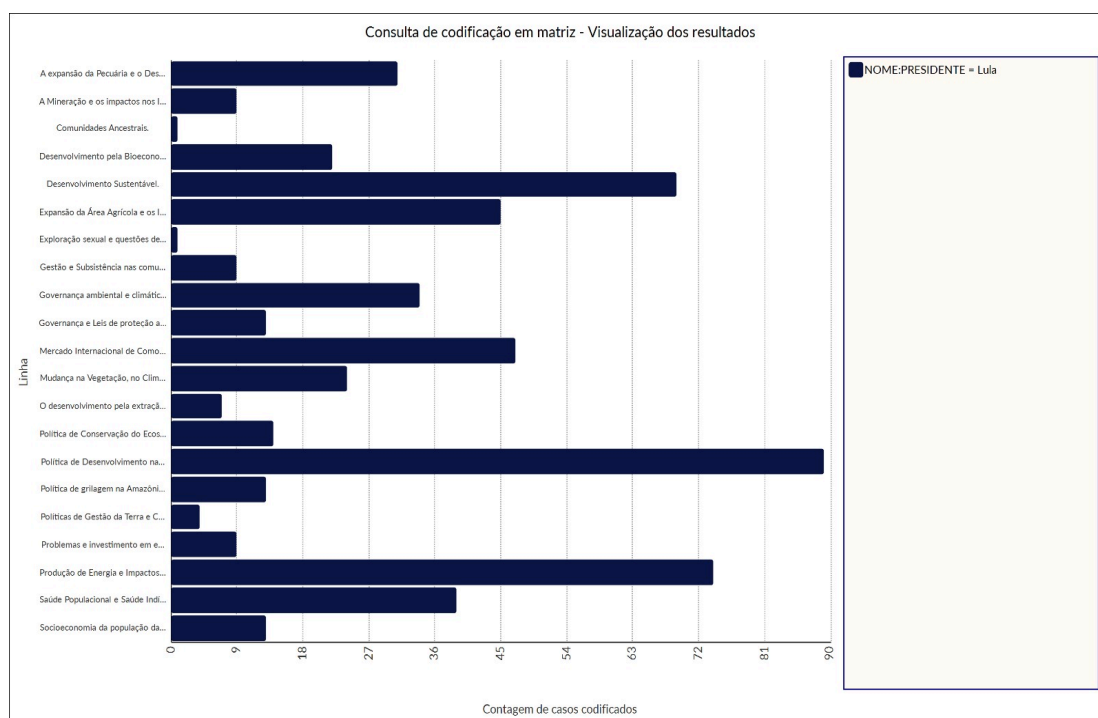
Pelo gráfico 20, percebemos que os temas menos relevantes numericamente entre todos os tópicos são: “Políticas de Gestão da Terra e Cooperativas Madeireiras” e “O Desenvolvimento pela Extração da Borracha e Proteção Ambiental” e “Política de grilagem na Amazônia e em Terras Indígenas” tiveram, respectivamente, 2, 2 e 1 texto codificado, correspondendo a 0,6% e 0,3% do total. No entanto, alguns tópicos, como “Gestão e Subsistência nas Comunidades Tradicionais, Rurais e Ribeirinhas” e “Exploração Sexual e Questões de Gênero” não contaram com textos codificados.

5.2.5 Luiz Inácio Lula Da Silva (2003-2010)

Durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foram registradas 557 ocorrências de codificação, também cumprindo dois mandatos completos, Lula foi presidente entre 2003 e 2010. O tópico de maior relevância numérica para os discursos codificados de Lula foi “Política de Desenvolvimento na Amazônia e o Desmatamento e Queimadas” registrou 89 textos, sendo 20 em 2008 e 19 em 2010, o que representa 43% do total do tópico. “Produção

de Energia e Impactos Ambientais" totalizou 74 textos, com 13 menções em 2008, 13 em 2009 e 14 em 2010, correspondendo a 54% da base. Ainda nos mais expressivos numericamente, o tópico "Desenvolvimento Sustentável" que soma 69 textos codificados. Suas menções tiveram maior concentração quantitativa foi 2003, com 16 menções, e 2006, com 17 menções, somadas, elas representam 47,8% dos textos atribuídos a este tópico. O gráfico abaixo apresenta, pela intensidade de cores, quais são os tópicos mais expressivos numericamente entre os 21. Toda a hierarquia dos tópicos está ilustrada no gráfico 21 abaixo:

Gráfico 21: Mapa de calor para os textos codificados filtrados pelo presidente Lula.



Fonte: Elaboração Própria, 2024.

Em quarto lugar, o tópico "Mercado Internacional de Commodities" teve 47 textos codificados, com 11 ocorrências em 2004 e 16 em 2008, totalizando 57,45% das ocorrências deste tópico. "Expansão da Área Agrícola e Impactos Ambientais" teve destaque, com 45 textos e "Saúde Populacional e Indígena" com 39. O tópico "A Expansão da Pecuária e o Desmatamento" registrou 31 textos. Já "Mudança na Vegetação, no Clima e Migração Populacional" apresentou 24 textos, com 8 menções em 2008 e 8 em 2009, totalizando 66,7%. Como o presidente que mais falou de "Desenvolvimento pela Bioeconomia e Inovação Tecnológica" esse tema foi codificado em 22 textos, sem que algum ano tivesse mais expressão para o tema. Outro tópico que não obteve destaque em algum ano específico foi "Governança ambiental e climática no nível municipal", com 34 textos.

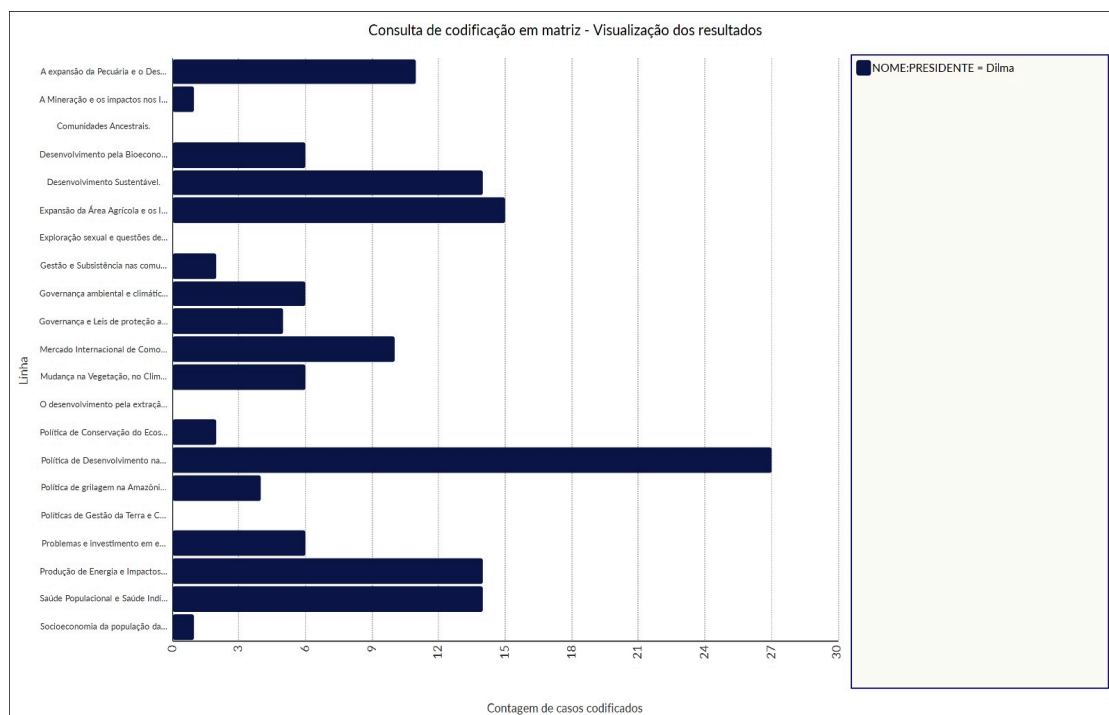
Entre os tópicos mais singelos, "Política de Conservação do Ecossistema" foi abordado em 14 textos, "Governança e Leis de proteção aos povos originários e a floresta" com 13 textos codificados e "Socioeconomia da população da Amazônia Legal", que também foi registrado em 13 textos, com 7 ocorrências em 2006, o que representa 53,8% deste tópico. "Política de grilagem na Amazônia e em Terras Indígenas" também com 13 textos, com 3 ocorrências em 2003 e 5 em 2005, resultando em 23,1% e 38,5%, respectivamente.

Os tópicos "Problemas e investimentos em Educação", "A Mineração e os impactos nos Indígenas, Clima e Floresta" e "Gestão e Subsistência nas comunidades tradicionais, rurais e ribeirinhas" registraram 9 textos cada. Por fim, ainda abaixo de 10 ocorrências de codificação, temos o tópico "O desenvolvimento pela extração da Borracha e proteção ambiental" com 7 textos, "Políticas de Gestão da Terra e Cooperativas Madeireiras" apresentou 4 textos. "Comunidades Ancestrais obteve 1 ocorrência apenas, assim como "Exploração sexual e questões de gênero" que teve apenas 1 texto codificado, representando 50% das ocorrências para todos os presidentes desde a redemocratização.

5.2.6 Dilma Rousseff (2011-2016)

Em 2011 Dilma Rousseff é eleita como a primeira presidenta civil do Brasil, ela teve 149 ocorrências de codificação, sendo o tópico mais mencionado o "Política de Desenvolvimento na Amazônia e o Desmatamento e Queimadas" somou 27 textos, sendo 9 vezes em 2015 (33% do total do tópico). Enquanto "Produção de Energia e Impactos Ambientais" e "Saúde Populacional e Indígena" tiveram 14 textos codificados cada, assim como "Desenvolvimento Sustentável", que foi mencionado 10 vezes em 2015 (70% do total de textos codificados para o tópico). O tópico "Expansão da Área Agrícola e os Impactos Ambientais" apresentou 15 textos codificados, sendo mencionado 6 vezes em 2015 (40% do total de textos codificados para o tópico). Por fim, "A expansão da Pecuária e o Desmatamento" totalizou 11 textos codificados, e "Mercado Internacional de Commodities" registrou 10 textos, com 8 menções em 2015 (80% do total do tópico).

Gráfico 22: Mapa de calor para os discursos codificados de Dilma Rousseff.



Fonte: Elaboração Própria, 2024.

Pelas cores mais claras no gráfico 22 acima, é perceptível a ordem dos tópicos menos relevantes numericamente. O tópico "Governança e Leis de proteção aos povos originários e a floresta" teve 5 textos codificados, enquanto "Política de grilagem na Amazônia e em Terras Indígenas" registrou 4 textos codificados. Os temas "Mudança na Vegetação, no Clima e Migração Populacional", "Desenvolvimento pela Bioeconomia e Inovação Tecnológica", "Problemas e Investimento em Educação" e "Governança ambiental e climática no nível municipal" apresentaram 6 textos codificados cada. O tópico "A Mineração e os impactos nos Indígenas, Clima e Floresta" teve apenas 1 texto codificado, assim como "Socioeconomia da população da Amazônia Legal", que foi encontrado em 1 texto. O tema "Gestão e Subsistência nas comunidades tradicionais, rurais e ribeirinhas" contou com 2 textos codificados, assim como "Política de Conservação do Ecossistema".

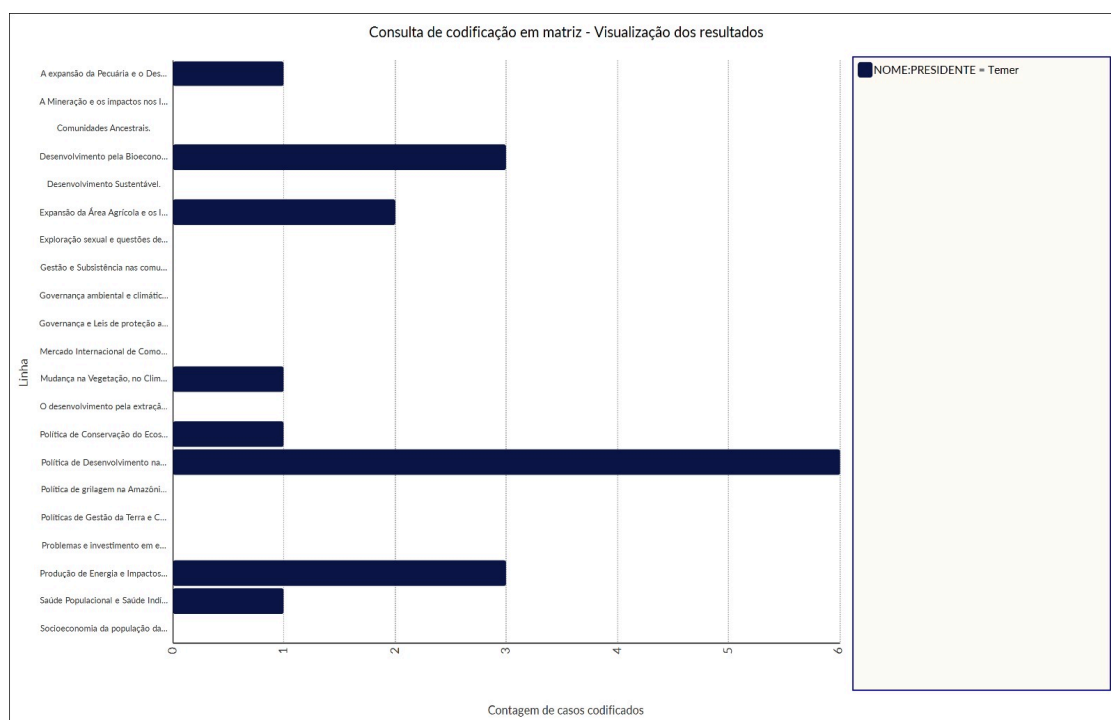
Os tópicos que não tiveram textos codificados incluem "O desenvolvimento pela extração da Borracha e proteção ambiental", "Políticas de Gestão da Terra e Cooperativas Madeireiras", "Comunidades Ancestrais" e "Exploração sexual e questões de gênero".

5.2.7 Michel Temer (2016-2018)

O segundo presidente que menos fala da Amazônia em números absolutos e percentuais é Michel Temer, isso é refletido na não ocorrência de textos para 10 tópicos, inclusive, num dos mais codificados até então, sendo esse o "Desenvolvimento Sustentável".

Contudo, agora, apresentaremos os temas mais importantes para Michel Temer, conforme os 11 tópicos que obtiveram ocorrências textuais. O tópico "Produção de Energia e Impactos Ambientais" apresentou 3 textos codificados, assim como "Desenvolvimento pela Bioeconomia e Inovação Tecnológica", sendo o tópico "Política de Desenvolvimento na Amazônia e o Desmatamento e Queimadas" o com mais registros, sendo 6 textos codificados. Por fim, "Expansão da Área Agrícola e os Impactos Ambientais" teve 2 textos codificados.

Gráfico 23: Mapa de calor para os textos codificados dos discursos de Michel Temer.



Fonte: Elaboração Própria, 2024.

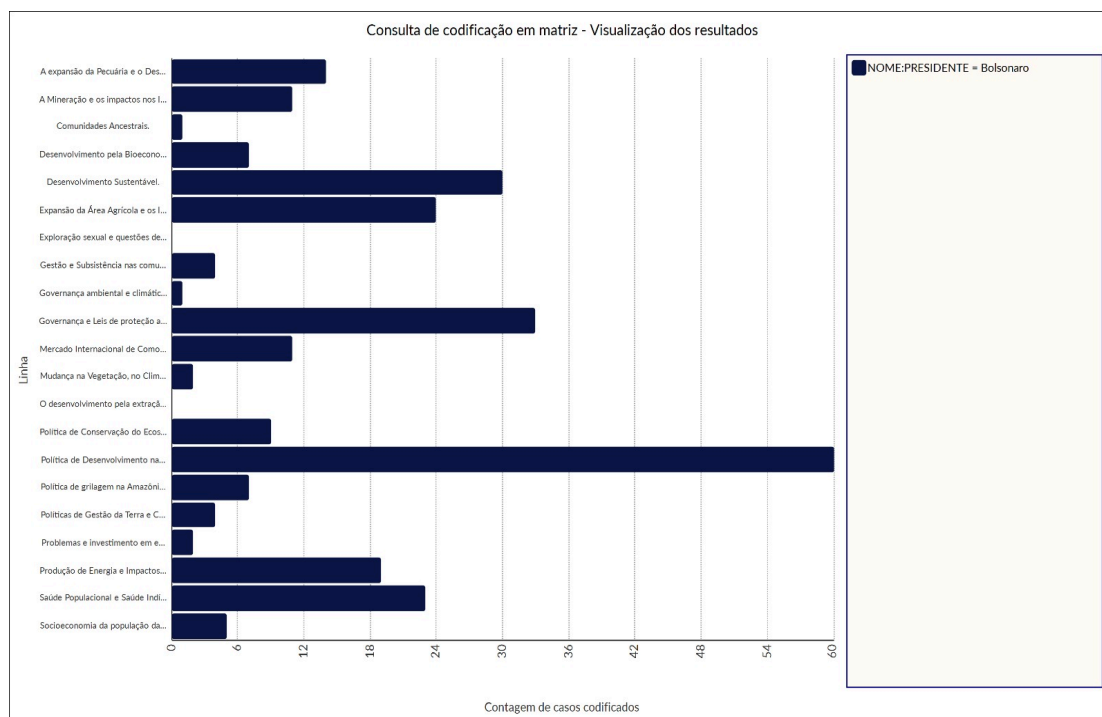
Finalmente, como podemos constatar pelo gráfico 23 acima, os últimos tópicos com ocorrência, que contém apenas 1 texto cada, incluem "A expansão da Pecuária e o Desmatamento", "Mudança na Vegetação, no Clima e Migração Populacional", "Saúde Populacional e Indígena", "Mercado Internacional de Commodities" e "Política de Conservação do Ecosistema".

5.2.8 Jair Bolsonaro (2019-2022)

Desde 2011, a Amazônia não havia sido tão mencionada nos discursos presidenciais, de maneira geral, isso é afirmado a partir da porcentagem dos textos completos filtrados da base dos discursos, em que o presidente Jair Bolsonaro aparece com o maior percentual de discursos de 19,57%. Contrastando com Michel Temer com uma proporção de apenas 6,8% e

Dilma com quase o dobro, de 12,87%, vemos que o percentual de Bolsonaro dos discursos filtrados se aproxima bem mais de Lula com 16,20% e de FHC, com 16,88%. O gráfico abaixo apresenta a importância dos tópicos para Bolsonaro, a partir dos discursos codificados.

Gráfico 24: Mapa de calor com os textos codificados dos discursos de Bolsonaro.



Fonte: Elaboração Própria, 2024.

Os tópicos estão quantificados no gráfico 24 acima, os mais numerosos são: “Política de Desenvolvimento na Amazônia e o Desmatamento e Queimadas” com 60 textos codificados, representando 66,67% do total de codificações neste tópico. Desse total, 40 textos foram registrados em 2019 (66,67%). Seguido por “Governança e Leis de proteção aos povos originários e a floresta,” que recebeu 33 textos, com 21 ocorrências em 2019 (63,64%). O terceiro tópico é “Desenvolvimento Sustentável,” com 30 textos codificados, dos quais 15 foram mencionados em 2021 (50%). O quarto tópico é “Expansão da Área Agrícola e os Impactos Ambientais,” que recebeu 24 textos, sendo 11 ocorrências em 2019 (45,83%). Enquanto “Saúde Populacional e Indígena” conta com 23 textos codificados, com 11 textos em 2021 (47,83%) e “Expansão da Pecuária e o Desmatamento” com 14 ocorrências.

O tópico “Produção de Energia e Impactos Ambientais” teve 19 textos codificados, dos quais 7 foram registrados em 2012 (36,84%). “A Mineração e os impactos nos Indígenas, Clima e Floresta” e “Mercado Internacional de Commodities” receberam 11 textos cada um, com 6 ocorrências em 2019 (54,55%) para o segundo. Em seguida, “Desenvolvimento pela Bioeconomia e Inovação Tecnológica” teve 7 textos, assim como “Política de grilagem na

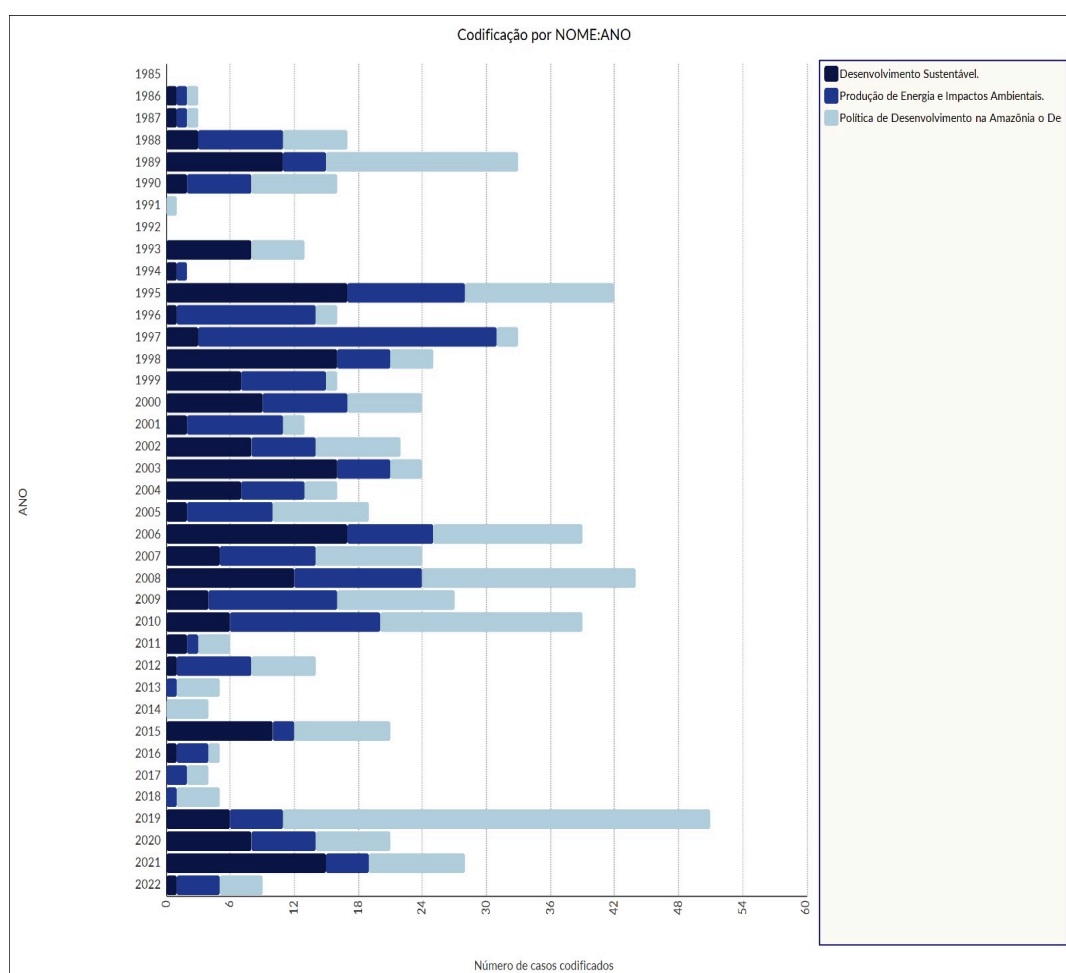
Amazônia e em Terras Indígenas". O tópico "Política de Conservação do Ecossistema" teve 9 textos codificados, todos com 7 ocorrências em 2019 (77,78%), "Política de Gestão da Terra e Cooperativas" tiveram 4 textos codificados.

Por fim, "Problemas e investimentos em Educação" e "Mudança na Vegetação, no Clima e Migração Populacional" receberam 2 textos codificados cada um. Os seguintes tópicos com apenas uma codificação foram: "Gestão e Subsistência nas comunidades tradicionais, rurais e ribeirinhas", "Comunidades Ancestrais", "Governança ambiental climática no nível municipal" e "Exploração Sexual e Questões de Gênero".

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já demonstrado no capítulo anterior, três dos tópicos codificados a partir da análise cientométrica da comunidade acadêmica, quando mapeados nos discursos dos presidentes civis brasileiros, ganham primazia devido ao seu volume numérico. Nesse sentido, os três principais temas abordados pelos os presidentes foram “Política de Desenvolvimento na Amazônia, o Desmatamento e as Queimadas” com 262 discursos presidenciais , “Produção de Energia e Impactos Ambientais” com 219 e “Desenvolvimento Sustentável” com 203, o gráfico 25 abaixo mostra os três principais tópicos.

Gráfico 25: Os principais tópicos dos presidentes civis nos discursos (1985-2022).



Fonte: Elaboração Própria, 2024.

O tópico com 262 textos nos discursos presidenciais apareceu pela primeira vez em 1986, e em 1988 é o principal tema discutido pelo presidente Sarney, dentro da base que foi codificada. Dessa forma, esse tópico foi o primeiro lugar do presidente Lula, com 89 discursos sobre o tema, de Dilma, com 27 discursos, Temer com 6 e por fim, Bolsonaro, com 60 discursos. Ou seja, o principal tema dos últimos quatro presidentes civis foi o “Política de

Desenvolvimento, o Desmatamento e as Queimadas”, de acordo com o mapeamento proposto no trabalho. De forma análoga, com base na cientometria, o tópico “Política de Desenvolvimento na Amazônia, o Desmatamento e as Queimadas” obteve papel de primazia, sendo identificado pela primeira vez em 1986 e responsável por agrupar 27.7% da base de dados da revisão. De maneira similar, nas duas bases de dados do trabalho o tema foi o mais importante na última década, para a academia, desde 2011 ininterruptamente.

Seguindo com as comparações, o tópico “Produção de Energia e os Impactos Ambientais” com 219 discursos codificados, foi o tema mais importante para o presidente Fernando Henrique Cardoso, com 89 textos discursivos tratando do assunto. Dentro da análise cientométrica, o tema agrupou 5.1% da base, demonstrando um distanciamento entre a percepção dos presidentes civis sobre a relevância do tema e a percepção dos autores nos artigos científicos. De toda forma, com exceção do ano de 2012 e 2016, em que a presidenta Dilma Rousseff trata principalmente desse tema, os discursos que debatiam a produção de Energia parecem ter diminuído de maneira substancial.

Exemplificando, Lula falou 16% menos de Produção de Energia e Impactos ambientais em relação ao tópico número 1, sendo esse, inclusive, o segundo tema mais debatido de acordo com a base codificada pela cientometria. Já com Dilma, os temas sobre energia são 48% menores em relação ao tópico número 1, em Temer, 50% e em Bolsonaro, o tópico é 32% menos codificado em relação ao tópico mais codificado.

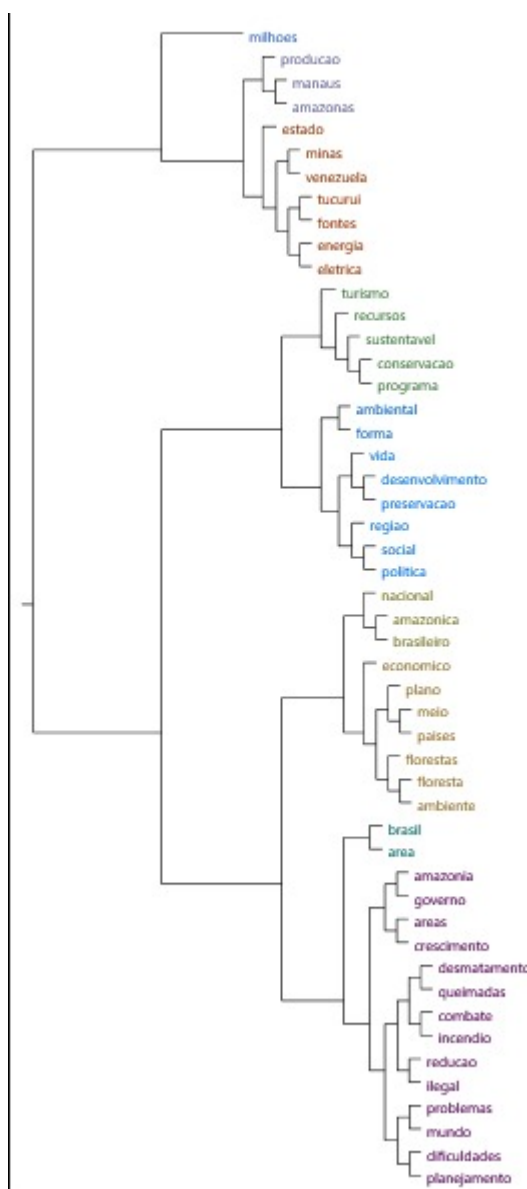
Em relação aos textos levantados pela cientometria, o primeiro artigo a ser relacionado ao tópico “Produção de Energia e Impactos Ambientais” é do ano de 2006, sem ocorrência textual durante metade da década de 1980 e toda a década de 1990. Não obstante, o tema continua obscurecido até 2010, e ganha coesão temática pela frequência, apesar das oscilações em 2021, com menção nos anos compreendidos entre 2014-2018, que trataram do tópico de maneira ininterrupta e crescente, até desaparecer em 2019. Dessa forma, tópicos da análise cientométrica como “Política de Grilagem em Terras Indígenas”, “A expansão da Pecuária e o Desmatamento e “Gestão e Subsistência nas comunidades rurais, tradicionais e ribeirinhas” possuem mais importância numérica dentro desse espaço temporal, mesmo que para os presidentes, sejam temas menos debatidos. Apesar de, entre o Governo Lula e Bolsonaro, a expansão da pecuária ser um tema de destaque, com 57 textos somados codificados nesse espaço temporal.

Finalmente, o terceiro tópico mais abordado, “Desenvolvimento Sustentável”, tem uma posição diferente nos rankings de primordialidade dos temas entre os presidentes e a comunidade epistêmica, sendo o 13º colocado neste último. Embora o tópico tenha ganhado

relevância numérica na base dos presidentes, por exemplo, Sarney aborda o assunto 18 vezes, cinco anos após o término de seu mandato, Fernando Henrique Cardoso trata do tema 63 vezes e Lula, 69. No governo Dilma, o tópico é tratado em 14 discursos presidenciais, aparecendo novamente em Bolsonaro, com 30 discursos codificados pelo tema. Inclusive, no caso do governo Bolsonaro, “Desenvolvimento Sustentável” foi tratado 158% mais em relação ao tópico “Produção de Energia e Impactos Ambientais”.

Já na análise cientométrica, o “Desenvolvimento Sustentável” como tópico principal que agrupa textos com coesão temática, aparece pela primeira vez em 2003, porém, os principais artigos se concentram entre 2016 e 2020. Uma das possíveis explicações para esse tópico não ter tido tanta relevância na base, é que os hiperparâmetros que regulam as hierarquias temáticas acabaram por atribuir os textos que falassem sobre desenvolvimento sustentável, quando atrelado a outros tópicos, como por exemplo, “Saúde Populacional e Indígena” fossem desindexados ao tópico de “Desenvolvimento Sustentável”, isso pois, para fazer um livro de codificação exequível, cada artigo foi distribuído exclusivamente a apenas um tópico.

Gráfico 26: Análise de Cluster por similaridade de correlação nos três tópicos principais.



Fonte: Elaboração Própria, 2024.

Considerando o gráfico 26 acima, esse cluster relaciona os principais termos mais significativos entre os três tópicos principais para a base dos discursos dos presidentes civis. Sendo assim, é possível observar que os tópicos mais correlacionados são "Política de Desenvolvimento, o Desmatamento e as Queimadas" e "Desenvolvimento Sustentável". Do primeiro tópico gostaríamos de destacar a ocorrência das palavras "mundo" e "problema", clusterizadas juntas. Isso pode indicar a identificação de um elemento ou elementos internacionais nos discursos ao tratar desse tópico.

Já em "Desenvolvimento Sustentável", destacamos as palavras, também clusterizadas juntas "desenvolvimento" e "preservação". Pela disposição, os termos estão altamente correlacionados, implicando num conceito coeso. Além disso, destacamos as palavras

"turismo", que pode indicar uma estratégia, e por fim, "social" e "política" que podem indicar as dimensões de preocupação do desenvolvimento sustentável.

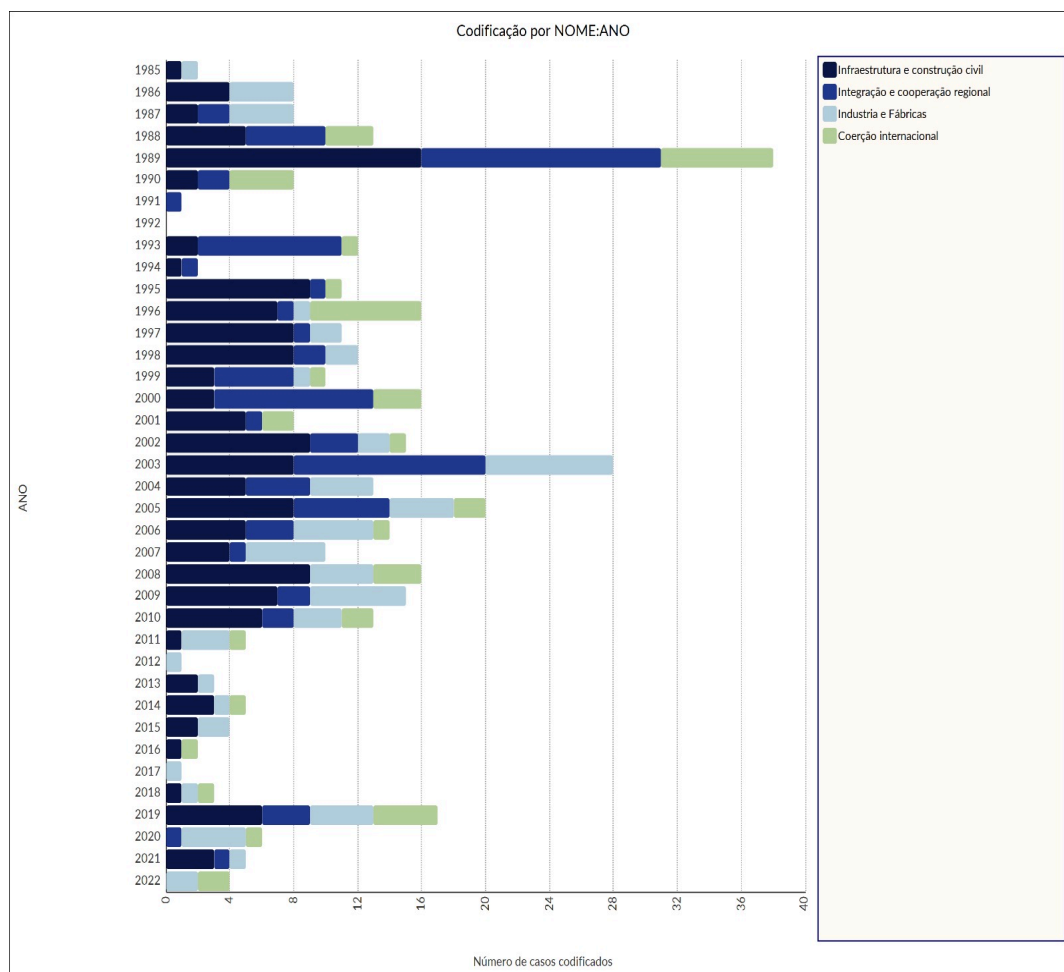
Finalmente, o tópico "Produção de Energia e Impactos Ambientais" teve ocorrência de palavras como "Energia" e "Elétrica" no mesmo cluster, indicando qual tipo de energia foi debatido nos discursos presidenciais. Mas também gostaríamos de enfatizar o aparecimento da palavra "Tucuruí", uma das maiores hidroelétricas do mundo, construída em 1984. Quando inaugurada no Pará, objetivava ser um apoio para o complexo industrial da época, na exploração do minério de alumínio (Silva Júnior, 2012).

Uma curiosidade acerca da clusterização de "minas" e "venezuela", é que, durante o governo de Sarney (1985-1990), o ministério de minas e energia manteve relações próximas com a Venezuela, no que concerne os assuntos relacionados ao fortalecimento da matriz energética amazônica.

“Ainda agora, no mês de julho, a convite do presidente Caldera, presidente da Venezuela, assistirei as festividades da data nacional Venezuelana, em Caracas. E lá pretendo ir acompanhado do ministro de minas e energia, além de outros ministros, inclusive o do exército, porque nós estamos examinando as alternativas de fortalecimento da matriz energética da amazônia. E uma das possibilidades é, precisamente, a da utilização da energia do guri. Mas isso não pode ser excluyente de outras possibilidades, e, provavelmente, nós teremos que concilia-las com a utilização das reservas de gás de urucu e de lurua, de tal maneira que possamos ter, num horizonte de prazo não remoto, resolvida esta questão que é bastante angustiosa, a da energia da região amazônica.” BRASIL, Sarney (1985-1990).

Ultrapassada as ponderações e comparações entre os três tópicos principais nos discursos dos presidentes civis, seguimos para a apresentação dos tópicos obscurecidos pela comunidade científica. Isso significa que, os quatro tópicos ilustrados a seguir, não entraram para o livro de codificação, pois não tiveram relevância numérica para formar tópicos coesos a partir do levantamento pela cientometria. Ou seja, são tópicos que surgiram exclusivamente a partir da leitura de discursos presidenciais, e com a codificação posterior, demonstraram sua relevância numérica, contudo, esses mesmos temas não foram quantificados a partir dos abstracts usados na análise cientométrica.

Gráfico 27: Tópicos relevantes para os presidentes civis.



Fonte: Elaboração própria, 2024.

O gráfico 27 acima apresenta a disposição dos 4 novos tópicos. O maior tópico dentre os quatro novos é "Infraestrutura e Construção Civil", com 156 ocorrências de codificações. O primeiro ano de ocorrência foi em 1985, com poucas exceções em que não foi codificado ao longo dos anos. Os presidentes que mais citaram esse tema em seus textos discursivos foram Sarney, com 32 casos identificados, Fernando Henrique Cardoso, num total de 52 textos mencionando o tema e Lula, também 52.

O segundo maior "Integração e Cooperação Regional", contém 94 discursos presidenciais identificados. Esses, relacionam-se aos discursos em que a integração e cooperação Regional foram debatidos, principalmente entre os países amazônicos. A primeira ocorrência desse tópico aconteceu em 1987, sendo Sarney, o segundo presidente com maior ocorrência desse tópico, sendo identificado 24 textos discursivos. Fernando Henrique Cardoso divide o pódio de segundo lugar com Sarney. Em primeiro lugar, está o presidente Lula, com 30 textos. É importante ponderar que há um abrupto abandono do tópico após 2010, só sendo recuperado pelo presidente Jair Bolsonaro, entre 2019 e 2021, com 5 ocorrências. Contudo, é

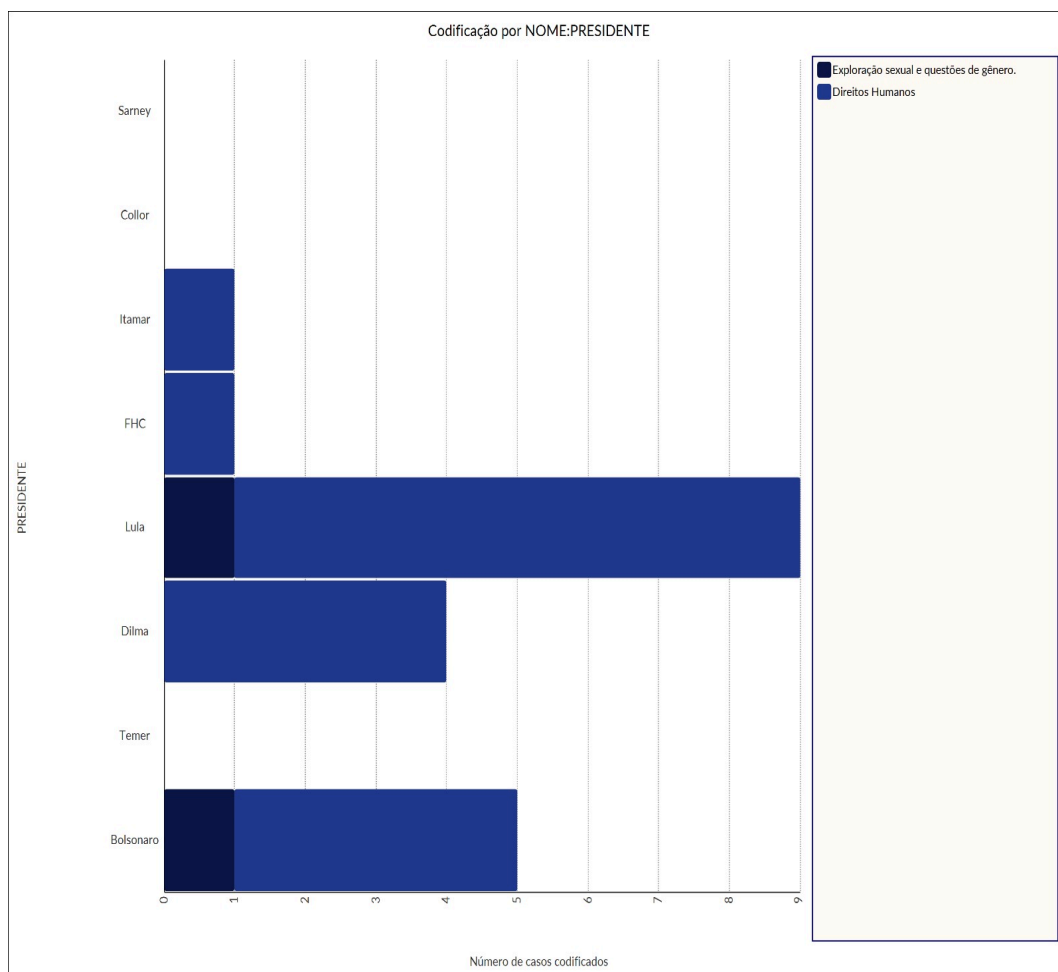
importante mencionar que Itamar Franco falou sobre o tópico em 10 textos discursivos. Isso faz com que, esse seja verdadeiramente o primeiro lugar em seus discursos codificados, com uma ocorrência maior do que as dos tópicos advindos da análise cientométrica.

O terceiro tópico com mais ocorrências de codificação, somando 77 textos discursivos, é "Indústria e Fábricas". Esse tópico é mencionado pela primeira vez em 1985, pelo presidente Sarney, sendo mencionado 9 vezes. Collor e Itamar não falaram sobre a Industrialização e as Fábricas existentes na Amazônia, representando uma omissão do tema ao longo de 5 anos. Fernando Henrique Cardoso e Dilma Rousseff mencionam o texto apenas 8 vezes, enquanto Lula tem 39 discursos atribuídos ao tópico, sendo o presidente que mais falou sobre o tema. Temer tem apenas 2 textos codificados no tópico e Bolsonaro é o segundo presidente com mais textos atribuídos ao tópico, com a ocorrência de 11 textos codificados.

O quarto e último tópico "Coerção Internacional" tem 49 textos discursivos, ele é verificado pela primeira vez em 1989, com 14 menções ao longo do mandato de Sarney, não sendo identificado em Collor e com apenas um texto atribuído em Itamar. Fernando Henrique Cardoso tem 15 textos atribuídos, sendo o presidente com as ocorrências do tema mais expressivo. Lula teve 8 ocorrências do tema, enquanto Bolsonaro obteve 7 textos codificados. Entre os que menos falaram sobre o tema, do menor para o maior: Dilma com 3 codificações, Itamar e Temer com um texto codificado cada.

Para encerrar, a parte de considerações sobre o mapeamento *persi* dos discursos, o código criado a partir da cientometria "Exploração Sexual e Questões de Gênero" chamou a atenção por ser o código com menor ocorrência de codificação, sendo codificado apenas duas vezes, uma em Lula e outra vez em Bolsonaro, conforme ilustra o gráfico 28 abaixo.

Gráfico 28: Relação de ocorrência de casos codificados entre 1985 e 2022.



Fonte: Elaboração própria, 2024.

Apesar de ser um tema ainda pouco discutido nos textos selecionados para a cientometria do presente estudo, o tópico, referenciado pela primeira vez em 1989, quando analisado com base dos discursos presidenciais, é obscurecido de maneira mais radical ainda. No entanto, no processo de codificação da base, a pesquisa buscou entender como era trabalhada a temática de direitos humanos de maneira geral, objetivando que este novo tópico “Direitos Humanos” incorpore os elementos de discussões sobre gênero, porém, o tópico criado está mais ligado às convenções internacionais de direitos humanos em relação à amazônia, ou que atinjam a amazônia de alguma forma.

Contudo, uma última consideração é que o tema que engloba campanha de prevenção ao câncer de mama, que de maneira geral, é relacionado ao gênero feminino, foi amplamente discutido no tópico “Saúde Populacional e Indígena” durante o governo da ex presidenta Dilma, mas, mesmo com essa questão de gênero latente no escopo, a pesquisa limitou-se a apenas ponderar isso nas considerações finais, sem recodificar esses discursos e incorporá-los em questões de gênero, já que, de fato, cabem melhor no tópico de origem.

Uma reflexão importante realizada neste trabalho é a análise dos indicadores que caracterizam a realidade da Amazônia Legal brasileira. Esses indicadores, compreendidos entre as subseções 3.1.1 e 3.1.8, sejam eles relacionados a cidades, renda, educação, saúde, economia ou desmatamento, são resgatados e verificados a partir da cientometria sobre os aspectos políticos da região, sendo reiterados quando os mesmos tópicos da cientometria aparecem na base de dados dos discursos presidenciais. Muitos dos artigos analisados, e posteriormente os discursos, ancoram-se de alguma forma nesses indicadores, o que reforça sua relevância para a compreensão da Amazônia.

Entre os tópicos mais perceptíveis relacionados a esses indicadores, destacam-se o indicador de Hidrografia e o tópico “Produção de Energia e Impactos Ambientais”. De maneira semelhante, os indicadores educacionais se relacionam diretamente com o tópico “Investimento e Problemas em Educação”, e o indicador de saúde está associado ao tópico “Saúde Indígena e Populacional”. No âmbito econômico, encontram-se indicadores relativos aos tópicos "Políticas de Gestão da Terra e Cooperativas", assim como "A Mineração e os impactos nos Indígenas, Clima e Ambiente".

Quando relacionamos os indicadores de desmatamento e áreas protegidas, percebemos a semelhança entre três tópicos principais: “Expansão da Pecuária e o Desmatamento” e “Expansão da Área Agrícola e os Impactos Ambientais”. De forma mais intrínseca à subseção sobre áreas protegidas, um tópico de destaque é “Política de Grilagem em Terras Indígenas”. Nesse contexto, perceber que os 21 tópicos encontrados possuem lastro, em maior ou menor grau, aos indicadores da Amazônia Legal, permeia um ambiente de confiança para o mapeamento.

As considerações finais deste trabalho enfatizam o cumprimento de seu principal objetivo, realizar o mapeamento dos discursos presidenciais sobre a Amazônia entre 1985 e 2022. Esse mapeamento serviu como uma etapa essencial para identificar e organizar os temas predominantes nesses discursos, estabelecendo uma base sólida para futuras investigações. O enfoque teórico adotado, ancorado no institucionalismo discursivo, substanciou a relevância dos discursos enquanto objetos válidos no sentido epistêmico, pois, segundo essa abordagem, os discursos são essenciais, sendo o conciliador entre as ideias e instituições. Nesse contexto, a escolha do institucionalismo discursivo como estrutura teórica revelou-se adequada ao longo da pesquisa, ao tratar os discursos como dados, a pesquisa validou o método de mapeamento adotado.

O uso da cientometria também foi importante para o escopo da pesquisa. Através da análise das principais bases de dados com artigos científicos revisados por pares, foi possível

identificar tópicos, e por meio de um livro de codificação (Sampaio e Lycarião, 2021), foi permeada a qualificação de mais de 50% da base de dados com 2247 discursos dos presidentes civis. Esse processo metodológico possibilitou a hierarquização dos temas, mapeando os principais tópicos discutidos e oferecendo uma visão longitudinal da evolução dos discursos presidenciais ao longo das décadas. Além disso, vale ponderar que o método de análise de conteúdo categorial estruturou os procedimentos metodológicos do trabalho, possibilitando a executabilidade da monografia e a categorização proposta.

O uso de ferramentas como *scripts* em linguagem de programação em *Python* e softwares de análise qualitativas de texto como o NVivo foram igualmente importantes para a execução da pesquisa. O *Python* foi utilizado para implementar a análise cientométrica e identificar clusters nos dados, e o NVivo permitiu a codificação dos discursos presidenciais. Contudo, foi observado que o software apresentou limitações em termos de performance, devido ao grande volume de dados processados, o que sugere que futuras pesquisas poderiam se beneficiar da utilização de algoritmos de aprendizado de máquina para aprimorar a codificação e análise dos discursos.

Finalmente, o mapeamento realizado no quarto capítulo oferece importantes oportunidades para futuras investigações. A primeira possibilidade é a análise dos discursos já organizados, permitindo que se explorem com maior profundidade as relações temáticas e as transformações ao longo do tempo com base no institucionalismo discursivo. Além disso, o trabalho revelou tópicos ainda não suficientemente explorados, que podem ser objeto de investigações mais detalhadas. Essas lacunas representam uma oportunidade de expandir a análise. A etapa de mapeamento, portanto, é fundamental, pois fornece a estrutura para que análises sejam desenvolvidas no futuro, contribuindo para uma compreensão abrangente dos discursos que envolvem a Amazônia.¹⁹

¹⁹ Para ter acesso integral ao drive do trabalho, acesse o *hiperlink*:  TCC

REFERÊNCIAS

ALFENAS, Flávia; CAVALCANTE, Francisco; GONZAGA, Gustavo. **Mercado de trabalho na Amazônia Legal: uma análise comparativa com o resto do Brasil**. Amazônia 2030, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/amz2030-n1>. Acesso em: 02 ago. 2024.

BAUMER, E. P. S. et al. **Data-driven text analysis: a tutorial on topic modeling and sentiment analysis**. Journal of Business and Psychology, v. 32, n. 1, p. 45-60, 2017. DOI: 10.1007/s10869-016-9417-3.

BECKER, Bertha. **Dinâmica urbana na Amazônia**. In: **Economia e Território**, p. 401-428. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

BLYTH, Mark. **Four (plus two) reasons to take ideas very seriously indeed**. Journal of International Political Economy, 2007.

BLYTH, Mark. **Great Transformations: Economic Ideas and Institutional Change in the Twentieth Century**. New York: Cambridge University Press, 2002.

Brito, B.; Almeida, J.Gomes, P.Salomão, R. **Legislação fundiária brasileira incentiva grilagem e desmatamento na Amazônia**. Projeto Amazônia 2030. 2021b. Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/legislacao-fundiaria-brasileira-incentiva-grilagem-e-desmatamento-na-Amazônia/>

CAMPBELL, J. L. **Institutional Analysis and the Role of Ideas in Political Economy**. Theory and Society, 1998.

COX, Robert H. **The Path Dependency of an Idea: Why Scandinavian Welfare States Remain Distinct**. Social Policy & Administration, 2001.

FINNEMORE, M. **Norms, culture, and world politics: insights from sociology's institutionalism**. International Organization, v. 50, n. 2, p. 325-347, 1996.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GALVÃO, Tiago Caetano; RICARTE, Ítalo. **Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação.** Legion: Filosofia da Informação, v. 6, n. 1, p. 14-28, 2019. DOI: <https://doi.org/10.21728/legeion.2019v6n1.p14-28>.

GIDDENS, Anthony. **Elements of the Theory of Structuration. In: The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration.** Berkeley: University of California Press, 1984. p. 1-40.

GIBBS, Graham R. **Thematic coding and categorization.** *Análise de Dados Qualitativos*, 2011. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/271920235>. Acesso em: 01 out. 2024.

GONÇALVES, Meira; GONDIM. **Discursos presidentes civis do Brasil - 1985-2022.** 2024. DOI: 10.34740/kaggle/ds/5566939.

GOLDSTEIN, J.; KEOHANE, R. **Ideas and Foreign Policy.** Ithaca: Cornell University Press, 1993.

GRIFFITHS, T. L.; STEYVERS, M. **Finding scientific topics.** *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 101, Supl. 1, p. 5228-5235, 2004. DOI: 10.1073/pnas.0307753101.

GROOTENDORST, T. **BERT for topic modeling: A case study on the impact of pre-trained models in topic modeling.** 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.31235/osf.io/qc3nk>. Acesso em: 02 ago. 2024.

HAAS, Peter M. Introduction: **Epistemic Communities and International Policy Coordination.** International Organization, 1992.

HABERMAS, J. **Between Facts and Norms: Contributions to a Discourse Theory.** London: Polity Press, 1996.

HAY, C. **The ‘crisis’ of Keynesianism and the rise of neoliberalism in Britain: an ideational institutionalist approach.** In: CAMPBELL, J.L.; PEDERSEN, O. (eds.). *The Rise*

of Neoliberalism and Institutional Analysis. Princeton: Princeton University Press, 2001. p. 193-218.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. 2023a. Disponível em: <https://bit.ly/458nOb0>. Acesso em: 02 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022: população por cor ou raça - resultados do universo**. 2023b. Disponível em: <https://bit.ly/3VrvLot>. Acesso em: 02 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estrutura territorial da Amazônia Legal. 2022a**. Disponível em: <https://bit.ly/3yKMnPf>. Acesso em: 02 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C)**. 2023c. Disponível em: <https://bit.ly/3RlhAzp>. Acesso em: 02 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM)**. 2023f. Disponível em: <https://bit.ly/3KtKauk>. Acesso em: 02 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População Residente Estimada: Estimativas de população – EstimaPop**. Unpublished, 2022a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop>. Acesso em: 02 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção Agrícola Municipal (PAM)**. 2023e. Disponível em: <https://bit.ly/45ecdHx>. Acesso em: 02 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto dos municípios total e por setores econômicos**. 2023d. Disponível em: <https://bit.ly/3wZ7SLR>. Acesso em: 02 ago. 2024.

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA (IMAZON). **Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira (Simex): Mapeamento da Exploração Madeireira na Amazônia** – Agosto de 2021 a Julho de 2022. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3V7b67T>. Acesso em: 02 ago. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação Superior. Unpublished, 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 02 ago. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Unpublished, 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em: 02 ago. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). Banco de dados de queimadas – **Inpe Programa Queimadas**. 2023b. Disponível em: <https://bit.ly/4eaXG3I>. Acesso em: 02 ago. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **Monitoramento da floresta amazônica brasileira por satélite – Projeto Prodes**. 2023a. Disponível em: <https://bit.ly/46wh1qQ>. Acesso em: 02 ago. 2024.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Áreas Protegidas**. Disponível em: Áreas Protegidas na Amazônia brasileira: avanços e desafios.

KINGDON, John W. **Agendas, alternatives, and public policies**. 1. ed. Boston: Little, Brown and Company, 1984.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics**. Oxford: Blackwell, 1995.

MAHONEY, J. **Path dependence in historical sociology**. Theory and Society, v. 29, n. 4, p. 507-548, 2000.

MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M.; SALDAÑA, J. **Qualitative data analysis: a methods sourcebook**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2014.

NORTH, Douglass C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PERISSINOTTO, Renato; STUMM, Michelli Gonçalves. **A virada ideacional: quando e como ideias importam**. Revista de Sociologia e Política, v. 25, n. 64, p. 121-148, 2017.

REAL, L. A.; VARGAS, M. **The statistical analysis of community structure**. In: WONG, K. C. E. (Ed.). Proceedings of the International Symposium on Ecology and Environmental Management. 1996. p. 16-20.

SAMPAIO, R. C.; LYCARIÃO, D. **Revisão sistemática de literatura e análise de conteúdo na área da comunicação e informação: o problema da confiabilidade e como resolvê-lo**. Transinformação, v. 32, n. 1, p. 61-73, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ti/article/view/81879>. Acesso em: 02 ago. 2024.

SANTOS, A. et al. **Fatos da Amazônia 2024**. Projeto Amazônia 2030, 2024.

SCHMIDT, Vivien A. **Discursive Institutionalism: The Explanatory Power of Ideas and Discourse**. Annual Review of Political Science, v. 11, p. 303-326, 2008.

SCHMIDT, Vivien A. **Discursive Institutionalism: Scope, Dynamics, and Philosophical Underpinnings**. In: FISCHER, F.; GOTTWEIS, H. (Eds.). The Argumentative Turn Revised. Durham: Duke University Press, 2012.

SCHMIDT, Vivien A. **Reconciling Ideas and Institutions through Discursive Institutionalism**. In: BENNETT, Andrew; CHECKEL, Jeffrey T. (Orgs.). Process Tracing: From Metaphor to Analytic Tool. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. p. 64-89.

SCHMIDT, Vivien A. **Speaking of change: why discourse is key to the dynamics of policy transformation**. *Critical Policy Studies*, v. 5, n. 2, p. 106-126, 2011. DOI: 10.1080/19460171.2011.576520.

SCHMIDT, Vivien A. **Taking ideas and discourse seriously: explaining change through discursive institutionalism as the fourth ‘new institutionalism’**. *European Political Science Review*, v. 2, n. 1, p. 1-25, 2010a.

SCHMIDT, Vivien A. **Theorizing Ideas and Discourse in Political Science: Intersubjectivity, Neo-Institutionalisms, and the Power of Ideas**. *Critical Review*, 2017. DOI: 10.1080/08913811.2017.1366665.

SEARLE, John. **The Construction of Social Reality**. New York: Free Press, 1995.

SILVA JÚNIOR, Edilson Máximo da. **Usina hidrelétrica de Tucuruí: uma abordagem evolucionária dos impactos socioeconômicos, utilizando a metodologia DPSIR**. 2019. 187 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019. Disponível em: repositorio.ufsm.br. Acesso em: 02 ago. 2024.

SILVERMAN, D. **Interpreting qualitative data: a guide to the principles of qualitative research**. 4. ed. London: Sage Publications, 2015.

SMERALDI, Roberto; SANTOS, Manuele L. **A década do açaí**. Projeto Amazônia 2030, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/amz2030-n17>. Acesso em: 02 ago. 2024.

STREECK, Wolfgang; THELEN, Kathleen (Eds.). **Beyond Continuity: Institutional Change in Advanced Political Economies**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

SURUI, Txai. **Discurso na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 26)**. Glasgow, 2021. Disponível em: <https://youtu.be/Txai-Surui-COP26>. Acesso em: 01 out. 2024.

VANDERPLAS, Jake. **A whirlwind tour of Python**. O'Reilly Media, 2016. Disponível em: <https://www.oreilly.com/library/view/a-whirlwind-tour/9781491933171/>. Acesso em: 02 ago. 2024.

VERÍSSIMO, A. et al. **As cinco Amazônia: bases para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal**. Amazônia 2030, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/amz2030-n52>. Acesso em: 02 ago. 2024.